



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

HAIANA FERREIRA DE ANDRADE

**DOS CALOS NAS MÃOS AOS SAPATOS NAS VITRINES: a precarização do
trabalho em uma indústria de calçados no interior da Bahia**

CACHOEIRA - BA
2015

HAIANA FERREIRA DE ANDRADE

**DOS CALOS NAS MÃOS AOS SAPATOS NAS VITRINES: a precarização do
trabalho em uma indústria de calçados no interior da Bahia**

Monografia apresentada ao Colegiado do
Curso de Serviço Social, da Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia, como
requisito para obtenção do Grau de Bacharel
em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Bruno José Rodrigues
Durães.

CACHOEIRA - BA
2015

HAIANA FERREIRA DE ANDRADE

DOS CALOS NAS MÃOS AOS SAPATOS NAS VITRINES:

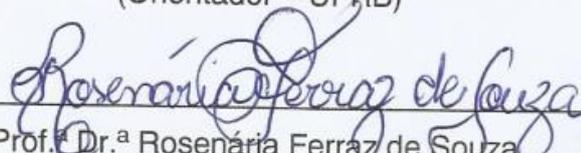
a precarização do trabalho em uma indústria de calçados no interior da Bahia.

Cachoeira – BA, aprovada em 25/05/2015.

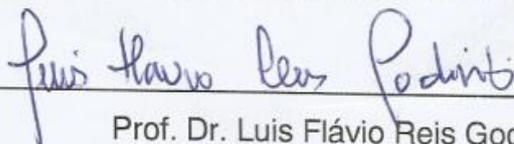
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Bruno José Rodrigues Durães
(Orientador – UFRB)



Prof.ª Dr.ª Rosenária Ferraz de Souza
(Membro Interno – UFRB)



Prof. Dr. Luis Flávio Reis Godinho
(Membro Interno – UFRB)

À minha mãe.

Aos homens e mulheres que vivem do trabalho.

Aos trabalhadores/as e ex- trabalhadores/as da indústria pesquisada.

AGRADECIMENTOS

“O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam”.

Guimarães Rosa

Agradeço imensamente à todas as pessoas que participaram e participam desse processo infindável de “afinação e desafinação” do ser que sou, que fui, que estou sendo e serei!

À minha mãe que tem me forjado em todos esses anos de vida para que eu seja uma menina-mulher forte e determinada, que com amor e paciência aguerrida tem compreendido todas as minhas fases, respeitado minhas escolhas e demonstrado, ainda que às vezes de forma involuntária, os significados de ser mulher e ser negra, sua trajetória de vida me fortalece na luta por uma sociedade justa. Gratidão eterna minha mãe, mesmo que eu pudesse expressar nas mais belas palavras todo sentimento que zelo por ti essas não seriam compatíveis com a profundidade do amor e admiração que sinto pela senhora! Esse trabalho é nosso, é seu!

À meu pai que tem transcendido gerações para conviver com uma filha caçula, teimosa e desprendida, que à todo tempo tem se esforçado para possibilitar uma vida digna para nossa família e por todo incentivo que sempre deu para que eu me dedicasse aos estudos, essa graduação que se aproxima do término, certamente, não se materializaria sem a sua insistência para que eu valorizasse à educação formal e tivesse afinco em todo esse processo, gratidão por todo amor e confiança que deposita em mim!

À meu irmão querido! Todas as nossas diferenças se diluem em nossos risos, em nossa parceria, amo você, mesmo que não demonstre com frequência, gratidão por ter me amparado em todas as vezes que recorri à sua ajuda!

Aos trabalhadores/as e ex-trabalhadores/as que se dispuseram a participar da pesquisa e expressaram com detalhes e cuidados os sentimentos, percepções e experiências vivenciadas em suas trajetórias de trabalho na indústria, que não tiveram receios e prontamente aceitaram contribuir nesse estudo, muito obrigada, vocês são os protagonistas dessa história!

À Gleison pelo afeto, companheirismo, pelas críticas e leituras cuidadosas, por todo apoio e paciência! “Eu sei cantar, mas conto com você...”

À Juli e Tonho que me acolheram na busca por um pouco de sossego!

À Gabi e Tami por esses anos de tantos risos, amor, serenidade e resenhas homéricas!

À Lílian, João, Deise, Nanda, Binha e Mila pela amizade e força nos momentos difíceis desse processo!

Ao Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias – NEPPA por ter oportunizado meu encontro com a organização e luta popular e me mostrar que é melhor errar junto que acertar sozinha! “Me felicito porque soy parte de una nueva época, porque he comprendido la importância que tiene mi existência, la importância que tiene tu existência, la de todos, la vitalidade de mi mano unida a otras manos, de mi canto unido a otros cantos”!

Ao grupo de estudos, pesquisa e extensão Natureza, Trabalho, Ontologia e Serviço Social – NATOSS que durante esses anos de existência tem se engajado na redução da distância entre Universidade e Comunidade, além de evidenciar que sim, é possível o estabelecimento de relações solidárias e horizontais na academia.

Ao grupo de estudos e pesquisas marxistas – GEPM pelas ações que tem desmitificado o pensamento marxiano e demonstrado sua importância para a transformação social. O aprendizado conquistado nas experiências acumuladas do grupo foi fundamental nesse processo de formação educacional e política.

À professora Ilzamar pela dedicação profissional e pelo primeiro incentivo para que eu me enveredasse objetivamente no tema.

À professora Rosenária, pelo exemplo de mulher, pela coerência, solidariedade, atenção, comprometimento. Gratidão por destoar das “práticas pedagógicas” comuns na Universidade e conduzir seu exercício profissional na perspectiva da emancipação dos/das estudantes, agradeço imensamente pela oportunidade de aprendizado, pelo zelo e sensibilidade.

Ao professor Henrique pela presteza e compromisso, obrigada por ter contribuído de diversas formas em todo esse período!

Ao professor Godinho pelo incentivo no desenvolvimento desse estudo!

À Zilmar Alverita que sempre me atendeu com muita presteza e solicitude, muito obrigada pelas dicas, pelos textos e encaminhamentos durante a realização desse estudo!

Aos amigos e amigas que contribuíram direta e indiretamente nesse processo de formação e conclusão, gratidão imensa à vocês que trilharam junto comigo em pensamento, em coração, em corpo e alma, que me sacudiram depois dos tombos, que de perto ou distante se fazem presentes na minha trajetória somando e dividindo alegrias e tristezas!

Ao professor Bruno, gratidão pelo incentivo, pelo comprometimento, paciência, seriedade, atenção e franqueza com que conduziu não só o processo de orientação desse trabalho, mas as experiências compartilhadas em sala de aula e nas atividades do GEPM! Gratidão por ter possibilitado que eu realizasse esse estudo com muita autonomia e expressasse livremente minhas dúvidas, perspectivas e convicções sem deixar de sinalizar as incoerências e fragilidades.

Por fim, obrigada a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma nesse período de formação e encerramento de mais um ciclo.

Dos medos nascem as coragens; e das dúvidas as certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível, e os delírios, outra razão. Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia. Nesta fé, fugitiva, eu creio. Para mim, é a única fé digna de confiança, porque é parecida com o bicho humano e à louca aventura de viver no mundo.

Eduardo Galeano

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht

RESUMO

O presente estudo objetiva investigar e explicar as dimensões da precarização do trabalho em uma unidade industrial produtora de calçados do município de Amargosa-BA e as consequências na vida dos/das trabalhadores/as e ex-trabalhadores/as da indústria. A discussão inicial situa a temática no debate marxista acerca da categoria trabalho e seu papel estruturante da sociabilidade humana ao tempo em que aborda a subsunção do trabalho ao capital enquanto núcleo do processo de produção e reprodução capitalista, enviesada por crises cíclicas que conduzem ao fim e a cabo à maior exploração do trabalho na tentativa de estabilização e expansão do capitalismo. A precarização do trabalho é expressão incontestada desse processo e apesar de ser intrínseca ao modo de produção e organização social capitalista desde seu surgimento, tem ganhado novos contornos e mecanismos na contemporaneidade. Evidenciamos as principais expressões e consequências da precarização do trabalho no Brasil e como esse fenômeno político, econômico e social têm reconfigurado a sociedade e o modo de vida dos/das trabalhadores/as. A discussão sobre a indústria calçadista brasileira contextualiza o desenvolvimento do tema fornecendo uma caracterização geral desse setor produtivo e do fenômeno de reespecialização industrial que trouxe para a Bahia unidades produtivas dos territórios tradicionais na fabricação de calçados. Esse movimento justificou-se aprioristicamente pelo impacto do desenvolvimento resultante da introdução dessas indústrias em localidades economicamente atrasadas como o município de Amargosa, destarte, as expressões da precarização do trabalho questionam a natureza desse desenvolvimento, ao passo em que expressam a antinomia da ideia de progresso na vida dos/das trabalhadores/as e ex-trabalhadores/as da indústria.

Palavras-chaves: Trabalho. Precarização do trabalho. Indústria calçadista. Trabalhadores/as.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo investigar y explicar las dimensiones de la precariedad laboral en un calzado que produce la unidad industrial en la ciudad de Amargosa-BA y las consecuencias en la vida de los / las trabajadores / as y ex trabajadores / la industria. El debate inicial se encuentra el tema en el debate marxista acerca de la categoría de trabajo y su papel estructurante de la sociabilidad humana al tiempo se refiere a la subsunción del trabajo al capital como el núcleo del capitalismo proceso de producción y reproducción, sesgado por las crisis cíclicas que llevan a su fin y el más grande trabajo de exploración en el intento de estabilización y expansión del capitalismo. La precariedad del trabajo es la expresión innegable de este proceso ya pesar de ser intrínseca al modo de producción capitalista y la organización social desde su creación, ha ganado nuevos contornos y mecanismos de hoy en día. Mostramos los principales expresiones y consecuencias del trabajo precario en Brasil y cómo este fenómeno político, económico y social han reconfigurado la sociedad y la forma de vida / las trabajadores / as. La discusión de la industria del calzado brasileño contextualiza el tema del desarrollo al proporcionar una caracterización general de este sector de la producción y el fenómeno thereespatialization industrial que trajo a Bahia unidades productivas de los territorios tradicionales en la fabricación de calzado. Esta medida se justifica a priori el impacto del desarrollo resultante de la introducción de estas industrias en lugares económicamente atrasadas como la ciudad de Amargosa, Por lo tanto, las expresiones de la precarización laboral cuestión de la naturaleza de este desarrollo, mientras que en la expresión de la antinomia de la idea de progreso en la vida de los / las trabajadores / as y ex trabajadores / la industria.

Palabras clave: Trabajo. Trabajo precario. Iindustria del calzado. Trabajadores / as.

LISTA DE SIGLAS

CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DORT - Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia

GEPM – Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LER – Lesão por Esforço Repetitivo

NATOSS – Grupo de estudos, pesquisa e extensão Natureza, Trabalho, Ontologia e Serviço Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador

PIB – Produto Interno Bruto

PROBAHIA – Programa de Promoção ao Desenvolvimento da Bahia

PROCOMEX – Programa de Incentivo ao Comércio Exterior

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 TRABALHO E PRECARIZAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	22
2.1 Trabalho: Notas introdutórias.....	23
2.2 O trabalho na contemporaneidade.....	28
2.3 Precarização: o paradigma do trabalho no século XXI.....	37
2.3.1 Expressões da precarização do trabalho e consequências concretas para a classe trabalhadora.....	41
3 INDÚSTRIA CALÇADISTA: ASPECTOS GERAIS.....	50
3.1 Indústria calçadista no Brasil: Panorama sócio-histórico.....	51
3.1.1 Organização produtiva e processo de trabalho.....	55
3.1.2 Concorrência internacional no setor calçadista e reestruturação produtiva.....	62
3.2 Relocalização da indústria calçadista para o Nordeste.....	65
3.2.1 Limites e impactos da relocalização da indústria calçadista para o Nordeste.....	68
3.3 A indústria calçadista na Bahia.....	70
4 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM UMA INDÚSTRIA CALÇADISTA NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA-BA.....	75
4.1 O município de Amargosa-BA.....	76
4.2 A unidade industrial calçadista pesquisada: caracterização e histórico.....	79
4.3 As faces da precarização do trabalho na indústria.....	82
4.3.1 Assédio moral.....	83
4.3.2 Doenças e acidentes de trabalho.....	88
4.3.3 Intensificação e aumento da jornada de trabalho: os cerões.....	98
4.3.4 Salários.....	102
4.3.5 Organização sindical.....	105
4.4 Desenvolvimento local.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE.....	125

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado da conjunção de elementos da minha trajetória de vida, particularmente, da formação e história familiar, e de experiências no âmbito da Universidade que me conduziram à seara do pensamento crítico e político, fundamental ao desvelamento e transformação da realidade social permeada por contradições e vicissitudes.

No plano da narrativa pessoal, compreender a dinâmica trabalhista e os impactos decorrentes da exploração e precarização do trabalho em uma unidade industrial de calçados – da qual minha mãe foi funcionária durante quase dez anos – no município de Amargosa-BA, tornou-se uma inquietação desde a adolescência. Algumas experiências na vida são tão marcantes que mesmo que se queira não se pode ignorá-las, deste modo, desvendar a natureza estruturante do trabalho e seu caráter indissociável com um determinado modo de vida que influencia as relações humanas, o agir e o pensar, constituía minhas inquietudes e curiosidades ainda que eu não tivesse noções aprofundadas sobre o significado do trabalho humano na sociabilidade contemporânea.

Esse interesse se aguçou a partir do meu ingresso na educação superior. Aprender as repercussões, na totalidade da vida, de um cotidiano de trabalho marcado pela precarização e degradação do trabalhador, integra um comprometimento político e afetivo diante da experiência passada – que ressoa na memória e no presente – e da responsabilidade embutida no acesso ao conhecimento.

A experiência acadêmica possibilitou o contato com os pressupostos teórico-metodológicos do marxismo, que serviram como lentes para conceber o trabalho enquanto categoria central de toda atividade humana. De forma planejada ou não, pude participar de atividades acadêmicas que nortearam a proposta empreendida. O primeiro contato com o tema resultou da experiência de monitoria na disciplina Serviço Social, Trabalho e Questão Social que não só possibilitou trocas importantes de conhecimento como também expandiu a ideia de que “apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos transformá-la¹” evidenciando a relação dialética entre teoria e prática, ação e reflexão. As atividades desenvolvidas no decorrer do curso de Sociologia do Trabalho direcionaram à um maior envolvimento com a temática, sobretudo, através do diálogo de pressupostos seculares com a

¹ Bertolt Brecht.

realidade contemporânea do Recôncavo da Bahia que carrega em sua história e cultura os traços dos diferentes ciclos econômicos acompanhados de formas específicas de trabalho.

O aprofundamento do estudo acerca do pensamento marxista, oportunizado pela participação em grupos de pesquisa e extensão, tornou-se profícuo no processo de assimilação dos fundamentos sociológicos que permitem revelar a realidade apontando a necessidade imperativa de transformação social. As experiências no Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas – GEPM têm demonstrado a imprescindibilidade de apreender o conhecimento historicamente acumulado, sem se ater às polêmicas teóricas e acadêmicas que revelam-se estéreis diante das injustiças sociais e de se posicionar nas diversas esferas sociais constituídas de relações cada vez mais eivadas de valores capitalistas até mesmo nos espaços onde se nega esses valores.

Por fim, as vivências políticas e teóricas em comunidades pesqueiras e quilombolas do recôncavo baiano realizadas pelo grupo de pesquisa e extensão Natureza, Trabalho, Ontologia e Serviço Social – NATOSS, foram indispensáveis nesse processo de formação humana e educacional, sobretudo pelo empenho em transcender o universo da academia promovendo a interlocução entre universidade e sociedade. A inserção no projeto Trabalho e Direitos no Capitalismo Contemporâneo contribuiu decisivamente no amadurecimento da proposta que resultou nesse trabalho e na viabilização da pesquisa realizada. Desse modo, o conhecimento adquirido ao longo da trajetória acadêmica ensejou a construção teórica e metodológica da investigação empreendida neste excuro.

O estudo aqui apresentado justifica-se, além das questões assinaladas, pela possibilidade de tornar público o tema acerca das condições de labor na fábrica de calçados e as consequências destas na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, que encontram nesse trabalho seus meios de subsistência. Para tal finalidade, buscou-se atingir três objetivos específicos: investigar a dinâmica relacional entre trabalho e precarização na indústria de calçados; compreender as relações de trabalho no setor calçadista nacional e baiano, marcadas por um novo ordenamento da produção que mescla técnicas produtivas tradicionais e contemporâneas na busca pela minimização dos custos e maior rentabilidade para as empresas e identificar as principais expressões da precarização do trabalho e suas consequências. Não há pretensão, ainda que fosse factível, em esgotar a discussão proposta, evidenciar os elementos resultantes da precarização do trabalho consiste no objetivo central que conduziu a investigação.

Nessa perspectiva, o problema que orientou o estudo está centrado na seguinte questão: A indústria calçadista do município de Amargosa-BA promove desenvolvimento para seus trabalhadores, ou ao contrário, gera precarização do trabalho? Se a resposta encontrada para o primeiro questionamento for positiva cabe inquirir sobre a natureza desse desenvolvimento e o preço arcado pelos trabalhadores nesse processo. Ademais, a hipótese formulada é que a precarização do trabalho no interior da indústria provoca inúmeras consequências danosas aos trabalhadores, desta maneira, a geração de emprego e renda proporcionada pela empresa vem acompanhada de expressões do trabalho precarizado na totalidade da vida dos funcionários.

O método utilizado na pesquisa e elaboração desse estudo é o materialismo histórico dialético. Compreendemos que o método marxiano oferece uma forma consistente de análise e interpretação da sociedade porque parte da realidade concreta vislumbrando sua transformação. Aprender as múltiplas determinações sociais exige esforço do pesquisador para ir além das aparências do real, num movimento de sucessivas aproximações que possibilitem a reconstrução do fenômeno investigado no nível de pensamento. Conforme assertiva marxiana: “[...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento, precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual” (MARX, 2003, p. 248).

O método que vai do mais simples ao mais complexo e do abstrato ao concreto possibilita a reprodução do movimento do objeto através do pensamento e reflexão que conduzem a um arcabouço conceitual capaz de demonstrar as contradições e determinações do objeto. Parte-se da aparência, da realidade imediata e por meio de mediações e decomposições dos elementos constitutivos do objeto se alcança o concreto passível de reprodução através do exercício do pensamento. Para Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo, e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. [...] o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto (2011, p. 54-55).

A investigação desse estudo fundamentou-se a partir da categoria da totalidade. O cuidado de observar a relação dos elementos circunscritos em realidades de menor e maior abrangência, através de suas mediações necessárias, possibilitou a compreensão do real em

seu conjunto de condicionantes e determinações. Se não concebermos a realidade em sua totalidade podemos cair na armadilha de restringir suas dimensões, desprezando a perspectiva do todo. Conforme Konder (2008, p. 36): “A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada”. A atenção dada a categoria da totalidade evita a visão recortada e fragmentada do mundo como aquela expressa na fábula dos cegos e o elefante (GALEANO, 1990).

Privilegamos a dimensão histórica do método por acreditar que o ser social é transformador e protagonista de sua história, desse modo, o retorno ao passado vivido suscita novas reflexões e interpretações a partir do momento atual, ou seja, um momento superior ao estágio antecedente. Para Hobsbawm (1995, p. 253): “A maioria dos seres humanos atua como historiadores: só em retrospecto reconhece a natureza de sua experiência”.

O percurso metodológico adotado refere-se à pesquisa de abordagem qualitativa, muitas questões fundamentais na investigação constituem o universo subjetivo dos trabalhadores, desta forma, a tentativa de quantificar qualquer aspecto da realidade perquirida comprometeria a capacidade analítica em assimilar com profundidade os elementos distintivos do objeto. A investigação do tema perpassou inicialmente pela revisão bibliográfica de autores que discutem a categoria trabalho e precarização e posteriormente dos estudos sobre indústria calçadista nacional e baiana. A leitura de textos clássicos e contemporâneos foi fundamental para adensar a discussão empreendida e fornecer embasamento sobre o trabalho e precarização na atualidade. Cabe a observação de que o desenvolvimento da pesquisa não foi dividido em momentos teóricos e empíricos, leitura e pesquisa bibliográfica estiveram presentes em todas as etapas da investigação por considerar estas instrumentos imprescindíveis à compreensão dos aspectos encontrados no campo empírico.

A pesquisa documental foi a ferramenta inicialmente utilizada para o levantamento de dados e informações oficiais, para tanto, buscou-se em algumas instituições como a Prefeitura Municipal de Amargosa, Câmara Municipal de Vereadores, Arquivo Público e SINE-BAHIA registros referentes à implantação, histórico e características gerais da indústria. Os documentos são importantes fontes de dados e imprescindíveis na pesquisa qualitativa por fornecer informações precisas, situadas historicamente e oficiais, além de limitar influências externas e variações.

Entrevistas semi-estruturadas consistiram o principal recurso técnico utilizado, como forma de possibilitar que os entrevistados expressassem a trajetória de trabalho na indústria. O

universo empírico constituiu-se de funcionários/as atuais e ex-funcionários/as com tempo de serviço superior à cinco anos, a seleção com base no tempo de serviço foi estipulada em decorrência da alta rotatividade de trabalhadores na indústria, desse modo, os funcionários com permanência mínima de cinco anos na empresa possuem um aparato de experiências que possibilitaram o acesso a informações que abrangessem um período maior de tempo. Foram realizadas um total de doze entrevistas, sete à trabalhadores atuais e cinco à ex-trabalhadores, dos doze entrevistados apenas dois não permitiram a gravação da entrevista, nesses casos em específico, recorreu-se a escrita de notas dos principais momentos da entrevista. Foi explicado inicialmente sobre os objetivos da pesquisa e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com informações gerais sobre a contribuição dos entrevistados no fornecimento de informações e garantia de sigilo da identidade dos mesmos.

O roteiro de entrevista aos ex-trabalhadores pontuava questões abertas capazes de suscitar a retrospectiva da experiência laboral na empresa e reflexões sobre o período, trazendo à tona os rebatimentos que o trabalho produziu e produz em suas vidas. Já as entrevistas aos trabalhadores atuais continha elementos que buscavam a problematização do trabalho para além do aspecto possibilitador da subsistência, na tentativa de captar quais os sentidos que os funcionários atribuem ao trabalho e as principais expressões vigentes da precarização na indústria. Desse modo, priorizou-se o processo como um todo, não apenas na perspectiva de coleta de dados e busca de resultados, mas como uma interação enriquecedora tanto para a entrevistadora quanto para os interlocutores que puderam refletir sobre questões pertinentes ao universo laboral de que fazem parte.

A despeito do envolvimento emocional com o tema, lançamos mão de algumas mediações, não se trata de afastamento do objeto, mas de dar espaço para que os sujeitos pesquisados – trabalhadores e ex-trabalhadores da indústria – manifestassem-se livremente sobre sua experiência laboral na empresa, com poucas intervenções da pesquisadora. Há uma evidente intencionalidade, que perpassa a ideia e a materialização do estudo empreendido, em dar voz aos sujeitos pesquisados, uma vez que suas percepções e representações fornecem o substrato empírico do trabalho ora apresentado.

A estratégia bola de neve perpassou o processo investigativo na etapa de realização das entrevistas sem prévio conhecimento e solicitação desse recurso por parte da entrevistadora. A técnica da bola de neve consiste na indicação de pessoas para serem entrevistadas por informantes entrevistados anteriormente. Dessa forma, no decorrer ou fim da entrevista os interlocutores informavam fortuitamente sobre pessoas que também poderiam

contribuir com a pesquisa, esse recurso foi facilitado pela rede existente de colegas e ex-colegas de trabalho e pelo pequeno espaço geográfico do município.

O método de análise de conteúdo foi utilizado para estudo, categorização e interpretação das informações obtidas. De acordo com Bardin (1977 apud GODOY, 1995) a análise de conteúdo é um instrumental metodológico que se pode aplicar a diferentes discursos e a todas as formas de comunicação e parte do pressuposto de que no discurso aparente, simbólico e polissêmico existem sentidos que convém desvendar. Nessa perspectiva, realizou-se a transcrição das entrevistas na íntegra, leitura, pré-análise, categorização por temas e interpretação. Observou-se determinada homogeneização nos relatos, entretanto, as distintas perspectivas foram examinadas.

A precarização laboral é um fenômeno que acompanha o trabalho assalariado desde o seu surgimento. As estratégias de aumento dos lucros e intensificação da exploração através da degradação das relações de trabalho são historicamente utilizadas pelo capital na busca de expansão e reprodução. A precarização do trabalho enquanto processo econômico, social e político se expandiu em todo o mundo a partir do desenvolvimento da acumulação flexível conjugada ao contexto de mundialização do capital e das políticas neoliberais (DRUCK, 2013).

O trabalho sob a égide do capital tornou-se ao mesmo tempo única fonte de subsistência para a classe trabalhadora e de desefetivação² humana. As crises cíclicas do capitalismo e seus sinais expressivos de colapso conduzem processos espúrios de exploração do trabalho que em última análise provocam um profundo retrocesso das conquistas decorrentes de lutas históricas dos trabalhadores, na retomada de crescimento. A precarização do trabalho com os contornos recentes se inscreve em um contexto de profundas transformações sociais como a globalização financeira, avanços tecnológicos da microeletrônica, difusão de um novo modelo de gestão e organização produtiva e internacionalização do capital.

O trabalho precarizado tem se materializado em diferentes formas, e em todos os setores sociais. O trabalho terceirizado, subcontratado, temporário, parcial, os contratos flexíveis, redução dos postos de emprego, utilização intensiva de horas extras e banco de horas são alguns dos exemplos da precarização do trabalho que tem gerado entre outras consequências desemprego, instabilidade, intensificação do trabalho, aumento dos casos de acidentes e doenças ocupacionais, crescimento da violência moral nos ambientes laborais,

² Marx (2010).

fragilização da organização sindical, aumento da informalidade, fragmentação da classe trabalhadora, rebaixamento dos salários e alta rotatividade no emprego.

Elementos historicamente vinculados à luta e organização dos trabalhadores como as cooperativas e associações foram apropriados pelo capital como forma de precarizar as relações de trabalho, burlar os direitos e desresponsabilizar as empresas por qualquer questão trabalhista. A disseminação do empreendedorismo travestida pela ideia de autonomia tem acarretado a precarização do trabalho desde as condições do ambiente produtivo à perda de proteção social, visto que os empreendedores são “patrões” e não empregados.

O trabalho precarizado enquanto estratégia patronal para aumentar lucros e diminuir custos têm sido amplamente amparado pela política estatal nas constantes reformulações da legislação protetiva do trabalho que torna obsoleta a mínima proteção social existente para a classe trabalhadora. O processo de desregulamentação do mercado de trabalho no Brasil têm se materializado sobre o falso discurso de geração de ocupações, ou seja, quanto menos gastos o empregador tiver mais contratações poderão ser realizadas, não importando qual a natureza e as condições do trabalho, inclusive, porque ter um trabalho é melhor do que não ter nenhum (DRUCK, 2011, p.43). Também tem se utilizado a justificativa de regularização de práticas já disseminadas e largamente utilizadas no Brasil, como é o caso da terceirização, entretanto, ao contrário de garantir direitos, as novas legislações institucionalizam a precarização do trabalho.

No setor produtor de calçados, a precarização do trabalho é um fenômeno que se vincula à estrutura produtiva pela sua utilização intensiva de mão de obra. Os baixos salários, o ritmo intensivo de produção, ocorrência crescente de abuso moral, doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, parecem não representar aspectos recentes desse ramo industrial, mas sem dúvida, mais expressivos na contemporaneidade. O consumo da força de trabalho em indústrias calçadistas é marcado por condições demasiadamente nocivas ao trabalhador, sobretudo a partir da reestruturação produtiva que desencadeou mudanças como a extinção de muitos postos de trabalho concomitante à maior intensificação do trabalho, aumento da transferência de partes da produção para terceiros – recurso historicamente utilizado por empresas calçadistas –, achatamento salarial, entre outros (NAVARRO, 2006).

As regiões pioneiras na produção de calçados no Brasil estão no Rio Grande do Sul e São Paulo, especificamente no município de Franca- SP e na região do Vale dos Sinos-RS. A transferência de unidades produtivas desses estados para a região Nordeste figurou entre as estratégias de redução de custos desencadeadas no processo de reestruturação produtiva e

como uma tendência global de migração para territórios com mão de obra barata. Muitas indústrias gaúchas transferiram parte de suas plantas industriais para estados como Bahia e Ceará, contando com políticas atrativas como os incentivos fiscais e creditícios ofertados pelos governos estaduais e municipais, evidenciando os novos processos de (des)territorialização social e econômica promovidos pelo capital.

Na Bahia, o município de Amargosa foi contemplado com a instalação de um fábrica de calçados de origem do Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul. Entre as justificativas apresentadas, a promoção de desenvolvimento para a localidade consistia a principal motivação para o empenho da administração estadual e municipal em levar a indústria para a cidade. Ao longo dos 15 anos desde que a empresa se instalou no município percebeu-se que o desenvolvimento gerado está restrito a área econômica e possui natureza muito instável, visto que a indústria pode fechar sua unidade e migrar para outros territórios, seguindo a tendência “nômade” desse setor.

O aspecto mais emblemático da indústria relaciona-se às formas perversas de precarização do trabalho. São conhecidas no município as condições degradantes de trabalho a que estão subordinados os funcionários da fábrica. Inúmeros casos de doenças ocupacionais, acidentes de trabalho e violência moral coexistem com características como os baixos salários e a exacerbação de horas extras.

Nessa perspectiva, o primeiro capítulo desse estudo realiza uma discussão introdutória acerca da categoria trabalho, enquanto fundante do ser social e núcleo central do processo de acumulação capitalista, ao passo que dialoga com as determinações contemporâneas que têm reordenado o mundo do trabalho no século XXI marcado pela profunda precarização estrutural do trabalho. Nesse contexto assinalamos as principais expressões da precarização do trabalho na contemporaneidade e as consequências destas na vida dos trabalhadores.

O segundo capítulo traz uma abordagem sobre o setor calçadista no Brasil e na Bahia fundamentada nas produções contemporâneas sobre o tema. Aspectos como a organização produtiva e processos de trabalho, além do movimento de realocação das indústrias calçadistas para o Nordeste são analisados, buscando identificar as principais mudanças do setor desencadeadas a partir da reestruturação produtiva. Nessa parte os aspectos gerais da organização desse segmento industrial ganham ênfase no exercício de situar a discussão sobre o tema proposto.

No terceiro capítulo trazemos os dados da pesquisa, como a caracterização do município e da unidade industrial pesquisada e as expressões mais candentes da precarização

do trabalho na empresa, realçando as narrativas de vida e trajetória laboral dos trabalhadores entrevistados e dialogando com algumas categorias sociológicas.

Por fim, nas considerações finais traçamos algumas questões à guisa de conclusão, que revisitam aspectos abordados ao longo do texto, demarcando nosso posicionamento à respeito das ideias centrais discutidas nesse estudo.

2. TRABALHO E PRECARIZAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O debate sobre trabalho no mundo contemporâneo vem sendo travado sob as mais diversas perspectivas que oscilam entre duas tendências principais: a do fim do trabalho, e do trabalho enquanto núcleo central de toda atividade humana, ainda que sob o signo das metamorfoses da organização produtiva e, por conseguinte, das relações trabalhistas. O exercício de compreender as profundas e rápidas transformações que reorganizaram o mundo do trabalho tornou-se, sobretudo a partir da virada para o século XXI, alvo de incontáveis estudos no campo das ciências humanas, que resultaram no surgimento de importantes produções teóricas, polêmicas, novos e distintos conceitos em torno da categoria trabalho.

No interior das discussões, as afirmações acerca da superação e obsolescência do marxismo se disseminaram enfaticamente na esfera da produção científica, consoante às ideias de perda da centralidade do trabalho enquanto elemento fundante do ser social. Nessa perspectiva, na contracorrente ideológica da produção de conhecimento, filiamo-nos às formulações da teoria marxiana por sua atualidade e crítica ao modo de sociabilidade capitalista, reconhecendo o caráter estruturante que o trabalho assume em qualquer organização social, e, ao mesmo tempo, percebendo as formas de dominação e exploração do capital em relação ao trabalho em escala global. Contrariamente às alegações sobre sua finitude, mesmo numa época marcada pela expansão tecnológica e substituição do trabalho vivo por maquinário³, a atividade laboral continua sendo necessidade vital para a sobrevivência do homem, mesmo porque a criatividade e inovação ainda estão centradas nas ações humanas e o núcleo da produção e reprodução de riqueza social acumulada permanece sendo o trabalho.

O estudo referente ao trabalho reivindica um movimento de reflexão atento ao risco de abordagens fundadas em um maniqueísmo que limita a compreensão da realidade em sua dinâmica totalizante⁴. A análise do trabalho enquanto categoria sociológica conforma um complexo de dimensões conceituais sem as quais é improvável chegar aos caminhos que elucidam o modo de organização produtiva na contemporaneidade, desta forma, é preciso adentrar nas construções e avanços teóricos para se compreender a própria dinâmica do mundo real. Para conceber essas dimensões – da realidade concreta e da teoria - partimos dos

³ Cf. Marx, Karl. Maquinaria e trabalho vivo: Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador.

⁴ Sobre a categoria da totalidade, ver Konder (2008, p. 35 – 40).

pressupostos teóricos que explicam o cerne do modo de produção capitalista, qual seja, a expropriação da força de trabalho humana e a transformação desta em mercadoria.

2.1 Trabalho: Notas introdutórias

O trabalho é o elemento fundante da sociabilidade, dele provém a subsistência humana, o início e continuidade do desenvolvimento social. Enquanto mediadora da relação entre homem e natureza, a atividade produtiva não só inaugura o processo de sociabilização do homem, mas também exerce papel central na sofisticação dos modos de produção e organização social. Engels (2013, p. 13) em seu texto Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem afirma que “o trabalho [...] é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Marx também corrobora esse pensamento ao afirmar que: “o trabalho, [...] é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (2008, p.64).

Através do trabalho o homem controla, regula e extrai de sua troca com a natureza recursos para sua sobrevivência dotando-os de utilidade à vida humana. Ao transformar a natureza transforma a si mesmo e desenvolve continuamente suas potencialidades produtivas (MARX, 2008, p. 201).

A atividade laborativa⁵ é circunstância ineliminável da existência humana. É o elemento que marca a transição do ser orgânico/natural à condição qualitativamente distinta de ser social, delineando o contínuo desenvolvimento do processo de sociabilidade. Lucáks (2013, p. 44) concebe o trabalho como fenômeno originário do ser social ao concluir que seu aspecto fundante é exclusivo pelo simples fato de que as outras categorias, tais como a linguagem e a cultura, surgem com um caráter eminentemente social. “Somente o trabalho, tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza [...]” (LUCÁKS, 2013, p.44). O trabalho, portanto, na perspectiva lucaksiana, é o elemento fundante do ser social e promove um salto

⁵ Embora reconheçamos a distinção entre as terminologias ora utilizadas, nesse estudo, como recurso linguístico, utilizaremos as variações de labor, atividade laborativa, trabalho, atividade produtiva, atividade humana enquanto sinônimos. Sobre a diferenciação de trabalho e labor, ver Arendt (2007), capítulos III e IV.

transformador no ser humano. A atividade humana é concebida como o atributo que altera e redefine os elementos próprios da natureza, concebendo novos sentidos e funcionalidades.

Esse primeiro aspecto do trabalho como criador e mantenedor do metabolismo social é insuprimível. Em qualquer época histórica, o homem sempre dependeu do intercâmbio com a natureza para manter-se vivo, subtraindo desta, meios para atender suas necessidades de alimentação, habitação, reprodução, entre outras. A natureza é, portanto, meio de vida, objeto e instrumento da atividade vital humana (MARX, 2010a, p. 84).

Poderíamos dizer que os animais também exercem ação recíproca com a natureza e dela subtrai as condições de vida, não obstante, o *modus operandi* dessa interação é inteiramente instintiva. Os animais transformam a natureza apenas por estar nela (ENGELS, 2013, p.23), mas não dispõem de estrutura racional para projetar ações conscientes no meio em que vivem, não arquitetam a forma de realização da atividade, não fazem ideação prévia e nem escolhem meios mais ou menos adequados diante das causalidades postas pela natureza para a execução de determinada finalidade. Nos Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844, Marx já trazia essa diferenciação entre a atividade produtiva animal e a humana:

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual ele coincide imediatamente. *A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal* (MARX, 2010a, p. 84. Grifo nosso).

Anos mais tarde, em sua obra principal Marx enfatiza a distinção entre a produção humana e animal ao cotejar a atividade de uma abelha, ainda que da melhor abelha, à de um arquiteto, mesmo o pior arquiteto:

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. *Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.* No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2008, p. 211. Grifo nosso).

Essa projeção que o homem faz antes de executar o processo de trabalho, como resposta a determinadas necessidades – a finalidade do ato produtivo construída anteriormente no nível do pensamento, Lucáks (2013) designou de pôr teleológico. Segundo o autor, o resultado do trabalho existe aprioristicamente na consciência do homem antes de sua materialização, como produto de uma prévia ideação que orienta a atividade. “[...] nem é

preciso repetir Marx para entender que qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de tal pôr, que determina o processo em todas as suas etapas.” (LUCÁKS, 2013, p. 51). Dessa forma, a prévia ideação antecede a realização da atividade para atender carências, que quando supridas originam outras necessidades, e sucessivamente novas respostas, possibilitando o desenvolvimento e a complexificação dos meios e instrumentos de produção, do processo de sociabilidade e da própria realidade social.

No modo de produção baseado no capital, o trabalho enquanto elemento fundante da transformação qualitativa do homem em ser social é subvertido à condição de mercadoria, negociada entre capitalista e trabalhador, através da denominada relação capital-trabalho. A finalidade desta mercadoria, resultante da força de trabalho é tão somente gerar a valorização do produto, que têm seu valor de uso subordinado ao valor de troca⁶. “Põem-se de lado os valores de uso da mercadoria, quando se trata da relação de troca entre elas” (MARX, 2008, p. 59). O ato produtivo direciona-se em oposição à satisfação das necessidades humanas quando estabelece como primazia a potencialidade do valor de troca. Dessa forma, a força de trabalho explorada é o núcleo central do processo de constituição, valorização e acumulação do capital e, por conseguinte, de riqueza.

As dimensões da vida social na sociedade capitalista estão circunscritas no processo de crescimento exponencial da dominação do valor de troca, logo, tudo se transforma ou tem potencial de se transformar em mercadoria e de ser trocado para favorecimento do capital. Assim, o que era antes protótipo de realização distintiva humana, passa a ser mero espaço de reprodução social de si e do modo de produção capitalista, por meio do trabalho alienado e coisificado.

Para o dono dos meios de produção, a expropriação do trabalho possibilita a extração da mais-valia⁷, acúmulo de capital e superlucros. Para o trabalhador os resultados da venda de sua força de trabalho ultrapassam a dimensão econômica ao trazer, intrinsecamente, múltiplas formas de alienação, pois seu trabalho não possibilita apenas a autoreprodução de si na condição de trabalhador, mas traz internamente um formato específico de sociabilidade, o

⁶ O valor de uso de uma mercadoria se manifesta na qualidade que esta possui de satisfazer necessidades humanas, seu caráter útil só se realiza quando consumada, “[...]a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2008, p. 57)”. O valor de troca de uma mercadoria consiste na possibilidade de permuta entre outras mercadorias, é a propriedade que possibilita a relação de quantificação do produto.

⁷ A mais-valia é a diferença entre o que é pago ao trabalhador e o valor real de seu trabalho, ou seja, é a parte não paga do valor excedente ao fim do trabalho. Cf. (MARX, 2008, p. 247 – 358).

qual é regido pela própria dominação e reprodução ampliada do capital. A gênese do complexo de alienações humanas se dá no processo de exploração da atividade laborativa, na alienação do trabalho se desdobram outras manifestações de estranhamento⁸.

A alienação que atinge o resultado do trabalho, isto é, o produto; o ato produtivo; as determinações do gênero humano e a própria identidade do trabalhador; tem como fonte a relação contraditória existente na atividade laborativa no capitalismo. O sentido de interação entre homem e natureza, que origina o processo de sociabilidade, é destituído para dar lugar à finalidade última do trabalho enquanto meio de sobrevivência, para muitos, único meio de sobrevivência e objetivo maior de suas ações. Logo, uma vida de sentidos através do labor (possibilitada pelos ganhos do trabalho) passa a ser uma vida de sofrimento e pura reprodução de si, o trabalhador imerge numa lógica centrada na imediatividade da vida marcada pelo excesso de trabalho em condições precárias, constituindo uma realidade perversa e fonte de não satisfação e desefetivação⁹. O trabalhador termina vivendo no e pelo trabalho, envolto em um processo de individualização, competição pelo emprego e brutalização de sua vida e de suas relações sociais correlacionadas.

A primeira manifestação da alienação do trabalho consiste no estranhamento do objeto do ato produtivo. O que o trabalhador concretiza com sua ação não lhe pertence, o resultado do seu trabalho não permanece em seu domínio. Além de ser alheio ao trabalhador, o produto do labor defronta-se com seu criador como um poder estranho e independente (MARX, 2010a, p. 80). A segunda forma de alienação concerne o próprio ato produtivo. Se o objeto da atividade é alheio ao trabalhador, o ato produtivo e os meios de trabalho por conseguinte, também serão. Conforme a formulação marxiana:

O produto é, sim, somente o resumo [Resumé] da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização da atividade, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. [...]. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, [...] (MARX, 2010a, p. 82 -83).

A alienação do objeto do trabalho e do ato produtivo origina outra expressão do trabalho estranhado, o estranhamento do gênero humano. As determinações da vida genérica são extraídas do trabalhador e por movimento sucessivo o homem estranha a si mesmo e seu

⁸ Não utilizaremos nesse estudo a distinção dos termos alienação (Entäusserung) e estranhamento (Entfremdung) sugerida na tradução de Jesus Ranieri nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, uma vez que essa abordagem ultrapassa os objetivos desse estudo, ambas as expressões serão utilizadas de forma análoga.

⁹ Marx (2010a).

semelhante, deixando de se perceber como parte de uma condição humana mais ampla, passa a viver tolhido no imediatismo de sua vida, ou seja, preso no cotidiano. Conforme a síntese de Marx (2010a, p.85): “[...] uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*” (grifo original).

O processo de alienação culmina em uma questão fundamental: a mercantilização do trabalho e por decorrência a mercantilização da vida. Sob a égide do capital, toda a estrutura social, é concebida pela ótica do comércio e do lucro, e para que essa lógica permaneça vigente, o capitalismo reinventa mecanismos de controle ideológico, de captura da subjetividade, dominação da força de trabalho e estratégias de ampliação da produtividade que, articulados, asseguram a hegemonia desse sistema¹⁰.

O trabalho, sob o signo do capitalismo e seus constantes rearranjos para garantir sua reprodução ampliada, se reconfigura continuamente conforme as necessidades do capital. Desse modo, o modelo capitalista atualiza mecanismos sofisticados para garantir sua expansão, o aumento da exploração da força de trabalho constitui antiga receita na realização desse fim. Embora a estrutura social capitalista seja marcada por rupturas, crises e uma obsolescência que rejeita o passado e a história em função do ineditismo, no mundo do trabalho observam-se muitas continuidades no que concerne às relações trabalhistas, condições de trabalho, impactos do labor, em síntese, ao universo da classe trabalhadora. Mesmo com mudanças na superfície do consumo e na aparência da realidade social, na atualidade continuam vigorando formas danosas de precariedade e exploração do trabalho.

Nas últimas décadas, sobretudo as que marcam a transição de um século para outro, inúmeras transformações reorganizaram o mundo do trabalho. Esse período, no entanto, abarca uma radicalidade de mudanças que assinalam uma conservação de aspectos históricos na exploração da força de trabalho humana e um retrocesso de conquistas arduamente alcançadas pela classe trabalhadora.

¹⁰ Entenda-se sistema como complexo de estruturas sociais que garantem a reprodução do capitalismo. Embora seja óbvio, explicitamos que para manter a hegemonia do capitalismo enquanto meio de produção e organização social, não basta que se reproduza apenas o capital econômico, é imprescindível que a estrutura ideológica, a cultura e educação também se reproduzam e fortaleçam valores como o individualismo, imediatismo e consumo. Segundo Bourdieu: “As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções” (1989, p.10).

2.2 O Trabalho na contemporaneidade

O intervalo subsequente ao pós-segunda guerra até os últimos anos do século XX suscitou um conjunto de transformações no mundo do trabalho em escala global. Marcado por sinais de uma crise sistêmica¹¹, o capitalismo empreendeu uma série de reconfigurações que buscavam a retomada da produtividade e das taxas de lucro diante da ameaça de colapso do sistema que em uma fase pretérita recente encontrava-se em profundo ascenso. Essas transformações tiveram como pano de fundo, fenômenos que compõem a complexa conjuntura social em estudo, os quais não se pode escusar para compreensão do período analisado.

A internacionalização do capital¹² a partir dos avanços tecnológicos e da migração de transnacionais para países do terceiro mundo em busca de menores custos e aumento da produtividade possibilitou o franco desenvolvimento da esfera financeira. Ao transpor as fronteiras nacionais, instituições financeiras, como bancos, perseguiram o mesmo caminho de empresas multinacionais para atender, entre outros objetivos, necessidades das corporações produtivas (COSTA, 2008, p. 28). Esse processo possibilitou a globalização financeira que facultou ao setor financeiro assumir preponderância sobre o setor produtivo na economia mundial. Segundo Costa:

A dominância da esfera financeira sobre o conjunto da economia impôs à sociedade um enorme sacrifício e elevou potencialmente o risco estrutural do sistema, tendo em vista que a atividade financeira passou a movimentar uma quantidade de recursos muitas vezes maior do que a economia real (2008, p. 32).

O rápido crescimento do setor financeiro contou, entre outros aspectos, com a desregulamentação dos mercados no processo de hegemonização das políticas neoliberais¹³. Em contraposição às experiências do *Welfare State* nos países de economia avançada, os fundamentos neoliberais preconizavam o Estado Mínimo e o mercado como regulador da vida

¹¹ Mézaros (2011).

¹² Ver Chesnais (1996).

¹³ Não há precisão quanto ao período de implantação das políticas neoliberais, os países capitalistas as incorporaram de maneira distinta e em diferentes momentos em suas gestões político-econômicas. De acordo com Anderson (1995, p. 9) o neoliberalismo surge logo após a segunda grande guerra em países da Europa e América do Norte. Os fundamentos que demarcam a política neoliberal estão contidos no livro *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek. No Brasil, os anos 1980 e principalmente, 1990 – década da desertificação neoliberal - são emblemáticos dos ajustes econômico e sociais previstos na cartilha do neoliberalismo.

social. O neoliberalismo *a brasileira* galgou aceitação desde as camadas populares às elites através do discurso emitido repetitivamente nas mídias que advogava a demonização do Estado e a ineficiência da administração pública, dessa forma, os bens e serviços sociais, assim como as empresas estatais deveriam ser privatizados, o mercado financeiro e de trabalho desregulamentado e assim sucedeu a execução de orientações do receituário neoliberal. O Estado fora da esfera econômica assumiria funções específicas como garantir a proteção dos contratos privados, promover a competição dos mercados e assegurar a propriedade privada (COSTA, 2008, p.13).

Nesse contexto histórico o padrão fordista/taylorista de produção entra em profunda decadência e passa a perder espaço nos países industrializados para o modelo toyotista inscrito no novo regime de acumulação capitalista: a acumulação flexível. Essa transformação na economia política do capitalismo desencadeou mudanças radicais nos hábitos de consumo, processos de trabalho, configurações geopolíticas e práticas do Estado (HARVEY, 2012, p. 117).

O fordismo é um modelo de produção, iniciado nas fábricas da Ford, caracterizado, entre outros aspectos, pelo trabalho repetitivo, fragmentado, produção em massa e em série, organização fortemente hierarquizada, separação entre concepção e execução do trabalho e homogeneização dos produtos (DRUCK, 1995). Esse padrão produtivo fundamenta-se na linha de montagem organizada em torno da esteira mecânica que determina o ritmo acelerado da produção, para seu fundador Henri Ford, produzir em massa engendraria o consumo em massa.

O taylorismo consiste em um método organizacional da produção e do trabalho baseado no controle cronometrado do desempenho dos trabalhadores, especialização e parcelização de todas as atividades constitutivas do processo produtivo. Idealizado por Frederick Taylor o modelo taylorista destinava-se à redução dos intervalos entre uma operação e outra e aumento da produtividade. O binômio taylorismo/fordismo¹⁴ durante quase todo o século XX foi o padrão de gestão organizativa do processo produtivo e do trabalho em indústrias em todo o mundo. Seus princípios foram amplamente refletidos no modo de vida e organização social, consumo e gerência da força de trabalho em países industrializados.

De acordo com Harvey (2012, p. 119) “[...] o colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e incerteza”. Segundo o autor esse período foi marcado pelo regime de acumulação flexível que substituiu a rigidez do fordismo por

¹⁴ Cf Pinto, 2013.

métodos versáteis de gestão e organização do trabalho e das políticas econômicas. O novo regime caracteriza-se, sinteticamente, pela flexibilidade dos mercados de trabalho, dos produtos, dos padrões de consumo, crescimento do setor de serviços, compressão do espaço-tempo através da comunicação e difusão de informações de maneira imediata viabilizadas pelos avanços tecnológicos e desterritorialização de empresas para países recém-industrializados (HARVEY, 2012, p. 140).

Além dos aspectos assinalados, ressalta-se a crise dos anos 1970, que se estendeu de diferentes formas nos países capitalistas e gestou respostas político-econômicas na tentativa de retomar a estabilização da economia, dentre as quais novas formas de gestão dos mercados, - sobretudo o mercado de trabalho. Tais repostas originaram profundas transformações sociais que afetaram decisivamente o modo de vida da classe trabalhadora sujeita às flutuações do sistema capitalista em crise. Segundo Hobsbawm (1995, p. 393), “[...] a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”. Acrescentamos que essa assertiva é também válida nos dias contemporâneos.

O acirramento da contradição capital-trabalho que se acentuou pouco depois da experiência social-democrática no panorama de crise das economias de centro ganhou novos contornos frente a investida capitalista para manutenção do controle social. A dinâmica do capital em crise conforma alterações extremas que afetam em última análise os trabalhadores. As pressões sobre a classe trabalhadora constituem movimento inexorável para recuperar os parâmetros de crescimento econômico global. De acordo com Mézaros:

[...], devido à crise estrutural do capital e ao estreitamento da viabilidade produtiva do sistema, torna-se absolutamente necessário reordenar o “bolo econômico” da nação, mais do que nunca em favor do capital, de modo a assegurar uma retomada do “arrocho do trabalho” [...] (2007, p. 155).

A flexibilização da produção capitalista consistiu principal opção na tentativa de reverter o quadro crítico ocasionado pela crise. Estruturas sólidas do modo de ser do trabalho, tais como a estabilidade e formalidade, foram solapadas dando lugar ao trabalho baseado na agilidade, polivalência e adaptabilidade às rápidas alterações dos mercados de consumo e produção, para que o trabalhador fosse dotado de “empregabilidade” deveria se ajustar a esses aspectos. Contudo, a flexibilização não é uma novidade dos tempos modernos, segundo Alves (2010a, p. 23) a categoria da flexibilidade é inerente ao capitalismo, acompanha o modo de produção desde sua gênese e adquire novas determinações ao se renovar no bojo da mundialização do capital sob a investida neoliberal. Em suas palavras: “[...] ela não se

restringe apenas à “maior versatilidade possível do trabalhador”. A flexibilidade torna-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção” (2010b, p.24).

Em poucos anos sob o advento da acumulação flexível, observou-se o desmanche da estabilização social e econômica que originou consequências desastrosas para a classe-que-vive-do-trabalho¹⁵ figuradas na flexibilização da organização produtiva, no rápido crescimento do desemprego estrutural - mesmo em países que viveram os anos dourados do pleno emprego - e aumento da exploração da força de trabalho. Para Alves (2010a, p.18), além do aumento do desemprego, a acumulação flexível instaurou um novo patamar de proliferação do trabalho precarizado nos principais países capitalistas.

A nova fase de acumulação capitalista caracterizada pela flexibilidade, contrariamente ao período de expansão do capitalismo¹⁶ pautado no regime de organização fordista e taylorista da produção, traz consigo o retrocesso de direitos trabalhistas historicamente conquistados com a desregulamentação do mercado de trabalho. De acordo com Mézaros (2007, p. 157): “A novidade radical de nosso tempo é que o sistema do capital não está mais em posição de conceder absolutamente nada ao trabalho, em contraste com as aquisições reformistas do passado”.

As consequências da flexibilização produtiva ultrapassam o mundo do trabalho e a esfera econômica ao produzir efeitos que atingem de forma generalizada o modo de vida e a subjetividade dos indivíduos. O trabalho permeia toda a experiência humana, desta forma, suas transformações reverberam em diversas dimensões da vida social. A efemeridade, os curtos prazos, volatilidade das mudanças sociais e o desprezo aos valores pautados nas referências passadas e projeções futuras deram lugar à sociedade do imediatismo no novo padrão de acumulação capitalista. Sennett aprofunda a discussão sobre as resultantes da flexibilidade na vida das pessoas:

Talvez o aspecto que mais confusão causa seja seu impacto sobre o caráter pessoal. [...]. O termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. [...]. Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? (2009, p.10).

¹⁵ Utilizaremos nesse estudo o conceito de classe-que-vive-do-trabalho por tratar-se de uma noção ampliada, que abarca a totalidade dos trabalhadores assalariados, incluindo o proletariado industrial, assalariados do setor de serviços, proletariado rural e os trabalhadores desempregados (ANTUNES, 2009, p. 103).

¹⁶ Período que compreende os anos subsequentes ao fim da segunda guerra mundial.

A flexibilidade dificulta a construção de relações interpessoais duráveis uma vez que a fluidez característica da nova fase capitalista desordena e confunde os valores éticos e solidários dos sujeitos ao dismantelar as identidades pessoais e coletivas. A ausência de referências num mundo regido pela lógica do ineditismo descarta tudo o que é velho, inclusive as pessoas, transformando a vida numa experiência marcada por trajetórias de inconstâncias e efemeridades.

Nas últimas décadas do século XX, particularmente a partir da década de 1970, as profundas transformações sociais com a ascensão do neoliberalismo e financeirização do capital resultaram consideravelmente na reorganização econômica, organizativa e gerencial no interior das empresas, amplamente difundida como reestruturação produtiva. No bojo de instabilidade econômica com o crescimento desenfreado do capital financeiro buscava-se alternativas de enfrentamento ao quadro de crise da economia global, nesse contexto inovações tecnológicas e novos padrões organizacionais foram incorporados à organização produtiva. As técnicas de produção e gerenciamento toyotistas se expandiram pelo mundo ocidental como padrão organizativo do trabalho propício à recuperação dos lucros por meio do aumento da produtividade e redução de custos (PINTO, 2013).

As tendências da reestruturação produtiva experimentadas com o advento do modelo japonês, pautado, entre outros aspectos pelo melhor aproveitamento do tempo de trabalho, colocaram em xeque o padrão de produção fordista e as políticas keynesianas¹⁷ que já apresentavam sinais substantivos de esgotamento no início da década de 1970. O novo arranjo do capital em crise requisitava padrões flexíveis no processo de acumulação, que compreendia, preliminarmente, a esfera produtiva e o mercado de trabalho. Conforme afirmação de Harvey:

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no setor “monopolista”) (2012, p. 135).

¹⁷ As políticas keynesianas se expandiram em muitos países do primeiro mundo no período do Estado de Bem-estar social, fundamentadas na intervenção estatal na economia, compromisso político para garantir o pleno emprego, seguridade social e previdenciária, protecionismo econômico, entre outros aspectos, os defensores do keynesianismo, entre eles, seu idealizador John Maynard Keynes, acreditavam que possibilitando condições para o aumento do consumo e crescimento econômico consistia melhor forma de estabilização da economia e superação das crises do capitalismo.

Dessa forma, flexibilizar a esfera produtiva, particularmente a organização do trabalho, consistia o melhor caminho para enfrentar a tendência decrescente das taxas de lucro, a partir de um conjunto de medidas que otimizasse o tempo de trabalho, incorporasse tecnologias de ponta e garantisse qualidade total dos produtos.

Além do reordenamento da produção, era necessário levar a efeito mecanismos de dominação, que no campo subjetivo segmentasse a classe trabalhadora, como a ideologia do trabalho cooperado, gestão participativa, organização horizontal, empreendedorismo, flexibilidade do tempo e do espaço laboral e a ideia do sindicato empresa e/ou sindicato família, como espécie de um apêndice da fábrica, mais do que um parceiro, evidenciando parte do discurso de arrefecimento dos embates e conflitos de classes. Ideias que prometiam autonomia e liberdade aos trabalhadores no lugar do trabalho repetitivo, rígido e monótono da era fordista. Não obstante, essa perspectiva não se efetivou, conforme assertiva de Richard Sennet: “Em nossa época, porém, a nova economia política, trai esse desejo pessoal de liberdade. A repulsa à rotina burocrática e a busca de flexibilidade produziram novas formas de poder e controle em vez de criarem as condições que nos libertam “(2009, p. 54).

Desse modo, o que os defensores da flexibilização do novo padrão produtivo apregoavam não se conjugou a realidade dos trabalhadores, ao contrário do maior tempo livre o que se verificou foi a intensificação do trabalho; o incremento tecnológico não possibilitou redução do tempo de trabalho mas aumento das jornadas (ANTUNES, 2009, p. 35); a autonomização dos trabalhadores cooperados veio acompanhada de perdas de direitos e aumento da jornada de trabalho, dentre outros aspectos que ratificam o caráter perverso da flexibilidade para a classe trabalhadora.

O modelo de organização produtiva inaugurado nas fábricas da Toyota no Japão se expandiu no mundo ocidental, por volta dos anos 1970, como estratégia de enfrentamento a crise capitalista e como protótipo do novo padrão de acumulação. O sistema organizacional toyotista galgou espaço nas indústrias dos países de centro e países de economia dita emergente, através do conjunto de mecanismos que viabilizavam o aumento da produtividade e maior racionalização dos postos de trabalho. Em contraposição ao fordismo, o modelo toyotista produzia de acordo com a demanda do mercado, dotava o trabalho de um caráter flexível e polivalente, além de utilizar em larga escala a terceirização de partes do processo de produção (ANTUNES, 2009, p. 56). Importante ressalva, diz respeito, à forma de

implantação desse modelo na organização do trabalho¹⁸. Em muitos países industrializados não houve a substituição integral do padrão produtivo, mas fusão de elementos do fordismo, taylorismo e toyotismo, além do ajuste das técnicas de produção às culturas locais, o que terminou produzindo formas híbridas¹⁹ ou típicas do próprio sistema capitalista, em que se misturam novos e velhos elementos atuando no mesmo compasso direcionado à busca incessante por ampliação dos lucros.

A “globalização do desemprego”²⁰ constitui outra iminente consequência da adoção do padrão toyotista, uma vez que o racionamento dos postos de trabalho consiste aspecto fundamental nessa forma de organização produtiva que é lastreada na automação do processo produtivo, excluindo postos e ampliando a exploração dos que permanecem. Até mesmo o país de origem desse modelo – que outrora adotou políticas de aumento salarial e pleno emprego – tem registrado crescimento do desemprego, além de medidas flexíveis de exploração do trabalho. De acordo com Mézaros:

O Japão é um exemplo particularmente importante, porque não se trata de um país do chamado “Terceiro Mundo”, com relação ao qual as práticas mais cruéis e desumanas de exploração sempre foram subentendidas como algo necessário e natural. [...]. E hoje, mesmo nesse país, o desemprego está aumentando perigosamente, sendo preciso tornar as condições de trabalho piores do que jamais foram no longo período pós-guerra de desenvolvimento e expansão do capital, o que inclui não apenas a grande intensificação de regimes exploradores em nome da “flexibilidade”, mas também, – o que é bastante incompreensível para muitas pessoas – o imperativo de uma semana de trabalho mais longa (2007, p. 151).

Dessa forma, o desemprego torna-se um fenômeno crônico e global que atinge contingentes de trabalhadores das mais diversas categorias, desde os não-qualificados àqueles que tiveram acesso à qualificação. No Brasil, as taxas de desemprego decaíram na última década, mesmo diante da crise internacional, mas recentemente observa-se o crescimento do desemprego no país,²¹ ainda que os índices sejam menores em comparação com outros países. De acordo com Pochmann (2015), em pesquisa recente “[...] desde o ano de 2008, [...] o Brasil se tornou um dos poucos países do mundo cujo desemprego decresceu ao ritmo médio

¹⁸ “No Brasil, a adoção e difusão do modelo japonês não vai se dar de forma homogênea entre os diferentes setores da economia; entre as empresas de um mesmo setor e mesmo no interior de uma mesma empresa. Em muitos casos a adoção desse novo modelo de gestão da produção significa tão-somente a adoção de algumas de suas técnicas ou sistemas (NAVARRO, 2006, p. 217).

¹⁹ Ver Oliveira, 2013.

²⁰ Expressão de István Mézaros (2007).

²¹ O início de 2015 têm registrado aumento considerável das taxas de desemprego, segundo a pesquisa mensal de emprego do IBGE, o índice de desemprego no mês de Janeiro subiu 10,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse aumento do desemprego vem ocorrendo em diversas capitais brasileiras.

anual de 6,9%, ao passo que subiu 4,8% no México, 9,5% na França e 11,9% na Itália”. A despeito do crescimento de novos postos de trabalho e declínio do desemprego, observa-se que as ocupações criadas respondem por parcelas significativas de trabalhos precarizados. Outro fator preponderante diz respeito à ampliação de demissões concomitante às contratações, ou seja, os empregos criados não são estáveis, o que facilita a dispensa do trabalhador com muita facilidade, dessa forma a rotatividade é conduta constante do mercado de trabalho brasileiro. Conforme Ganz Lúcio (2015), diretor técnico do Dieese, “[...] há grande flexibilidade para contratar e demitir trabalhadores e esse fenômeno é uma prática permanente dos empresários na economia brasileira”.

A precarização e o desemprego enquanto expressões do caráter perverso do reordenamento capitalista, na contemporaneidade, relacionam-se com uma questão fundamental: a ampliação da precariedade e do desemprego acarreta o crescimento em proporção direta de uma massa de trabalhadores excedente – o exército de reserva²² (MARX, 2010b).

A atualidade do conceito marxiano de exército de reserva auxilia na compreensão das estratégias que o capitalismo contemporâneo exerce no processo de subordinação do trabalho ao capital. A funcionalidade do contingente populacional desempregado foi desvelada há mais de um século e ainda hoje percebemos sua utilização pelo capital como mecanismo de desorganização dos trabalhadores que passam a concorrer no e pelo trabalho. A disputa pelo emprego e sua manutenção, associada à facilidade de substituição do trabalhador, possibilita a exploração da força de trabalho, sujeitando os empregados a quaisquer exigências e condições laborais impostas pelos donos dos meios de produção. De acordo com a assertiva marxiana:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele (2010b, p.735).

O exército de reserva expressa uma circunstância fundamental para a expansão capitalista a partir de sua funcionalidade na manutenção da estrutura “sociometabólica do capital” (MÉSZÁROS, 2011). A introdução da tecnologia nos diferentes setores produtivos,

²² A expressão original é *exército industrial de reserva*, suprimimos o termo “industrial” para abarcar a totalidade da força de trabalho excedente na realidade contemporânea, essa modificação não altera o sentido do conceito marxiano. Trabalhadores de diversos setores, não apenas de indústrias, engrossam as fileiras de desempregados na contemporaneidade.

contribui diretamente na ampliação da população excedente de trabalhadores através da substituição da força de trabalho humana por maquinário.

O capital opera fissuras na classe trabalhadora entre aqueles que possuem um emprego e os excluídos do mercado de trabalho regulamentado, aumentando assim a concorrência interna na busca de um salário. Quanto maior a procura, menor é o valor pago a força de trabalho, desse modo, o salário decai possibilitando ao capitalismo menores custos e crescimento dos lucros. Segundo Marx (2010a, p.35) “[...] como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que força a isso é em parte a concorrência entre capitalista e trabalhador, em parte a concorrência entre trabalhadores.” Nessa equação, as possibilidades de regulação do salário e aumento da exploração do trabalho encontram terreno fértil para realizar-se.

A simbiose entre a concorrência interna na classe trabalhadora e a mitigação das resistências e organizações trabalhistas favorece diretamente o capital. A luta pelo emprego e por sua manutenção potencializa o individualismo e a perda de identidades coletivas. De acordo com Bourdieu: “A concorrência pelo trabalho é acompanhada de uma concorrência no trabalho, que é ainda uma forma de concorrência pelo trabalho, que é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão” (1998, p.74).

A disputa pelo emprego é também uma forma de disputa pela sobrevivência em uma sociedade em que o trabalho alienado e coisificado é por vezes o único meio de vida dos indivíduos. “O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele têm de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade” (MARX, 2010a, p. 25). Dessa forma, o consentimento dos trabalhadores a condições precárias de labor é crescente frente à constante ameaça do desemprego, entretanto sabemos que ainda existe reação, contestação e organização dos trabalhadores, mesmo que de forma dispersa e sem perspectiva nitidamente revolucionária. Todavia, é conhecida a ampliação de greves e lutas dos trabalhadores no início do século XXI em escala global. Observa-se, na realidade, que os trabalhadores vêm dando exemplos de força em vários países do mundo, logo, ainda se vê laços identitários no seio da classe trabalhadora que resiste, às constantes investidas do capital.

2.3 Precarização: o paradigma do trabalho no século XXI

As profundas transformações desencadeadas nas últimas décadas gestaram uma reconfiguração no mundo do trabalho que transpôs as fronteiras da esfera produtiva, refletindo no modo de vida e na dinâmica social os princípios que regem a esfera econômica. Assentada no paradigma da precarização consoante ao imperativo da flexibilidade, a nova organização do trabalho inaugurou uma fase de duras ofensivas do capital sobre a classe trabalhadora. A fluidez que se estabeleceu nos desdobramentos do novo padrão de acumulação capitalista solapou estruturas historicamente construídas, como os marcos regulatórios do mercado de trabalho e a forma de vida pautada na estabilidade e projeção futura. A nova fase do capital instaurou a efemeridade como regra e a instabilidade como padrão.

A precarização do trabalho não é um fenômeno novo, muito embora, tenha ganhado novos contornos e um movimento hegemônico em um passado recente²³. As investidas sobre o trabalho, na busca de maior produtividade e sucessivamente de crescimento dos lucros, constitui prática antiga do sistema de valorização do capital. O que se observa nos tempos contemporâneos, é a desestruturação direta da organização do trabalho, que desconhece limites na razão avassaladora de expansão capitalista.

O trabalho precarizado institui a lógica da instabilidade social que resulta no aprofundamento da dominação do capital sobre o trabalho. A precarização constitui mecanismo de controle sofisticado ao agregar no plano objetivo e subjetivo, fatores que produzem e reproduzem a constante insegurança e incerteza social. Bourdieu (1998, p. 75) denominou esse processo de gestão racional da insegurança, de acordo com a afirmação do autor “[...] a precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração”.

Além dos aspectos que sinalizaremos aqui, uma particularidade desse processo é patente, a precarização – guardadas algumas heterogeneidades assinaladas pelas diferenças histórico-culturais – é um fenômeno global que atinge a totalidade da classe trabalhadora, desde os trabalhadores da esfera pública à esfera privada, os qualificados e não-qualificados, o proletariado industrial, os prestadores de serviços e autônomos/informais, o trabalhador da zona rural ou urbana, os empregados e desempregados. A hegemonização da precarização²⁴ no mundo do trabalho foi possível a partir da aliança que se firmou entre os Estados-nação e os grandes oligopólios transnacionais que controlam a economia global, legitimada pelos

²³ Cf. Durães (2006).

²⁴ Os termos precarização e precariedade são usualmente utilizados como sinônimos no debate brasileiro, neste estudo também utilizamos as expressões de forma análoga. Cf. (DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007, p.30-31).

canais de comunicação que ecoam discursos defensores do desenvolvimento econômico como solução das iniquidades sociais.

Dessa forma, analisar as mutações que vem se processando com acentuada celeridade no mundo do trabalho, bem como as contradições inerentes do capitalismo contemporâneo não é tarefa fácil, sobretudo, dado o caráter volátil da atual dinâmica societária, mas é questão essencial para compreender as novas dinâmicas do trabalho e tentar apreender as formas, também novas, de organização e luta da classe trabalhadora no século XXI.

Nas últimas décadas a precarização do trabalho no Brasil têm sido objeto de inúmeras análises. Diferentes áreas científicas tem se dedicado a compreender a dinâmica multifacetada da precariedade do trabalho enquanto fenômeno sistêmico do novo padrão de acumulação capitalista. As abordagens e categorias conceituais variam de acordo às especificidades de cada matéria e recortes metodológicos, não obstante, de forma geral, parece existir um consenso em relação aos efeitos negativos que atingem a classe trabalhadora. Nesse estudo, tomamos por base a linha analítica da Sociologia do Trabalho, particularmente, as produções de Ricardo Antunes, Graça Druck e Giovanni Alves.

A precarização do trabalho acompanha a história do capitalismo desde sua origem, sendo determinada por suas diferentes fases. Recentemente esse fenômeno logrou novas características fazendo retroceder notáveis avanços da classe trabalhadora ao longo do desenvolvimento do sistema de valorização do capital. Apesar das diferenças entre o contexto de surgimento do modelo capitalista e o contexto atual, constata-se, no que se refere às condições de trabalho, similitudes entre as épocas²⁵. A intensificação da exploração do labor com a extensão das jornadas constitui aspecto exemplar dessa semelhança. Segundo Antunes (2007, p. 13): “[...] cada vez menos homens e mulheres trabalham muito em ritmo e intensidade que se assemelham a fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial [...]”.

As novas dimensões da precarização do trabalho demonstram que esse processo é determinado por renovações que mesmo em diferentes conjunturas conservam aspectos centrais como a subordinação da classe trabalhadora às fragilidades no cotidiano laboral.

²⁵ “[...] é preciso todo cuidado quando se compara a crescente e intensificada brutalização do mundo do trabalho que vigora nos tempos atuais com as condições bestiais da acumulação primitiva e da Revolução Industrial, pois, é importantíssimo frisar, só na aparência essas condições possuem semelhanças, até porque se, no século XVIII, a superexploração do trabalho e a miséria do trabalhador eram ponto de partida, algo a ser dirimido pelo progresso, atualmente, a reprodução ampliada dessas circunstâncias é seu resultado, seu ponto de chegada” (PINASSI, 2009, p.13).

Druck assinala a junção das rupturas e continuidades desse paradigma do trabalho na lógica capitalista:

A precarização social do trabalho é um fenômeno velho e novo, é diferente e igual, é passado e presente e é um fenômeno de caráter macro e microssocial. A precarização histórica e estrutural do trabalho, nas várias fases de desenvolvimento do capitalismo, se transforma, se reconfigura, ou seja, se metamorfoseia (2013, p. 374).

Na atual dinâmica da acumulação flexível do capital, a precarização do trabalho é central por conformar estratégia de controle e dominação da classe-que-vive-do-trabalho. A insegurança generalizada como consequência desse processo no plano objetivo e simbólico exerce uma espécie de coação nos trabalhadores que resistem às circunstâncias precárias em todos os âmbitos do trabalho por receio de tornarem-se desempregados, já que ter um emprego é um privilégio frágil e ameaçado²⁶. Conforme Druck: “[...] a força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente a permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo” (2013, p. 374). Nessa perspectiva, o capital encontra terreno favorável para sua expansão e intensificação do trabalho atuando sobre os empregados e desempregados.

A precarização do trabalho é constituída por fatores de ordem econômica, política e social. Ao contrário da ideia fatalista – advogada pelos apologistas do mercado – que camufla os reais significados da precarização e a concebem como processo incontornável da economia, ou como algo pretérito e transitório, a precariedade do trabalho está inscrita num complexo que compreende a conjugação de fatores sócio-econômicos e políticos e não possui limites espaciais e ou temporais para sua implementação, atingindo, inclusive, não apenas trabalhadores no plano concreto, mas também trabalhadores que produzem mercadorias intangíveis ou imateriais²⁷.

Na esfera econômica, observa-se um amplo movimento dos oligopólios industriais que controlam o mercado econômico global em reduzir os custos de produção a partir da flexibilização do trabalho. Essa flexibilização tem como base a precarização do trabalho em diversas dimensões. No plano político, os estados e seus governos compactuam com os interesses capitalistas possibilitando a desregulamentação de legislações trabalhistas e quiçá formulando novos estatutos para legitimar as diferentes modalidades de precarização.

²⁶ Bourdieu (1998, p. 73).

²⁷ Cf. Amorim (2009).

Conforme Antunes: “É neste quadro, caracterizado por um processo de precarização estrutural do trabalho, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho” (2007, p. 17). Portanto, o avanço do capital sob o signo da precarização não atinge apenas diretamente o dia a dia do trabalhador (o plano imediato, prático), mas, em uma perspectiva mais geral e danosa, atua na alteração das leis e regulamentações do trabalho, desestruturando a mínima legislação de defesa e segurança jurídica do trabalho e dos trabalhadores. A exemplo desse processo, tramita no Congresso Nacional, com aprovação na Câmara dos Deputados, o projeto de lei 4.430 de 1998, reformulado em 2004, de autoria do ex-deputado Sandro Mabel, que objetiva regularizar todas as formas de terceirização utilizadas pelo patronato brasileiro, não apenas das atividades meio, mas também das atividades fim. Um dos despropósitos da proposta diz respeito à ausência de limites quanto à natureza do serviço a ser terceirizado (BRASIL, 2004). Em entrevista Antunes (2015) afirmou que o projeto de lei da terceirização é o ataque mais corrosivo e orquestrado do empresariado aos direitos do trabalho conquistados em mais de um século de lutas, “[...]o modelo que se quer implementar é o da “escravidão moderna”. De acordo com Borges:

Observa-se que, embora já bastante avançada, a desregulamentação das relações de trabalho ainda é um processo inconcluso no Brasil, à espera das condições políticas para a implementação do ambicioso projeto do patronato, que inclui a extinção da CLT e, se possível, do próprio direito do trabalho, numa estratégia em que conquistas históricas dos trabalhadores, como o mês de férias remuneradas, a jornada de trabalho de oito horas, o 13º salário e a licença-maternidade deixariam de ser direitos assegurados pela lei para serem negociados, caso a caso” (2007, p.84).

A precarização do trabalho é um fenômeno que se expande como núcleo do receituário econômico no padrão de acumulação flexível, e é absorvido nos diferentes países, entre outros aspectos, pela acirrada competitividade inter-empresas - que disputam na procura de menores custos, particularmente na redução do preço da força de trabalho que é o principal custo produtivo, e ampliação do mercado de consumo - e pela globalização da economia que busca coadunar a esfera econômica internacional solapando as políticas públicas de cada país.

As expressões mais candentes da “precarização social do trabalho” (DRUCK, 2013) em curso figuram, entre outros aspectos, nas formas de terceirização, subcontratação, contratos de trabalho intermitentes, no crescimento da informalidade, no trabalho em cooperativas e extensão das jornadas. Esses são os principais aspectos abordados na produção contemporânea acerca da precarização do trabalho. Conforme Druck:

O debate acerca da precarização do trabalho no Brasil refere-se fundamentalmente aos resultados e impactos da flexibilização, cujas noções que marcam as análises são a fragmentação, a segmentação dos trabalhadores, a heterogeneidade, a individualização, a fragilização dos coletivos, a informalização do trabalho, a fragilização e crise dos sindicatos e, a mais importante delas, a ideia de *perda* – de direitos de todo tipo – e da degradação das condições de saúde e de trabalho (2007, p. 30. Grifo original).

A precarização do trabalho produz como corolário diversas formas de desestruturação do trabalho e parece construir, perigosamente, uma aceitação social ou “naturalização” dessa forma de exploração, como se fosse uma realidade irremediável e que existe para todos, logo, que é algo comum e que não tem como escapar, ou seja, corremos o risco social de aceitar esse tipo de discurso e não encampar formas de resistência e luta. Compreender o complexo de manifestações que compõem a precarização social do trabalho constitui, portanto, tarefa fundamental para resistir às ofensivas do capital.

2.3.1 Expressões da precarização do trabalho e consequências concretas para a classe trabalhadora

As expressões da precarização do trabalho compõem um complexo multifacetado de aspectos que perpassam a estrutura produtiva – a partir do reordenamento da gestão e organização do trabalho –; administrativa, figurada na larga utilização do trabalho terceirizado, parcial e temporário no Estado; e jurídica com as desregulamentações e novas legislações que restringem a atuação do Direito do Trabalho. As formas de precarização do trabalho na sociedade brasileira vem acarretando influxos na classe trabalhadora que se manifestam de forma particular e universal na totalidade da vida dos trabalhadores. Cada expressão da “precarização social do trabalho”²⁸ provoca efeitos perversos aos homens e mulheres que têm na atividade laborativa seu meio de sobrevivência.

A precarização do trabalho decorre entre outros fatores da necessidade imperativa de se flexibilizar todas as dimensões da economia e particularmente o motor central de seu desenvolvimento, o trabalho. Nessa perspectiva, as contribuições teóricas e empíricas acerca da precarização do trabalho no país concentram-se na investigação e exposição das consequências do trabalho precário para a classe trabalhadora.

²⁸ Druck, 2013.

O que muitos autores chamaram de trabalho atípico sobretudo, pensando na realidade da Europa, ao caracterizar algumas modalidades de precarização, é hoje lugar comum por sua constância, no sentido lato do termo, o trabalho atípico tornou-se regra e não exceção e sempre foi prática corrente na realidade brasileira. As formas de terceirização, quarteirização ou terceirização em cascata consistem exemplos emblemáticos da expansão do trabalho precarizado nas diversas esferas econômicas, seja no setor de serviços, industrial, no agronegócio, ou mesmo, no setor público.

A terceirização enquanto modalidade de trabalho se disseminou no Brasil, na década de 1990²⁹, como alternativa ao aprofundamento da crise econômica e em poucos anos tornou-se parte da organização de empresas públicas e privadas de todo território nacional. Como estratégia de redução de custos e racionamento da mão-de-obra, a terceirização caracteriza-se pela descentralização das atividades. No início de sua implantação na administração do trabalho em indústrias, apenas os serviços de algumas etapas da produção eram terceirizados – as denominadas etapas meio, isto é, as etapas necessárias, mas que não eram centrais para a produção –, atualmente, ao contrário, a contratação de terceiros integra quase todos os setores da estrutura produtiva e gerencial das empresas.

Amplamente difundida, a terceirização assume uma das formas de precarização do trabalho mais utilizada pelo patronato brasileiro, uma vez que as empresas transferem a terceiros responsabilidades contratuais, previdenciárias, custos trabalhistas, entre outros. Há uma flexibilidade ampliada para atender as demandas e necessidades da produção, que acarreta na perda de direitos dos trabalhadores diante da ausência de vínculo empregatício com a empresa principal, contribuindo assim para o rebaixamento dos salários e o surgimento de práticas ilícitas, como é o caso do trabalho infantil e regimes de semi-escravidão, mesmo com reformas na legislação trabalhista na década de 1990 que legalizaram as práticas de terceirização e dispôs um leque de possibilidades aos empregadores em virtude da dinâmica produtiva. De acordo com Druck et al. (2007, p.41):

Foi a década da aplicação e consolidação das políticas econômicas neoliberais, que para serem sustentadas no âmbito das relações de trabalho, implementaram mudanças significativas na legislação trabalhista. A lógica que guiou as alterações foi a de garantir maior liberdade às empresas para admitir e demitir os trabalhadores [...]. Tal dinâmica será efetivada fundamentalmente através do recurso à

²⁹ “No Brasil, apresenta-se desde os primórdios da industrialização, mas sua origem está no trabalho rural, através do sistema de “gato”, que se apoia no trabalho tipicamente sazonal (intermitente) e que permanece na agricultura até os dias atuais. No entanto, com o desenvolvimento da industrialização e do assalariamento como forma hegemônica das relações sociais de trabalho, a terceirização/subcontratação foi ocupando um lugar periférico, principalmente nos centros urbano- industriais” (DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007, p. 27).

terceirização, demonstrado por seu expressivo crescimento e ampliação na década, apoiando-se nas modalidades de trabalho e de contrato já existentes, como o trabalho temporário, consultoria em domicílio, autônomos – estes com aparato legal – e também nas modalidades ilegais de trabalho, como os sem registro em carteira e clandestinos (inclusive o trabalho escravo e infantil), através de intermediação de mão-de-obra.

As formas de terceirização mais comuns estão no interior das empresas principais ou no complexo produtivo de determinado setor, na maioria das vezes as empresas e trabalhadores terceirizados ficam alocados no mesmo espaço físico da empresa principal, mas em dependências como refeitórios, áreas externas e estruturas improvisadas. Há também formas de trabalho terceirizado em domicílio, – em que as empresas centrais transferem parte da produção a trabalhadores autônomos que geralmente trabalham em suas residências –; trabalho em empresas individuais e em cooperativas. Essa última muito utilizada por indústrias. Nos diferentes tipos de terceirização a precariedade reflete tanto no âmbito dos contratos quanto nas condições de trabalho. Os trabalhadores, em muitos casos, também perdem o status de assalariados e passam à situação de sócios, cooperados ou empresários (Pessoa Jurídica), facultando assim, a perda de todos os direitos estabelecidos na CLT (DRUCK, 2011). As condições de trabalho são marcadas pela intensificação do ritmo de produção, pois as empresas, associações ou cooperativas contratadas precisam cumprir prazos e metas; pela ausência de parâmetros que garantem a segurança e saúde do trabalho uma vez que em muitos casos o ambiente de trabalho é a própria casa e pela perda de direitos básicos que asseguram aos trabalhadores condições mínimas de dignidade. Muitas vezes ocorrem acidentes de trabalho nas empresas terceirizadas (popularmente chamadas de “gatas”), o treinamento de funcionários terceirizados, quando existe, é realizado de forma deficiente³⁰, e passa a vigorar como regra a perda de direito do trabalhador terceirizado acidentado, pois a empresa principal ou central, a qual o trabalhador fornece seu trabalho ou saber, se isenta de assumir a responsabilidade ou pagamento de indenizações. Assim, a terceirização é também utilizada como estratégia para burlar as leis e direitos do trabalho, todavia, é conhecido o aumento de casos na justiça do trabalho que autua a empresa contratante como corresponsável por determinado acidente³¹.

Além das consequências individuais para o trabalhador, a terceirização pulveriza as identidades coletivas e organizações políticas da classe trabalhadora dividida entre trabalhadores estáveis e terceirizados, difundindo a discriminação salarial, de gênero, racial –

³⁰ Cf. Franco; Silva (2007).

³¹ Cf. Filgueiras (2012).

é sabido que grande parte da população vulnerável do mercado de trabalho é absorvida por empresas terceirizadas³² – entre outras, ao passo que reduz o enfrentamento às precárias condições de labor. Dessa forma, as novas modalidades de terceirização exercem uma funcionalidade estratégica na gestão de organizações públicas e privadas. Conforme Alves: “A nova (e radical) terceirização possui importante – e estratégica – dimensão política, na medida em que tende a fragmentar o coletivo operário, debilitando a organização da classe e, por conseguinte, seu poder de resistência (e de barganha) às usurpações do capital” (2010a, p. 266).

Os trabalhadores das diferentes esferas da economia e da administração pública estão cindidos entre aqueles que contam com melhores salários, estabilidade no emprego, acesso à direitos e os terceirizados com estatutos salariais precarizados, instáveis e com restrição de direitos conforme a negociação estabelecida entre empregado e empregador efetivada no contrato. Entre os trabalhadores terceirizados é corrente e significativamente maior os casos de assédio moral, doenças, acidentes de trabalho, e intensificação da jornada (DRUCK, 2011, p.48), a ocorrência desses aspectos decorre do padrão de gestão e organização da terceirização que utiliza a ameaça do desemprego ocasionando uma insegurança generalizada que faculta a submissão dos trabalhadores às condições precárias de labor.

Outra expressão da precarização social do trabalho diz respeito às modalidades de contratos que preveem o período de permanência do funcionário na empresa. Geralmente utilizado para suprir o aumento da produção ou substituir trabalhadores ausentes do emprego, os contratos temporários não possuem a cobertura social prevista no registro do trabalhador, sendo na maioria dos casos postos de trabalho mal remunerados e rotativos. Até mesmo as diferentes instâncias da máquina estatal têm recorrido a formas de trabalho temporário mediante realização de concursos ou sob contratos de trabalho intermitentes.

As flutuações do mercado de trabalho brasileiro demonstram o aprofundamento da precarização. Nos últimos anos, particularmente na segunda metade dos anos 2000, houve crescimento e retração nas ofertas de emprego. Comprova-se que os postos de trabalho gerados eram instáveis, pois em pouco tempo as taxas de desemprego aumentavam mais que a geração de ocupações. De acordo com Druck, no bojo da crise mundial de 2008 o que o Brasil recuperou em meia década perdeu em alguns meses, o que expressa a fragilidade dos vínculos empregatícios (2011, p. 48).

³² Ver DIEESE/CUT, Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha.

A vulnerabilidade nas modalidades de inserção em trabalhos temporários se estabelece em dois aspectos: na ausência dos direitos trabalhistas já que a carteira de trabalho não é assinada e na inexistência de proteção social e trabalhista uma vez que não há contribuição previdenciária. Deste modo, os trabalhadores temporários são afetados pela intermitência salarial, instabilidade no emprego e falta de cobertura social. A regulamentação do emprego temporário sob bases sociojurídicas contribuiu na ampliação da flexibilização das relações de emprego acentuando um aspecto da precarização do trabalho, a precariedade salarial (ALVES, 2012, p.15).

O aumento e intensificação das jornadas de trabalho conformam outro aspecto expressivo da precarização do trabalho. O padrão toyotista transformou o trabalhador da era fordista dotando-o de qualificação, polivalência, envolvimento e iniciativa, características indispensáveis à “empresa enxuta”. A nova dinâmica do trabalho gera maior exploração, o trabalhador multifuncional executa diversas atividades possibilitando assim a redução do quadro de funcionários. A sobrecarga de trabalho é também determinada pela extinção do tempo livre e associada a exigência de eficiência e produção por metas, muitas vezes inalcançáveis. No lugar da liberdade que se defende sob o paradigma da flexibilização há o trabalho intenso e exaustivo trajado como algo benéfico para o trabalhador.

O cotidiano laboral de muitos trabalhadores tem sido marcado por jornadas extenuantes³³, a intensificação do trabalho é forjada através de estratégias de gestão e organização da produção que perpassam a dimensão objetiva e subjetiva do trabalhador. O trabalho em grupos é um exemplo emblemático deste processo, ao trabalhar em equipe ou células de produção, a estrutura hierarquizada parece desaparecer diante de certa autonomia e igualdade que camufla as formas de exploração do trabalho. A lógica do trabalhador polivalente e engajado atribui ao funcionário a falsa ideia de controle do processo de trabalho e de sua atividade. De acordo com Alves:

Os novos procedimentos da produção capitalista inspirados no toyotismo sistêmico tendem a dar aos novos operadores da nova classe operária um senso de “poder” e autovalorização comparável aos das “elites” profissionais, [...] estabelece-se, portanto, uma nova autonomia operária na produção, só que é uma autonomia restrita e limitada (2010a, p. 256).

A intensificação do trabalho ocorre tanto na esfera privada quanto na esfera pública, em diversos setores. A sobrecarga de trabalho dos docentes é exemplar desse processo, cada

³³ Jornadas extensas que usualmente são acrescidas de horas extras.

vez mais professores da rede pública da educação básica e superior tem de lidar com um quantitativo elevado de estudantes em sala e com o trabalho que leva pra casa – e não é contado como hora trabalhada –, uma vez que as atividades pedagógicas extrapolam o espaço físico da instituição educacional, além da redução de vagas nos poucos concursos que se realizam³⁴.

As consequências da intensificação do trabalho são intrínsecas à saúde do trabalhador e a sua vida externa ao ambiente laboral. São conhecidos os inúmeros casos de adoecimentos em decorrência de jornadas exaustivas e ritmos de trabalho extenuantes (FRANCO, 2002). Doenças ocupacionais como LER/DORT, depressão, hipertensão e ansiedade têm crescido significativamente nos últimos anos, além do desgaste físico na realização de operações produtivas que resultam em problemas osteomusculares, observa-se o aumento de doenças psicopatológicas desenvolvidas em uma dinâmica marcada pela gestão do medo, insegurança e imprevisibilidade somada à sobrecarga de trabalho.

No país de origem do toyotismo as resultantes da intensificação do trabalho e aumento das jornadas apresentam-se de forma demasiadamente perversa, pondo em xeque a vida dos trabalhadores. Desde a década de 1970 a morte por excesso de trabalho – *karoshi*³⁵ – constitui a manifestação mais aviltante das consequências da exploração do trabalho no Japão. As condições laborais nesse país assinalam uma realidade de intensificação do trabalho sem precedentes históricos no século XX e XXI. No final da década de 1980, a média de horas anuais de trabalho no país era acentuadamente maior quando comparado com as médias (também computadas horas extras) de países como os Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha (MORIOKA, 1999 apud FRANCO, 2002). O incremento tecnológico característico do modelo toyotista longe de possibilitar a redução das jornadas e do desgaste físico-psicológico dos trabalhadores aprofundou a degradação do trabalho (ANTUNES, 2009) que ultrapassa o cotidiano laboral e compromete o tempo livre destinado ao lazer, família, descanso, refletindo assim na totalidade da vida do trabalhador.

A precarização do trabalho atinge também os despossuídos de uma ocupação laboral. O desemprego, expressa, mundialmente, uma das principais expressões da precarização que afeta contingentes populacionais de trabalhadores desprovidos dos meios de vida e resvalados na incerteza da sobrevivência. Para Antunes o desemprego estrutural é a manifestação mais destrutiva da precarização (2007, p.13), no caso brasileiro, as últimas décadas do século XX presenciaram transformações nos índices de desemprego no país que se relacionam

³⁴ Cf. Oliveira (2004).

³⁵ Ver Franco (2002): *Karoshi: o trabalho entre a vida e a morte*.

diretamente com as reformas da legislação trabalhista o que possibilitou a geração de postos de trabalho precarizado. Segundo Alves as mudanças da legislação possibilitaram um leque de opções de exploração da força de trabalho visando incentivar novas contratações e combater a informalidade e o desemprego, traço estrutural da formação social brasileira (2012, p.8). Nessa perspectiva, a redução das taxas de desemprego é travestida pela geração de postos de trabalho precários.

O desemprego enquanto fenômeno global surge da necessidade imperiosa de gerar acumulação do capital numa escala que transpõe os limites geográficos dos países, atingindo as diferentes categorias de trabalhadores. De acordo com Mézaros:

A questão não é se o desemprego [...] vai ameaçar os trabalhadores empregados, mas quando, estes, forçosamente, vão vivenciar a precarização. [...] o problema não se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados; que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis [...] (2006, p. 28-29).

Enquanto expressão da precarização do trabalho o desemprego atinge a totalidade da classe trabalhadora, os “sem trabalho” e os trabalhadores que ocupam empregos precarizados, informais ou mesmo estáveis. A ameaça do desemprego atinge diretamente os trabalhadores ativos, sejam temporários, substitutos, efetivos, que convivem com o medo de tornarem-se desempregados, dessa forma, o desemprego expressa importante estratégia na subsunção do trabalho ao capital. Conforme afirmação de Bourdieu (1998, p.78): “[...] a degradação generalizada das condições de trabalho se torna possível ou até mesmo favorecida pelo desemprego [...]”.

O desemprego constitui lastro fundamental de outra expressão da precarização do trabalho – a fragilização da organização dos trabalhadores enquanto classe. As novas formas de conformação e gestão do trabalho, incluídas as diversas manobras administrativas e jurídicas que desregulamentaram as relações de trabalho nos últimos anos somadas às políticas neoliberais contribuíram consideravelmente para a crise do sindicalismo nas economias de centro e em países de economia emergente como o Brasil (ALVES, 2010a, p. 19). As transformações sociais que afetaram profundamente o mundo do trabalho produziram repercussões no modo de se organizar e resistir da classe trabalhadora. Embora perceba-se o axioma existente na relação intrínseca entre precarização, desemprego e declínio sindical, ressalta-se a conjugação lógica desses fatores como cerne da desmobilização dos trabalhadores na realidade contemporânea. Os impactos na classe trabalhadora relacionam-se

a fragmentação, instabilidade, medo do desemprego, dispersão, enfraquecimento da solidariedade de classe e perda das identidades coletivas.

O sindicalismo brasileiro das últimas décadas reorganizou sua agenda pautando posicionamentos mais defensivos frente ao quadro de crise do trabalho, postura que divergiu daquela observada na década de 1980, em que as ações sindicais apresentavam sinais de contestação à ordem capitalista. O contexto de profundo desmanche dos direitos trabalhistas e a ameaça do desemprego impôs ao movimento sindical a mudança de reivindicações que concentravam-se, sobretudo, na defesa do emprego.

Os diversos processos de precarização, particularmente, o desemprego, associados a questões como a representatividade, provocaram o enfraquecimento das ações e surgimento de dissidências quanto às pautas sindicais. Diante de uma realidade complexa de fatores inéditos na organização do trabalho deveria se privilegiar a dimensão do emprego e trabalho ou questões sociais mais amplas que afetam diretamente a classe trabalhadora? As ações sindicais deveriam concentrar-se em demandas individuais ou coletivas? Como renovar o espírito de solidariedade de classe e as identidades coletivas frente à decadência do movimento operário e socialista? Esses questionamentos perpassaram as organizações sindicais nas últimas décadas e constituem desafios atuais para a agenda do sindicalismo brasileiro (RAMALHO; RODRIGUES, 2014, p. 384).

A fragilização das lutas e resistências trabalhistas figuradas no declínio da organização sindicalista contou também com os novos mecanismos de captura da subjetividade dos trabalhadores. A ideologia corporativa que reconfigurou até o léxico do mundo do trabalho³⁶ impregnou as formas de organização coletiva da classe trabalhadora em sua dimensão objetiva e simbólica. As mudanças organizacionais inauguradas, sobretudo, a partir da reestruturação produtiva, em geral, diluíram os valores coletivos característicos da base sindical, promovendo uma espécie de consentimento na classe trabalhadora e incorporação da lógica empresarial no ideário e atuação de muitos sindicatos, substituindo as práticas combativas por ações conciliatórias.

Embora a conjuntura atual revele uma realidade de duras investidas do capital sobre a classe-que-vive-do-trabalho desmantelando suas formas principais ou tradicionais de

³⁶ A ofensiva capitalista no bojo do neoliberalismo transformou amplamente diversas dimensões da sociabilidade contemporânea. Observa-se que até o vocabulário no universo laboral foi eivado de novas significações que afetam a dimensão subjetiva e a consciência de classe dos trabalhadores. Aspecto exemplar desse processo é a utilização do termo colaborador no lugar de funcionário ou empregado. A natureza semântica da palavra é carregada de uma ideologia que envolve os trabalhadores de forma que se sintam partícipes do processo não enquanto empregados, mas como sujeitos autônomos e controladores do processo de trabalho.

resistência e organização política, observa-se uma tendência expressiva de crescimento das greves e mobilização de diversas categorias profissionais, desde os trabalhadores concursados aos terceirizados do setor de serviços (DRUCK, 2011; BADARÓ, 2014), mesmo diante da crescente intransigência dos governos e criminalização das mobilizações sociais³⁷.

A precarização do trabalho têm atingido diversas dimensões da sociedade e da vida dos trabalhadores traduzindo-se assim em uma “precarização-do-homem-que-trabalha³⁸” figurada na degradação da vida pessoal e saúde do trabalhador. Conforme assertiva de Alves:

[...] a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, “precarização do homem que trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des)constituição do ser genérico do homem (2012, p. 3).

As expressões da precarização do trabalho compõem um conjunto de resultantes que afetam diretamente a totalidade da classe trabalhadora e da sociabilidade capitalista. Embora sejam poucas as razões para otimismo, esse quadro desalentador de aprofundamento das formas espúrias de dominação do capital sobre o trabalho, não constitui uma realidade estanque e imutável, ao contrário, estimula a resistência, sobretudo, porque trata-se de um processo que atinge indistintamente todos os trabalhadores e trabalhadoras na contemporaneidade, ou seja, possui uma unidade em processo, a qual, certamente, pode resultar na confluência de novas lutas e lutas universais da classe que vive do trabalho.

³⁷ “Ao mesmo tempo em que presenciamos, sob a insígnia da flexibilização e da desregulamentação, a diminuição e o enfraquecimento da legislação de proteção e segurança ao trabalho, vemos se ampliar e enrijecer o sistema penal ao redor do globo. Isso se dá principalmente, para com a população jovem das classes pobres” (SANTANA, RAMALHO, 2003, p. 22). Embora extrapole os objetivos desse estudo, consideramos oportuno assinalar a questão do robustecimento da repressão institucionalizada no Estado brasileiro, por meio de ações e políticas cada vez mais agressivas que tem na polícia militar seu ator principal. De um lado, observa-se o profundo desmanche dos direitos humanos, sociais, políticos e trabalhistas e, de outro, a sofisticação das estruturas repressoras. Exemplo emblemático desse processo é o projeto de emenda constitucional que objetiva reduzir a maioria penal e atualmente tramita no Congresso.

³⁸ Alves (2012b).

3. INDÚSTRIA CALÇADISTA: ASPECTOS GERAIS

A indústria calçadista brasileira detém relevância significativa na economia nacional. A utilização intensiva de mão de obra evidencia o setor de calçados como gerador de muitos postos de emprego, garantindo ao Brasil participar do ranking mundial de maiores empregadores na categoria (NAVARRO, 2006) além de se destacar como um dos maiores produtores de calçados em nível global, atrás da China e Índia (IEMI, 2014). Os maiores complexos industriais do segmento concentram-se no Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul e em Franca-SP.

O acirramento da concorrência internacional, sobretudo com países asiáticos, conjugada ao novo padrão de acumulação flexível desencadeou uma reestruturação produtiva e territorial da indústria calçadista, que em busca do racionamento de custos com a produção incorporou técnicas do modelo toyotista ao passo que deslocou muitas fábricas para a região Nordeste. A reconfiguração do setor não resultou em grandes transformações no processo de trabalho e também não acompanhou as tendências produtivas pautadas na incorporação de tecnologias de ponta. As razões que explicam esse processo relacionam-se com a natureza tradicional e artesanal da produção de calçados que limita a automatização de partes da fabricação, além dos baixos pisos salariais pagos aos trabalhadores desse segmento.

A implantação de indústrias calçadistas no Nordeste, particularmente na Bahia, sucedeu de maneira bastante diversa do modelo de organização espacial nos seus estados de origem. Os interesses das empresas coadunaram com os interesses governamentais, e a realocação das fábricas ocorreu de forma pulverizada, fator que, em última análise, impossibilita aglomerações industriais típicas do padrão organizativo do segmento nas regiões sul e sudeste.

A inserção de indústrias calçadistas nos estados nordestinos foi acompanhada da promessa de desenvolvimento para localidades historicamente atrasadas. A geração de emprego e renda proporcionada pelas empresas consistiu na justificativa de muitos governos municipais e estaduais que renunciaram ao arrecadamento de impostos como parte dos incentivos fiscais ofertados para garantir a instalação das unidades industriais do setor. Entretanto, o propalado desenvolvimento motivado pela implantação das indústrias, é bastante questionável, diante dos impactos causados nas diferentes localidades e das formas de precarização do trabalho largamente utilizadas pelo setor.

3.1 Indústria calçadista no Brasil: Panorama sócio-histórico

A indústria calçadista brasileira surgiu no século XIX e figura como um dos segmentos mais antigos do setor de transformação. Um aspecto que contribuiu para o desenvolvimento desse segmento foi a crescente atividade pecuária e produção de couro através dos curtumes instalados no estado do Rio Grande do Sul. As manufaturas de calçados eram tipicamente artesanais e mesmo com avanços técnicos como a introdução da máquina de costura por volta de 1870 a utilização do artesanato continuou sendo central, uma vez que a confecção dos calçados era fundamentada em processos manuais (REIS, 1994, p. 30).

No início do século XX o principal centro produtor de calçados era o Rio de Janeiro, que nesse período se evidenciava por ser uma região marcada pelo dinamismo econômico, resultante da concentração industrial, comercial e sócio-política do país. O processo de desconcentração industrial calçadista se acelerou com a adoção de máquinas em outros estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, que adotaram um padrão de produção com elevado número de operários e quantidade moderada de maquinário – característica que marcou a indústria calçadista ao logo do tempo – e assumiram a posição de maiores produtores de calçados no país (REIS, 1994, p. 32). A produção calçadista, nesse período, destinava-se unicamente ao mercado interno, as atividades de exportação iniciaram quase um século depois na década de 1960 com a consolidação desse ramo industrial. É importante frisar que um dos fatores que contribuíram significativamente para o estabelecimento do setor foi a implantação de fábricas produtoras de máquinas da indústria calçadista no Brasil.

No período analisado os avanços técnicos da indústria de calçados referem-se basicamente a incorporação de esteiras mecânicas em alguns setores, o que possibilitou a integração de operários num mesmo setor extinguindo assim a necessidade de deslocamento da força de trabalho, ao mesmo tempo em que organizou a produção na forma de linha de montagem (RUAS, 1985, p. 36).

Nos anos 1970 o setor registrou crescimento sem precedentes históricos decorrente da demanda externa por calçados que consistiu potencial estímulo para o desenvolvimento da indústria calçadista brasileira. De acordo com Ruas: “Efetivamente, a exportação de calçados, processo que tem início em 1969, é a grande propulsora da expansão e modernização na indústria de calçados a partir dos anos 70” (1985, p. 37). Outro fator que contribuiu consideravelmente para a ampliação do setor calçadista expressa-se nos estímulos

governamentais, tais como incentivos cambiais e financeiros, à exportação de produtos industrializados. Conforme o Panorama da Cadeia Coureiro Calçadista e artefatos:

[...] desde meados da década de 70, a participação na cadeia global de produção e comercialização de calçados cresceu significativamente, e o Brasil tornou-se um dos principais fornecedores para os grandes mercados consumidores internacionais. Essa inserção internacional deu-se a partir da busca de novos fornecedores por parte dos grandes compradores internacionais (2008, p.21).

O mercado de exportações tornou-se fundamental para o setor calçadista e proporcionou a inserção brasileira no cenário global de produção de calçados destacando o país no *ranking* de maiores empregadores, exportadores e produtores em volume. Apesar do rápido crescimento e expressiva produção, a indústria calçadista brasileira passou a concentrar boa parte de suas potencialidades para a exportação, o que acarretou a dependência por demandas externas.

[...] se por um lado esse processo proporcionou à indústria brasileira um período de forte dinamismo, por outro, deixou-a dependente das estratégias externas dos compradores globais. Além disso, durante seu período de maior crescimento, a indústria de calçados não foi capaz de acumular alguns dos mais importantes fatores de competitividade setorial, como capacitações no desenvolvimento de produtos, criação de marcas e estabelecimento de canais de comercialização e distribuição (PANORAMA, 2008, p. 50).

A ascensão do setor calçadista que se verificou também no crescimento da cadeia produtiva constituída por componentes, maquinário e equipamentos consolidou dois importantes polos produtores de calçados no Brasil, Franca no estado de São Paulo e o Vale do Rio dos Sinos³⁹ no Rio Grande do Sul, região pioneira da indústria calçadista nacional.

A tradição na fabricação de calçados no município de Franca-SP remonta ao século XIX com a ampliação dos curtumes e o artesanato de artefatos de couro advindo da atividade pecuária da região. O desenvolvimento econômico e social da cidade possibilitou a expansão da produção artesanal de artigos em couro o que ensejou, em pouco tempo, a proliferação de oficinas artesanais de confecção de calçados. Nesse período, as condições para o crescimento do setor já se revelavam de forma propensa como uma realidade do município, dado o seu potencial para produção calçadista com a grande disponibilidade de matéria-prima e facilidade de comercialização – diante da importância da localidade por representar uma das principais rotas de transição e comércio de mercadorias no estado de São Paulo. No início do século XX, já existiam uma quantidade significativa de fábricas de calçados com processos de

³⁹ Também conhecida como Vale dos Sinos e Vale dos Sapateiros.

trabalho mecanizados e número considerável de máquinas. Ao longo do tempo a produção industrial ampliou-se largamente com o desenvolvimento de importantes indústrias calçadistas, além da fabricação de calçados de marcas internacionais como a Adidas, fatores que contribuíram mormente para a consolidação do polo francano (NAVARRO, 2006).

Atualmente Franca é o maior produtor de sapatos masculinos de couro do país e produz tanto calçados de baixo custo quanto calçados clássicos e esportivos de alta qualidade (NAVARRO, 2006, p. 21). O polo de Franca possui estrutura produtiva de *cluster*⁴⁰, sua organização é marcada pela aglomeração de diversas fábricas que além de produzirem calçados produzem equipamentos e insumos tais como solados, adesivos, máquinas, palmilhas, entre outros, e contam com agentes do mercado interno e externo, instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o setor e de capacitação de trabalhadores como o SENAI (SILVESTRIN, TRICHES, 2008, p. 150).

O parque industrial calçadista de Franca produziu 37,1 milhões de pares de calçados em 2014, dos quais 34,1 foram destinados ao mercado interno e 3 milhões foram exportados. No mês de dezembro do mesmo ano haviam 20.762 pessoas empregadas nas 467 indústrias de pequeno, médio e grande porte do setor. Atualmente, os calçados masculinos respondem por 76% da produção, os calçados femininos por 21%, enquanto que 3% correspondem aos calçados infantis (SINDIFRANCA, 2015).

A historiografia encontrada acerca do polo calçadista na região do Vale do Rio dos Sinos registra que a produção de calçados iniciou com a chegada de imigrantes alemães no século XIX que passaram a desenvolver atividades artesanais com matérias-primas típicas da localidade agropastoril (REIS, 1994). A conjugação da disponibilidade de insumos básicos, experiência dos imigrantes na confecção de artigos de couro e demanda interna para a produção de calçados lançou as bases para a formação da indústria calçadista. Nos anos 1900, incentivos governamentais, tais como a construção de ferrovias na região e diminuição da importação de calçados favoreceram o desenvolvimento do recente polo (REIS, 1994, p. 58). Nas décadas subsequentes o surto de industrialização nacional atingiu o Vale do Rio dos Sinos que já abrigava importantes fábricas, possibilitando a inserção de máquinas mais sofisticadas e o destaque da localidade como importante produtora de calçados do país.

Os investimentos do governo alavancaram a produção de calçados e em poucos anos ocorreu a proliferação de indústrias calçadistas e crescimento produtivo. A segunda metade do

⁴⁰ “O conceito de *cluster* compreende todo tipo de aglomeração de atividades geograficamente concentradas e setorialmente especializadas, não importando o tamanho das unidades produtivas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo ser da indústria de transformação, do setor de serviços e até da agricultura” (ALMEIDA, 2013, p. 166).

século XX expressou o período de ascenso e consolidação do parque industrial calçadista do Vale do Sinos como o polo mais importante de produção de calçados do Brasil. A partir da década de 1970 a expansão da indústria de calçados da região teve como principal propulsor o movimento de internacionalização da indústria calçadista brasileira com a crescente demanda externa. Alguns fatores tais como, a situação favorável no mercado internacional, a implementação de uma política federal de incentivo às exportações, mudança de hábitos de consumo e as respostas dadas pelo polo – que já apresentava um grau de maturidade e forte vocação na produção de calçados – à nova realidade marcada pelo dinamismo econômico e novas exigências quanto ao padrão de qualidade e ao cumprimento dos prazos, colaboraram para o apogeu da indústria de calçados da região gaúcha (REIS, 1994, p. 64).

O principal parque industrial de calçados do país concentra empresas e instituições que formam um dos mais importantes clusters de calçados do mundo. Além de abrigar algumas das maiores indústrias calçadistas mundiais como a Azaléia e a Paquetá, a região concentra muitos produtores de máquinas para fabricação de calçados e fornecedores de componentes (CORRÊA, 2001, p. 73). Com 14 municípios⁴¹ o Vale do Rio dos Sinos agrega na mesma região indústrias, universidades, centros tecnológicos, instituições de capacitação de trabalhadores, constituindo o principal polo de pesquisa e desenvolvimento da cadeia coureiro-calçadista do país.

O Vale dos Sinos produz majoritariamente calçados femininos de couro destinando significativas parcelas da produção ao mercado externo e calçados femininos de materiais alternativos como o plástico para atender o mercado interno (NAVARRO, 2006). O polo calçadista gaúcho além de se destacar como principal produtor de calçados do país apresenta grande relevância por sua capacidade de absorção de mão-de-obra constituindo um dos setores que mais emprega na região. No início de 2015 o setor calçadista foi responsável por 42% da geração de novos postos de trabalho na região com 716 admissões no mês de Fevereiro⁴². No primeiro trimestre deste ano, o polo calçadista exportou 4,4 milhões de pares de calçados o que resultou no faturamento de mais de 88 milhões de dólares (ABICALÇADOS, 2015).

O setor calçadista constitui um dos ramos industriais mais importantes e tradicionais da indústria brasileira por sua capacidade de absorção de mão-de-obra e geração de empregos, participação significativa nas exportações e produção de grande volume (NAVARRO, 2006,

⁴¹ Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul

⁴² Indústria de calçados representa 42% dos novos postos de trabalho no Vale dos Sinos, 2015.

p.19). Segundo o Relatório Setorial da Indústria de Calçados no Brasil (IEMI, 2014) a cadeia nacional produtiva de calçados, em 2013, era composta por 8,1 mil indústrias, 353 mil empregos, 900 milhões de pares produzidos, 26,8 bilhões de reais em valores de produção, faturamento de 1,1 bilhão de dólares com exportação e US\$ 572,4 milhões importados.

3.1.1 Organização produtiva e processo de trabalho

O setor calçadista brasileiro conforma um dos ramos da indústria de transformação que mais utiliza mão-de-obra intensiva e caracteriza-se pelo uso de tecnologias de produção relativamente simples e tradicionais (RUAS, 1993 apud SILVA, 2008). A produção de calçados é marcada por uma organização laboral bastante segmentada que mantém processos artesanais, sobretudo na fabricação de calçados de couro, o que, de certa forma, limita a automatização integral do processo produtivo (SILVA, 2008, p. 63), além de não contar com uma estrutura de produção engessada, dado o caráter mutável da demanda por diferentes modelos, determinados pelas tendências da moda. Dessa forma, a variação do modo de produzir o calçado acompanha a variação dos modelos, especialmente aqueles que se destinam ao público feminino.

A indústria calçadista por apresentar grande capacidade de absorção de mão-de-obra, dispõe de um caráter versátil no processo produtivo e organizativo, incorporando mais avanços no que se refere aos métodos organizacionais e de gerenciamento do trabalho do que na estrutura tecnológica. Dessa forma, o processo de trabalho nesse setor caracteriza-se por significativa flexibilidade⁴³ na produção, ou seja, por condições mutáveis, diante da demanda variável e da utilização intensiva da força de trabalho, que no capitalismo corresponde a capacidade de produção mais universal e adaptável (RUAS, 1985, p. 37).

As alterações na produção do calçado de acordo com a demanda podem complexificar ou simplificar alguns processos, ou até mesmo exigir a divisão ou acréscimo de algumas partes constitutivas do trabalho. A depender do modelo, a costura pode ser mais simples ou mais detalhada, assim como pode exigir a adoção de outras etapas. As condições estruturais de produção conjugadas à baixa utilização de tecnologias avançadas, demanda sazonal e mão de obra pouco especializada “[...] fazem da produção de calçados uma atividade onde

⁴³ “Noção esta que se vincula aqui a formas rudimentares e não à concepção moderna através da qual tem sido comumente tratada” (RUAS, 1990, 107).

aparecem os mais diferentes tipos de organização produtiva, em termos de porte, desenvolvimento, organização do processo de trabalho e de eficiência” (RUAS, 1984, p.95).

De acordo com Rosa e Corrêa:

As mudanças tecnológicas são incrementais. O setor se moderniza por etapas, dada a característica descontínua do processo de produção. As fases de costura e montagem de calçados de couro ainda são bastante artesanais, demandando muita habilidade da mão-de-obra e, com isso, limitando o processo de automação, facilitando a entrada de microempresas (2006, p. 1).

O baixo desenvolvimento tecnológico e utilização de técnicas tradicionais no setor calçadista, especificamente no segmento da produção de calçados em couro, decorrem entre outras condicionantes, do baixo preço da mão de obra, que continua sendo o principal motor desse tipo de indústria, das peculiaridades do couro que geralmente não apresenta características uniformes requisitando assim seleção do material, baixa escala de produção dividida entre empresas muito heterogêneas de pequeno, médio e grande porte, custo alto de tecnologias informatizadas⁴⁴ e aspectos como a cultura industrial do setor que incorpora muitas técnicas artesanais e manuais (PICCININI, 1995, p. 2). Ainda segundo o estudo de Rosa e Corrêa: “No que diz respeito [...] aos fabricantes de calçados de couro, os equipamentos modernos ainda não trazem uma relação custo-benefício satisfatória, já que este segmento é intensivo em mão-de-obra” (2006, p. 3).

Desde a introdução de esteiras mecanizadas na produção, por volta da década de 1970, a indústria calçadista se organiza tradicionalmente por linha de montagem na qual os postos de trabalho são alocados ao longo da esteira que transporta o produto em fase de elaboração, fazendo-o circular e passar por todos os operários que realizam atividades segmentadas e interdependentes até a finalização do produto. Conforme descrição de Piccinini (1995, p. 7) a fabricação do calçado é dividida em diferentes funções e setores que normalmente obedecem a seguinte organização: a) setor de modelagem: elabora os moldes das peças a serem produzidas por outros setores; b) setor do corte do couro: com base nos moldes produzidos no setor anterior realiza-se o corte das diferentes partes que compõem o cabedal⁴⁵, o corte pode ser feito através de lâminas e navalhas, a máquina utilizada comumente nas indústrias é o balancim de corte; c) setor de pesponto ou costura: onde é unido através de costura ou colagem as partes do cabedal, esse setor é subdividido em funções de chanfragem, picotagem,

⁴⁴ O CAD (*Computer Aided Design*), CAM (*Computer Aided Manufacturing*) e CIM (*Computer Integrated Manufacturing*) são as principais tecnologias computacionais utilizadas na fabricação de calçados destinadas à integração das etapas de projeto e manufatura.

⁴⁵ Parte superior do calçado.

dobra e cola realizadas com operações maquinárias e manuais; d) setor dos pré-fabricados: área em que se desenvolve a fabricação de peças complementares do calçado como solas, palmilhas e saltos, – muitas empresas subcontratam os serviços desse setor; e) setor de montagem: onde se realizam as operações que fixam o cabedal à sola, a utilização de colas, pregos e costura constitui base de todas as atividades dessa área; e f) setor de acabamento: onde se realiza atividades como escovação, limpeza, eliminação de excessos e detalhes finais como a organização dos pares de calçados em caixas.

Percebe-se que o processo de trabalho em indústrias produtoras de calçados é bastante fracionado e depende da integração das atividades dos trabalhadores, uma vez que a produção é sequencial e uma função, apesar de concentrar aspectos pontuais e precisos, não prescinde da outra. A base técnica do setor calçadista e a organização do trabalho tendem a uma maior padronização e programação do processo produtivo para que haja a redução da porosidade do trabalho e maior produtividade. A atividade parcelar subtrai do trabalhador a relação direta com o processo de trabalho em sua totalidade além de aprofundar o ritmo produtivo combinando a fragmentação e interdependência das tarefas. De acordo com Ruas:

A força de emulação, gerada na relação direta dos trabalhadores atuando no mesmo espaço físico, determina um aumento da intensidade do trabalho. Por outro lado, atividades que exigiam maior esforço físico são atacadas em conjunto, o que as torna mais facilmente realizáveis. Assim, embora executando a mesma tarefa ou tarefas semelhantes, o fato de se ocupar delas na forma cooperativa determina uma maior rapidez da realização das tarefas globais (1984, p. 86).

Na disposição dos processos de trabalho da produção industrial de calçados coexistem duas formas básicas de agrupamento: por processo, ou seja, composição num mesmo setor do mesmo tipo de atividade, como corte e costura, e por produto, onde cada um produz por modelo a exemplo dos setores de montagem e acabamento (RUAS, 1989, p. 39).

A organização e divisão do trabalho em indústrias calçadistas guardam características muito peculiares e heterogêneas que refletem no porte da empresa e volume da produção. A gestão e o controle da força de trabalho nesse segmento exerce papel fundamental em virtude da alta concentração de mão de obra, deste modo, a incorporação de avanços organizacionais e gerenciais ocupa lugar estratégico no ramo produtor de calçados.

A partir da introdução de processos mecanizados no setor, observa-se a conjugação de elementos distintos do padrão fordista e taylorista⁴⁶ de produção, que mesclam-se na disposição organizacional do trabalho. A assimilação de técnicas organizativas desses dois

⁴⁶ Cf. Pinto (2013).

modelos produtivos direcionam-se à obtenção de maior eficiência e produtividade do trabalhador. O sistema de Taylor possibilita a manipulação dos tempos⁴⁷ e movimentos, enquanto o fordismo expressa a padronização das atividades e fragmentação das tarefas garantindo o controle da produção individual e coletiva. Os princípios tayloristas asseguram a regulação da eficiência do trabalhador enquanto o sistema fordista controla a atuação do coletivo através da integração mecânica (por meio da esteira) dos postos de trabalho (RUAS, 1984, p. 93).

O processo de trabalho na indústria calçadista é permeado de noções de regularidade, fluxo contínuo, separação entre formulação e execução da produção, divisão do trabalho em tarefas simplificadas de forma que cada trabalhador execute uma mesma operação e dissolução do trabalho individual em virtude do trabalho coletivo. O arranjo dos postos de trabalho e das tarefas em linha de montagem associado ao trabalho fragmentado, controle direto da produção, regulação do tempo e organização verticalizada conformam particularidades do padrão taylorista/fordista largamente utilizadas no setor calçadista.

O ramo industrial produtor de calçados a partir da década de 1970 tem reconfigurado o processo produtivo e a organização do trabalho, dentre outros aspectos, para se adequar aos parâmetros de concorrência com outros países, processo resultante de sua inserção no mercado internacional. As mudanças desencadeadas não acarretaram rupturas profundas na organização produtiva, novas técnicas passaram a coexistir com procedimentos tradicionais do setor. Importante ressalva concerne à natureza não homogênea desse processo em decorrência da grande diversidade de empresas do segmento calçadista, destarte alertamos que os rebatimentos oriundos de novas formas de organização do trabalho no setor não o afetam em sua totalidade.

O processo de modernização da indústria calçadista brasileira reconfigurou a base técnica material e a organização da força de trabalho na produção. Esse processo não se desenvolveu com a incorporação massiva de automação baseada em tecnologias de ponta no processo de trabalho. Em grande medida a correlação entre os avanços técnicos materiais e a organização do trabalho apresenta liames muito peculiares que refletem aspectos históricos do setor coureiro/calçadista como a utilização intensiva da força de trabalho. Conforme assertiva de Ruas:

⁴⁷ Em muitas indústrias produtoras de calçados um funcionário exerce a função de cronometrista regulando e contando o tempo da esteira e dos trabalhadores.

[...] as relações entre tecnologia, organização da produção e uso e controle da força de trabalho apresentam, nesse segmento da indústria de calçados, condições muito particulares. Se, por um lado, sua interface com o mercado internacional constitui fator de modernização tecnológica, por outro, um dos vetores fundamentais das vantagens comparativas dessa indústria naquele mercado é justamente o resultado da utilização de princípios conservadores tanto na concepção da organização industrial quanto nas condições de uso e gestão da força de trabalho (RUAS, 1990, p. 104).

A inserção da indústria calçadista no cenário internacional associada às novas exigências de acumulação capitalista exigiu do setor ajustes quanto à qualidade dos calçados, rígido cumprimento de prazos, preços mais competitivos, aspectos que em última análise determinaram novas formas de organização produtiva e implementação de modalidades de trabalho que facultam a redução de custos para as empresas produtoras. Embora a nova dinâmica do setor condicionada pela concorrência internacional com outros países requisite a incorporação de tecnologias avançadas para a produção, as vantagens competitivas da indústria calçadista nacional residem precisamente nos baixos custos da mão de obra. Esse fator explica a adoção de técnicas que viabilizem a produtividade e intensificação do trabalho.

As inovações organizacionais experimentadas por indústrias produtoras de calçados no processo de reestruturação produtiva referem-se às técnicas e princípios do modelo japonês, tais como o trabalho polivalente, controle de qualidade - CCQ⁴⁸, células de produção, sub-contratação de serviços ou terceirização e produção de acordo com a demanda.

A multifuncionalidade enquanto um dos fundamentos do modelo de produção japonês consistiu importante estratégia na reorganização do trabalho em indústrias calçadistas. O trabalhador do paradigma fordista-taylorista segundo a lógica de um empregado para uma máquina, foi paulatinamente substituído – embora essa relação ainda seja utilizada por muitas fábricas – pelo trabalhador polivalente que atua em diferentes áreas da produção. Segundo Navarro (2004?, p. 3) dentre as principais mudanças no interior das fábricas observa-se a atribuição de diversas funções aos funcionários e rotação de tarefas.

A adoção do trabalho em grupos ou células expressou outra inovação organizacional utilizada em indústrias calçadistas⁴⁹. A disposição dos trabalhadores em grupos possibilita maior flexibilidade produtiva para atender rapidamente a variação da demanda, além de constituir eficiente estratégia de controle sobre o trabalhador sem que haja um supervisor na seção, os próprios trabalhadores são levados a controlar o ritmo e a qualidade do trabalho no

⁴⁸ Círculos de Controle de Qualidade.

⁴⁹ Conforme pesquisa de Navarro, no setor calçadista de Franca, as células de produção são utilizadas apenas por empresas cuja produção é diversificada, pois, para aquelas que recebem encomendas de grandes lotes, constituídos de poucos modelos, a produção no sistema de esteira é ainda a mais adequada (2006, p. 227).

grupo (NAVARRO, 2006, p. 257). O reagrupamento de tarefas para execução coletiva viabilizou o aumento da regulação e intensificação do trabalho. De acordo com Ruas:

Uma das alternativas que tem despontado dentre alguns produtores de calçados é a chamada **tecnologia de grupo**. Essa forma de organização do trabalho apresenta uma grande flexibilidade em relação à linha de montagem tradicional. [...]. A secção da produção na qual a tecnologia de grupo tem um maior potencial de aplicação é a do pesponto, pois a aplicação dessa forma de organização do trabalho eliminaria as atuais linhas de montagem próprias desse setor. Por outro lado, a grande quantidade de modelos em elaboração simultânea nessas empresas permite a adoção de práticas do tipo células de produção organizadas em torno de famílias de produtos (1990, p. 110, grifo nosso).

O controle de qualidade dos calçados passou a ser norma em muitas indústrias, com a inclusão de setores específicos para essa tarefa em algumas unidades produtivas. A regulação da qualidade do produto requisitou maior controle do desempenho do trabalhador o que permitiu o surgimento da função de supervisor da qualidade. Os novos padrões de qualidade consistiam em exigências do mercado internacional e favoreceriam a concorrência do calçado brasileiro com os de outros países. Não obstante, os parâmetros de qualidade referem-se sobremaneira ao design, performance e customização do calçado.

Outro recurso muito utilizado pelas empresas calçadistas foi a sub-contratação⁵⁰ ou terceirização de serviços componentes da confecção de calçados. A forte segmentação do processo produtivo favorece esse mecanismo para diminuição de custos, dessa forma, terceirizar parte das atividades produtivas constitui prática muito comum nesse segmento industrial, entretanto esse processo não ocorre de forma homogênea entre as empresas. De acordo com Ruas “[...] em algumas empresas, a participação dos serviços externos na execução de certas tarefas, como algumas da costura, por exemplo, atinge a quase 50%, em outras esse recurso não é utilizado” (1989, p. 33).

A terceirização de atividades do processo de trabalho na fabricação de calçados, como o trabalho em bancas ou ateliês domiciliares, é uma prática antiga no setor que se acentua a partir da inserção da indústria no mercado internacional.

⁵⁰ “A subcontratação não é um fenômeno recente. Em suas origens, a produção de calçados caracterizou-se pelo trabalho artesanal e familiar e, mesmo com a grande indústria, as tarefas de acabamento e montagem – para atender a crescimentos sazonais de demanda, ou mesmo especificidades de consumo que agregam valor, como o “acabamento personalizado, manual, ou artesanal” – sempre exigiram a incorporação de trabalhadores temporários ou domiciliares. Sua produção realiza-se em unidades de tipos diversos: grandes fábricas que subcontratam fábricas menores, que, por sua vez, subcontratam oficinas, bancas, ateliês – que subcontratam trabalho domiciliar – ou tudo isso junto. Assim, o trabalho assalariado regular, nessa indústria, sempre conviveu com formas distintas de trabalho subcontratado e precarizado pela ausência de maiores controles e regulamentação, direitos e condições de trabalho” (LIMA et al., 2011, p.)

A principal alternativa das empresas para tratar a questão da flexibilidade foi a intensificação do recurso ao sistema de prestação de serviços externos, através dos chamados ateliers domiciliares, os quais passaram a realizar uma parcela importante de suas operações de produção, especialmente aquelas que demandavam mais tempo e quantidade de trabalho (RUAS, 1990, p. 107).

Essa modalidade de trabalho largamente utilizado por empresas calçadistas conformam um conjunto de consequências para os trabalhadores “domiciliares” que em última análise expressam a precarização do trabalho em todas as suas dimensões. O trabalho a domicílio geralmente inclui todos os membros da família, é comum a ocorrência de crianças trabalhando com os pais nas bancas o que configura trabalho infantil. Outro aspecto desse tipo de trabalho é a completa desregulamentação das relações trabalhistas, uma vez que inexistente vínculo empregatício entre as empresas e os trabalhadores domiciliares, além de questões que se referem às condições de trabalho, higiene e segurança, pois as instalações de máquinas no ambiente domiciliar e o trabalho não são fiscalizadas (NAVARRO, 2004?, p. 4).

Dessa forma percebe-se que a coexistência de técnicas arcaicas e modernas no processo de trabalho e organização produtiva de indústrias calçadistas possibilita a redução de custos e aumento da produtividade ao passo que mantém e acentua a precarização das condições de trabalho e das relações salariais. De acordo com Silva (2008, p. 45):

Talvez o mais perverso desse processo esteja, sobretudo, na fusão entre o que há de pior nos três modelos produtivos – a produção em série (do fordismo), cronometrada (do taylorismo) e a multifuncionalidade (do toyotismo) – donde se tem, em alguns setores, a multifunção em linha de produção, como no ramo calçadista de base técnica tradicional.

A modernização do setor calçadista deslanchada a partir de sua inserção no mercado internacional reconfigurou o processo produtivo ao incorporar inovações tecnológicas no âmbito da organização, gerenciamento do trabalho e das máquinas ao mesmo tempo em que preservou e aprofundou uma dinâmica de relações de trabalho marcada por baixos salários, parcelização e simplificação das atividades produtivas, ausência de qualificação, alto índice de rotatividade e rígida disciplina interna, o que limita iniciativas reivindicatórias (RUAS, 1990, p. 119).

3.1.2 Concorrência internacional no setor calçadista e reestruturação produtiva

A abertura comercial da economia brasileira acompanhada pelo Plano Real e estabilização econômica na década de 1990 inaugurou um período de significativa retração da indústria calçadista nacional. A valorização do real somada ao crescimento da produção de calçados de países asiáticos como China, Índia e Indonésia representou grande impacto ao setor calçadista brasileiro que sofreu os resultados da concorrência externa, diante da perda de parcelas do mercado internacional expressa na queda das exportações, e interna com a entrada de produtos chineses de baixíssimo custo, fator que ocasionou o fechamento de um número significativo de fábricas de pequeno e médio porte (VIANA; ROCHA, 2006 apud SILVA, 2008).

O acirramento da competitividade com os países asiáticos na disputa pelos maiores mercados compradores, tais como Estados Unidos e França, afetou decisivamente o setor calçadista brasileiro, que passou a concorrer com produtores internacionais tanto no mercado externo quanto no interno⁵¹ a partir da liberalização comercial do Brasil. As vantagens competitivas da indústria de calçados brasileira concentram-se no baixo custo da mão de obra, fator que coloca a indústria nacional em posição desfavorável em relação a China, que atualmente é a maior produtora de calçados do mundo, dado o imenso contingente de força de trabalho disponível naquele país a preços demasiadamente baratos (SILVESTRIN; TRICHES, 2008, p.145). Além da concorrência com os produtores asiáticos concentrada na questão dos baixos preços, a indústria brasileira de calçados também disputa internacionalmente com países produtores como a Itália que lidera o mercado de calçados de ponta com alta capacidade de inovação e versatilidade. De acordo com o Panorama Setorial da Cadeia Coureiro Calçadista “[...]a indústria brasileira de calçados ocupa uma faixa intermediária do mercado: não possui a capacidade inovativa da indústria italiana nem a capacidade para produzir a custos baixos como os chineses” (ABDI, 2008, p. 51).

O setor calçadista brasileiro é bastante vulnerável e dependente da conjuntura econômica internacional (PICCININI, 1995, p. 28), dessa forma adaptar-se às vicissitudes da concorrência interna e externa compõe entre outros aspectos a dinâmica desse ramo industrial. Nesse contexto de acentuado declínio, sobretudo do segmento de couro que destina boa parte de sua produção ao mercado externo, os produtores de calçados têm lançado mão de

⁵¹ A China é o principal fornecedor de calçados para o Brasil (ABICALÇADOS, 2014).

estratégias na estrutura organizacional e processo produtivo das empresas, que relacionam-se à reestruturação produtiva enquanto um fenômeno macroeconômico que transformou o modo de produzir de muitos setores industriais na década de 1990. Uma característica que favoreceu a indústria de calçados nesse período diz respeito à flexibilidade do setor em atender demandas de pedidos relativamente baixos e variados o que demonstra sua capacidade técnico-produtiva, mas com dificuldades ao que concerne as capacidades tecnológicas e comerciais (ABDI, 2008).

O processo de reestruturação produtiva adotado de forma bastante heterogênea na indústria de calçados objetivava fomentar a produtividade ao passo em que reduzia custos, visando o estabelecimento de condições concorrenciais compatíveis com as de outros países produtores. De acordo com Navarro:

O processo de reestruturação produtiva, já em curso em algumas indústrias de calçados [...] vai sofrer um incremento a partir dos anos 1990, quando o novo cenário aberto pelo mercado internacional aumenta as exigências por calçados de melhor qualidade, com maior variedade de modelos, em volumes menores que aqueles que os produtores estavam acostumados a atender e a preços competitivos. Resulta daí uma série de experiências que vão sendo adotadas para reduzir os custos de produção que vão interferir na organização da produção e do trabalho, o que tem levado à sua intensificação, ao aviltamento salarial, à eliminação de postos de trabalho e à crescente informalização do emprego nesse setor (2006, p. 228).

Como corolário desse processo percebe-se o aprofundamento da precarização do trabalho refletida nas condições laborais, contratos trabalhistas, enxugamento de postos de emprego, intensificação da exploração do trabalho, subcontratação produtiva, entre outros. A adequação da indústria calçadista a lógica competitiva resulta na degradação do trabalho travestida de modernização do setor.

Nessa perspectiva, as mudanças iniciadas na década de 1980 se aceleram com dinamismo e em poucos anos o segmento produtor de calçados atinge a maior elevação percentual de produtividade média do trabalho na indústria brasileira⁵² (FEIJÓ e CARVALHO, 2003 apud CORRÊA, 2005). Esse dado é taxativo do grau de intensificação do trabalho uma vez que as pesquisas⁵³ realizadas no período destacam que as modificações no processo produtivo pouco contemplaram a dimensão tecnológica, com baixo investimento em máquinas e equipamentos que incorporam tecnologias como a microeletrônica – que poderiam

⁵² A pesquisa realizada por Feijó e Carvalho investigou os diversos ramos industriais brasileiros (CORRÊA, 2005).

⁵³ Ver Navarro (2006); Ruas (1985).

proporcionar o aumento da produtividade –, além de registrarem o aumento vultoso de demissões (NAVARRO, 2006).

A terceirização de parte da produção em bancas ou ateliês domiciliares constitui um dos recursos mais utilizados no processo de reestruturação produtiva da indústria de calçados. Em pesquisa nos polos de Franca e no Vale dos Sinos, Navarro (2004?) demonstrou que a precarização dos trabalhadores “domiciliares” se manifesta de forma múltipla passando pelas condições de trabalho inapropriadas que atingem tanto a família das bancas quanto as famílias vizinhas, até às relações contratuais que não cobrem garantias básicas como descanso semanal remunerado e férias. A autora ainda sinaliza que essa modalidade de trabalho não constitui prática recente da indústria de calçados, no entanto, tornou-se muito comum a partir do processo de reestruturação produtiva:

A subcontratação de trabalho sempre esteve presente na indústria de calçados no Brasil. Anteriormente ela se restringia a determinadas etapas do processo produtivo como o pesponto, referido no Rio Grande do Sul como “costura”, atividade que ocupa muita força de trabalho e que utiliza maquinário relativamente barato. O que marca esta prática a partir dos anos noventa é sua extensão para praticamente todas as etapas da produção do calçado. O que antes era exceção tornou-se regra.

A realocização das empresas calçadistas para regiões abundantes em mão de obra barata, ausência de tradição sindical e incentivos fiscais dos governos locais consistiu importante estratégia como resposta a concorrência internacional, integrando o conjunto de mecanismos para redução de custos da indústria. Esse fenômeno é constitutivo de uma tendência global inaugurada sob a lógica da acumulação flexível e da globalização em que, cada vez mais, os produtos são planejados num lugar, fabricados em outros e consumidos globalmente; transações financeiras, o gerenciamento e administração dos estoques e da produção são realizados pelas sedes das empresas em tempo real e de forma desterritorializada (LIMA et al., 2011); a instalação de unidades produtivas de multinacionais como Adidas e Nike em países de economia emergente é exemplar desse processo.

O deslocamento espacial da indústria calçadista brasileira para a região Nordeste compõe o processo de reestruturação produtiva do setor que em busca do rebaixamento de custos na produção migra para territórios estratégicos. Esse movimento tem ultrapassado as fronteiras nacionais nos últimos anos, a utilização intensiva de mão de obra enquanto característica fundamental do setor tem estimulado a internacionalização da produção com a migração de empresas calçadistas para países com força de trabalho abundante e barata, além das políticas de atratividade de capital internacional como é o caso da China, Índia e Vietnã.

Recentemente a Vulcabrás, uma das maiores empresas produtoras de calçados do Brasil e do mundo, transferiu parte de sua produção de calçados esportivos para a Índia⁵⁴ acompanhando a tendência global de desconcentração geográfica enquanto estratégia de redução de custos.

De acordo com Silvestrin e Triches (2008, p. 155), o processo de reestruturação produtiva baseou-se na estratégia de realocação da indústria produtora de calçados para o Nordeste brasileiro, as principais motivações que desencadearam essa mudança relacionam-se à mão de obra barata, incentivos governamentais e maior proximidade geográfica com o principal país exportador, os Estados Unidos, fator que possibilitaria a redução de custos com transporte.

3.2 Relocalização da indústria calçadista para o Nordeste

O movimento de relocalização da indústria calçadista para a região Nordeste expressou uma das principais estratégias do setor para garantir condições de competitividade no mercado interno e externo, mediante diminuição dos custos produtivos. As condições de produção de calçados são relativamente simples por tratar-se de um ramo industrial de baixa complexidade na fabricação, que não exige tecnologias sofisticadas, concentra boa parte do processo produtivo na força de trabalho e não apresenta grandes dificuldades quanto à aquisição de matérias-primas (RUAS, 1984) possibilitando assim, a migração para outros territórios. Entre os estados que receberam essas empresas destacam-se Bahia, Ceará e Paraíba, com maior quantitativo de indústrias de origem paulista e gaúcha.

A descentralização da indústria de calçados, tradicionalmente concentrada em regiões do sul e sudeste do país é um fenômeno iniciado em meados da década de 1970 que se intensifica a partir dos anos 1990 a partir da conjugação de fatores, tais como mão de obra barata, incentivos fiscais dos governos do Nordeste, maior proximidade geográfica com países importadores e baixa tradição sindical nas localidades. A instalação de unidades produtivas filiais na região é um recurso normalmente utilizado por grandes empresas que dispõem de capacidade de integração dos processos de produção, comercialização e escoamento, além do maior poder de barganha junto às instituições locais e articulação para atrair fornecedores de matéria-prima e componentes (ABDI, 2008).

⁵⁴ Vulcabrás começa a transferir para Índia parte da produção de tênis, 2011.

O baixo custo da mão de obra expressou um dos principais fatores para o deslocamento da indústria calçadista. Marcado por desigualdades regionais, o Nordeste carrega peculiaridades históricas que fazem da região um território com expressiva pobreza, altos índices de desemprego e trabalho informal, industrialização tardia e, por conseguinte, abundante em força de trabalho barata e pouco organizada, características, que, em última análise atraem empresas produtoras de calçados.

A diferença entre os salários pagos entre as regiões produtoras tradicionais e os estados do Nordeste é muito acentuada, no final da década de 1990, enquanto se pagava em média um salário mínimo para cada trabalhador na região, no Vale dos Sinos pagava-se de dois a dois salários e meio (COSTA; FLIGENSPAN, 1997 apud UNE; PROCHINIK, 1999). Mais de uma década depois essa diferença ainda é notória; no ano de 2011 enquanto no Vale dos Sinos o salário médio estava na faixa de 2 a 2,5 salários e em Franca 1,5 a 2,0 salários, o valor salarial nessa indústria na Bahia situava-se em torno de R\$ 572,00 (ALMEIDA, 2013). Em recente estudo sobre a indústria calçadista no Ceará, Lima et al., constatou similitudes em relação aos salários pagos naquele estado e no eixo sul/sudeste:

Cabe chamar a atenção para a prática dos baixos salários, que tem sido um forte atrativo para que muitas dessas fábricas se instalem na região Nordeste. Entretanto, a comparação entre os salários pagos nas fábricas do Ceará e aqueles pagos em outras regiões aponta mais semelhanças do que diferenças. A média salarial é muito próxima, embora existam pisos salariais da categoria em cidades como Franca (SP) e no Vale dos Sinos (RS). Contudo, a existência de numerosas bancas informais nessas regiões contribui, em certa medida, para o rebaixamento salarial dos trabalhadores nas fábricas (LIMA et al., 2011).

Desse modo, observa-se que o aprofundamento da precarização do trabalho nas últimas décadas, sobretudo através da subcontratação do processo produtivo e consequente crescimento da informalização no setor calçadista no sul e sudeste pode ter provocado o decaimento dos salários nessas regiões. Não obstante, o baixo custo da força de trabalho nos estados nordestinos se mantém como importante fator atrativo de indústrias calçadistas.

Outra circunstância que contribui decisivamente para a migração de unidades produtivas de calçados são os subsídios fiscais ofertados pelos governos estaduais e municipais do Nordeste. Na década de 1990 a chamada “guerra fiscal” entre os estados que propunham diversos incentivos para atrair indústrias acelerou o processo de transferência de fábricas da região centro-sul para territórios com baixa atividade industrial (ALMEIDA, 2013). Os estímulos governamentais figuram desde incentivos fiscais da extinta Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), isenções e reduções de

tributos estaduais e municipais, fomento creditício, ao fornecimento de infra-estrutura para as indústrias, tais como construção da estrutura física da fábrica, manutenção dos custos com abastecimento de água, energia, comunicação; além de parcerias com instituições de capacitação e treinamento da mão de obra como o SENAI (SOUZA, 2003).

Para as indústrias que destinam integralmente ou parte de sua produção para a exportação, a maior proximidade geográfica do Nordeste com o mercado europeu e americano consistiu importante fator de redução de custos com transporte e do tempo de entrega da produção. De acordo com Corrêa: “O Nordeste possui uma vantagem quando se lembra desse aspecto, devido à sua localização privilegiada em relação aos Estados Unidos, nosso principal importador” (2001, p. 69).

A baixa tradição sindical nas localidades nordestinas também exerceu impulso no processo de “reespacialização da produção” calçadista, a menor pressão de organizações sindicais possibilita às empresas o achatamento dos salários e práticas distintas de precarização do trabalho, como a intensificação das jornadas e terceirização de partes da produção para bancas e ateliês sem vínculo formal de emprego. De acordo com o Panorama Setorial da Cadeia Coureiro Calçadista (ABDI, 2008, p. 74) “[...] a prática espúria de formas de evasão de encargos sociais por meio da criação de cooperativas de trabalho, em que os trabalhadores não eram contratados pelo regime de trabalho tradicional” aliada a incipiente organização dos trabalhadores expressou outra razão que motivou o estabelecimento de empresas calçadistas no Nordeste.

A organização das indústrias na região, especialmente na Bahia, se dá de forma pulverizada em oposição ao modelo de aglomeração industrial característico das regiões sul e sudeste. Esse aspecto denota o interesse dos governos em desenvolver alguns municípios, geralmente sem tradição industrial e com escassez de postos de trabalho, e a estratégia das indústrias para dificultar o estabelecimento de concentrações sindicais (CORRÊA, 2001, p. 76). Entretanto, a dispersão espacial das fábricas limita a formação de uma rede que desenvolva a cadeia produtiva com indústrias de máquinas e componentes, agentes de mercado, instituições de pesquisa e formação de mão de obra, e, por conseguinte, a estruturação organizativa do setor em *cluster*.

Embora o deslocamento das indústrias calçadistas para o Nordeste tenha ocorrido de forma massiva, observa-se que apenas a estrutura produtiva das empresas foram realocadas para a região. As atividades corporativas, gerenciais e funções como o desenvolvimento do produto continuaram centralizadas nas regiões de origem das indústrias, assim como as sedes

das organizações. Essa característica expressa notoriamente a estratégia de reduzir os custos de trabalho através do deslocamento das atividades que requerem maior utilização de mão de obra para regiões em que os salários são menores e evidencia que não havia intenção de fincar raízes nos novos territórios por parte das indústrias o que faculta o fechamento de unidades produtivas e migração para novos locais a qualquer momento. Talvez, esse, entre outros fatores, justifique o não estabelecimento de complexos industriais da cadeia coureiro-calçadista no Nordeste.

3.2.1. Limites e impactos da realocação da indústria calçadista para o Nordeste

A realocação da indústria calçadista para o Nordeste é um processo inconcluso que tem acontecido num ritmo consideravelmente menor que o registrado na década de 1990 e 2000 e que apresenta muitos limites, além de impactos à população local das regiões em que se inserem. As ações governamentais de atração e manutenção das empresas nos estados relacionam-se com a geração de empregos, geralmente formais, e possibilidade de desenvolvimento de localidades atrasadas economicamente, com poucos postos de trabalho e elevados índices de desemprego. No entanto, algumas questões fragilizam e limitam os resultados a longo prazo da instalação dessas indústrias, desse modo, torna-se imprescindível perquirir sobre os impactos que esse movimento de deslocamento de fábricas produtoras de calçados causam nas regiões onde são implantadas.

Os subsídios fiscais representam fator de fundamental relevância para a inserção e permanência de indústrias calçadistas no Nordeste. Esse segmento industrial apresenta características, tais como a baixa complexidade produtiva e utilização intensiva de mão de obra que possibilitam a migração de unidades produtivas para distintas regiões seguindo a lógica da busca de redução dos custos. Dessa forma, em um contexto de extinção e retraimento de incentivos fiscais, possivelmente as empresas deslocariam para outros territórios, visto que reduzir os gastos produtivos consiste importante vantagem competitiva do setor (ALMEIDA, 2013, p. 174). Para as indústrias, esse cenário de criação e continuidade de estímulos governamentais, associado a abundante força de trabalho disponível e muitas vezes sem alternativas de emprego, torna amplamente viável a obtenção de lucros e acumulação de capital.

A ausência de um complexo produtivo que possibilite o estabelecimento de plantas industriais com uma rede de fornecedores de insumos, instituições de desenvolvimento produtivo e agentes de mercado, compondo uma estrutura encadeada de fabricação de calçados, não assegura resultados duradouros para os territórios que alocam as empresas. Em estudo realizado sobre a inserção da Bahia no processo de deslocamento da indústria calçadista Almeida afirma que:

[...] uma das razões para acreditarmos que as políticas de incentivos, implementadas pelo governo baiano, não podem ser consideradas uma alternativa eficaz na promoção do desenvolvimento regional é o alto grau de rotatividade do tipo de investimento que elas costumam atrair. Outra razão refere-se ao fato de essa política não ter sido acompanhada por um projeto de estruturação e fortalecimento da cadeia coureiro-calçadista para que esta pudesse se tornar viável a médio e longo prazos (2013, p. 174).

A permanência de fábricas de calçados nos novos espaços produtivos é muito incerta, desse modo, a promessa de desenvolvimento local é duvidosa e os postos de trabalho gerados são marcados pela instabilidade. A ameaça de fechamento de unidades industriais constitui importante mecanismo de barganha das empresas frente aos governos que normalmente abdicam do recebimento de impostos, tendo em vista a manutenção das indústrias nas cidades. Nesse contexto, para os trabalhadores, as perspectivas estão na permanência das fábricas, o que não significa, necessariamente, a permanência de seus postos de trabalho (LIMA et al. 2011, p. 380). O caráter rotativo do emprego evidencia a natureza intermitente e precária do trabalho nesse segmento industrial, num movimento que “enxuga” a mão de obra nas regiões de origem ao passo que emprega contingentes de trabalhadores com estatutos salariais precarizados em municípios nordestinos.

A ideia que predomina enquanto motivação dos governos ao ofertar incentivos fiscais é a da promoção de desenvolvimento local através da geração de emprego, renda e consumo, entretanto, o interesse das indústrias calçadistas não relaciona-se com a possibilidade de superação do atraso dessas regiões, mas tão somente garantir a diminuição de custos. Observa-se, destarte, a ausência de interesse das empresas em constituir vínculos com as localidades e em fortalecer a cadeia produtiva. De acordo com estudo de Lima et al., sobre a indústria de calçados no Ceará: “[...] essas empresas não estão preocupadas com o desenvolvimento local, uma vez que de "local" utilizam apenas a mão de obra, permanecendo nas cidades, no estado e na região apenas enquanto durarem os incentivos” (2011, p.379).

Outra questão que contribui para questionar a existência e natureza do propalado desenvolvimento dos territórios que recebem indústrias calçadistas diz respeito à formação da

mão de obra absorvida por essas fábricas. O nível mínimo de escolaridade exigido é o ensino fundamental e o processo de capacitação dos trabalhadores é relativamente simples, desse modo, a formação da força de trabalho não é incentivada inexistindo qualquer investimento na área de educação (ALMEIDA, 2013).

A migração de indústrias calçadistas para o Nordeste compõe uma dinâmica que converge, paradoxalmente, aspectos positivos e negativos. Para a população local os empregos originados consistem, muitas vezes, na única oportunidade de um trabalho com carteira assinada⁵⁵, mesmo em condições que traduzem-se na absoluta precarização, dado a natureza instável do emprego, a intensificação das jornadas, os baixos salários e as relações de trabalho marcadas por inúmeros casos de assédio moral, humilhações, adoecimentos e acidentes (BORSOI et al., 2010). O desenvolvimento das localidades onde se inserem as fábricas é algo muito questionável visto que as experiências de “reespacialização industrial” do segmento produtor de calçados no Nordeste têm demonstrado os limites para o estabelecimento de uma cadeia produtiva que possibilite um crescimento econômico-social de longo prazo, além das consequências que atingem o meio ambiente⁵⁶, a população e a cultura local.

3.3 A indústria de calçados na Bahia

A indústria de calçados surge na Bahia por volta dos anos 1960 com estrutura produtiva bastante familiar e artesanal em micro e pequenas empresas, mas é na segunda metade da década de 1990 que o setor se consolida através do processo de deslocamento de fábricas das regiões sul e sudeste para a Bahia. Dentre os principais fatores que atraíram empresas produtoras de calçados ressalta-se a política agressiva de incentivos fiscais exercida pelos sucessivos governos baianos (VIANA, 2006).

Os subsídios fiscais ofertados pelo estado tinham como principais justificativas a promoção de desenvolvimento, através da geração de emprego e renda, de regiões mais carentes e a interiorização industrial e distribuição geográfica de fábricas, visto que a

⁵⁵ A maioria das indústrias instaladas na região Nordeste disponibilizam empregos formais com registro em carteira (LIMA et al., 2011).

⁵⁶ O impacto ambiental causado por indústrias calçadista é outra ponta do *iniceberg* quando se analisa as resultantes do processo de relocalização produtiva desse segmento no Nordeste. Entretanto, essa temática transcende os objetivos do presente estudo.

concentração de investimentos produtivos na região metropolitana de Salvador expressava a discrepância entre essa localidade e os demais municípios do Estado⁵⁷. O interesse político de consolidação de relações e bases eleitorais nos diversos municípios que receberam investimentos do governo estadual é apontado por Santos (2008) como outro objetivo dos incentivos governamentais.

A Bahia destaca-se entre os estados com importantes programas de desenvolvimento industrial favorecendo assim a atração de investimentos produtivos. A ideia de progresso econômico e modernização vinculada ao crescimento industrial estimula a “guerra fiscal” empreendida pelos estados federativos segundo a lógica de renúncia à arrecadação de impostos e prática de incentivos creditícios. Essa política de atratividade de indústrias incorporada pelos governos estaduais evidencia a ausência de um projeto nacional e integrado de desenvolvimento, além de demonstrar as profundas desigualdades regionais (OLIVEIRA, 2012).

No bojo das políticas de subsídios governamentais muitas indústrias calçadistas implantaram unidades produtivas no território baiano. Os baixos custos com força de trabalho e a localização geográfica da Bahia consistiram em outros fatores que estimularam a inserção de empresas produtoras de calçados no estado. A produção baiana destina-se, majoritariamente, ao mercado interno, desse modo, a proximidade do território baiano com outras regiões possibilita maiores facilidades e redução de custos com a distribuição dos calçados. A articulação com instituições como o Sistema Nacional de Emprego (Sine), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) também favoreceram a expansão do setor calçadista na Bahia. No início do anos 2000, mais de dez indústrias⁵⁸ já haviam sido implantadas em cerca de 24 municípios baianos⁵⁹ (VIANA, 2006).

A indústria calçadista na Bahia é marcada pela heterogeneidade de empresas de pequeno, médio e grande porte, não havendo uma especialização ou um segmento que se destaque (SANTOS et al., 2002). Coexistem empresas produtoras de calçados femininos, masculinos, infantis, clássicos, esportivos, de couro, material sintético e em diversos volumes.

⁵⁷ No período entre 1999 e 2005 a Região Metropolitana de Salvador respondeu por mais da metade do PIB da Bahia (PESSOTI, SAMPAIO, 2009).

⁵⁸ Via Uno, Calçados Ramarim, Calçados Azaléia, Calçados Bibi, Calçados Daiby, Kildare, Dilly Nordeste, Free Way, Leve Calçados, Bottero e Picadilly.

⁵⁹ Alagoinhas, Amargosa, Castro Alves, Conceição do Almeida, Conceição do Coité, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Feira de Santana, Ilhéus, Ipirá, Itabuna, Itapé, Itapetinga, Jequié, Juazeiro, Pojuca, Riachão do Jacuípe, Santo Antonio de Jesus, Santo Estevão, São Francisco do Conde, São Miguel das Matas, Simões Filho, Terra Nova e Valente.

A organização espacial das unidades produtivas é bastante pulverizada, não havendo aglomerações industriais. Essa estrutura difere daquela encontrada nos estados de origem⁶⁰ da maioria das empresas implantadas na Bahia, basicamente por duas razões, a dispersão geográfica dificulta as articulações sindicais, diminuindo as pressões de organizações dos trabalhadores (SILVA, 2008) e existe um claro interesse de desconcentração industrial por parte do governo estadual na tentativa de possibilitar o dinamismo econômico de regiões atrasadas num estado de grande extensão territorial. Entretanto, a pulverização das indústrias exclui as vantagens resultantes da economia de aglomeração, como a aproximação de fornecedores de insumos e componentes (SPÍNOLA, 2008) além de impossibilitar o estabelecimento de um parque industrial do setor que, certamente, uma vez estruturado, reduziria as chances de fechamento e transferência dessas indústrias para novos territórios.

De acordo com Viana (2006), um dos principais problemas enfrentados pelo setor calçadista baiano refere-se à logística de abastecimento de matérias-primas, o provimento de insumos como o couro ainda é realizado por fornecedores do eixo sul/sudeste. Desse modo, a atração de indústrias de componentes também tem constituído os programas de subsídios fiscais do governo da Bahia.

Outro aspecto muito relevante da indústria de calçados na Bahia diz respeito a instabilidade dos postos de trabalho. Se por um lado registra-se o desempenho positivo na criação de muitos empregos, por outro, observa-se a extinção relativamente frequente de significativo número de postos de emprego. De acordo com Filho e Silva:

Isso se dá, sobretudo, pela liberdade excessivamente elevada que tem o empregador em admitir e demitir mão de obra sem elevados custos no processo. Além disso, nos setores que não exigem elevado grau de especialização da força de trabalho, a substituição é relativamente fácil, o que reproduz o movimento observado no setor calçadista na Bahia (2013, p. 12).

A prática de demissões conforma um mecanismo de controle das empresas, que utilizam a ameaça do desemprego como instrumento de manutenção da subordinação da força de trabalho às condições impostas pela indústria. A rotatividade de funcionários do setor na Bahia⁶¹, também é apontada segundo justificativas relacionadas aos baixos salários pagos, ritmo intenso de produção e ausência de tradição de trabalho industrial nos municípios que receberam fábricas do segmento (BAHIA, 2000 apud SILVA, 2008). Ainda assim, a indústria

⁶⁰ São Paulo e Rio Grande do Sul.

⁶¹ Muitos funcionários permanecem nas empresas por um período inferior a um ano (SILVA, 2008).

calçadista baiana representa um dos ramos com maior geração de emprego, além de ser um dos principais setores da pauta de exportações do estado (SPÍNOLA, 2008, p. 169).

O desenvolvimento econômico esperado através da instalação de indústrias calçadistas nos municípios baianos é constantemente ameaçado. Os mesmos motivos que possibilitaram a inserção do estado no processo de deslocamento de unidades produtivas de calçados do sul e sudeste possibilitam também a transferência destas para outras localidades mais promissoras. Em 2004, cinco anos após sua instalação, a empresa Piccadilly e a Injenorte sua principal fornecedora de solados fecharam as fábricas encerrando todas as atividades na cidade de Juazeiro o que acarretou a demissão de cerca de 1.200 funcionários e interrompeu a circulação de aproximadamente R\$15 milhões mensais no município (AQUINO, 2004, p.39).

As indústrias calçadistas encontram-se espalhadas em diferentes regiões do território baiano. Atualmente, cerca de dez diferentes indústrias estão localizadas em municípios do Recôncavo Baiano⁶², região de significativa relevância para o segmento, mas é no Sudoeste do estado baiano que o setor mais se sobressai com maior quantitativo de empregos, investimentos e volume de produção concentrados na área de dois municípios: Itapetinga e Jequié.

A região de Itapetinga e municípios vizinhos como Itororó, Itambé, Potiraguá, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai e Catiba consolidou-se como importante polo produtor de calçados na Bahia a partir da segunda metade da década de 1990 com a implantação de empresas como a Azaléia, maior indústria brasileira do segmento no Brasil. De origem gaúcha, a empresa se destaca pelo alto índice de geração de empregos que já registrou um quantitativo de 18 mil funcionários distribuídos nas unidades industriais da região (BAHIA, 2009 apud LOAYZA, 2011).

O trabalho precarizado nas fábricas da Azaléia já foi tema de denúncias na Justiça do Trabalho, de estudos⁶³ e reportagens⁶⁴ que demonstram as condições perversas de trabalho na indústria e suas resultantes. As consequências mais emblemáticas da precarização laboral na indústria referem-se aos baixos salários, intensificação da jornada de trabalho através das horas extras, existência de banco de horas, trabalho temporário e terceirizado, rotatividade de funcionários (OLIVEIRA, 2003), alto índice de adoecimentos, principalmente os relacionados

⁶² Conforme dados da FIEB os municípios do Recôncavo da Bahia que possuem fábricas de calçados são: Amargosa, Castro Alves (Andreza calçados), Cachoeira (Mastrotto – indústria de curtimento de couro), Conceição do Almeida (Dilly), Cruz das Almas (Calçados Bibi), Maragogipe (Pedimoda), Muritiba (Firezzi), Santo Antonio de Jesus (Ramarim calçados) e São Felipe (Sandálias Itapé).

⁶³ Ver Oliveira (2003).

⁶⁴ Ver Acidentes de trabalho. Vulcabrás Azaléia, Domingo espetacular.

a estrutura osteo-muscular como LER-DORT e acidentes de trabalho (SILVA, 2008). Muitos casos foram alvos de ações da justiça, mas de forma geral, a situação de degradação do trabalho e dos trabalhadores continuou inalterada.

Em 2012, a Azaléia fechou 10 filiais na região demitindo cerca de 4 mil funcionários⁶⁵. Os impactos do fechamento das unidades afetaram toda a região, visto que a indústria respondia por alto número de empregos no território de Itapetinga e municípios vizinhos. O encerramento das atividades da empresa nessas filiais fez com que o governo do estado retomasse a política de incentivos fiscais para atrair indústrias calçadistas. Em entrevista ao jornal A Tarde (JANAY, 2015) o secretário de desenvolvimento econômico do Estado da Bahia afirmou: “Nós temos mais de 50 mil empregos no setor na Bahia. É muito mais do que a indústria petroquímica. Há uma prioridade do governo e do governador Rui Costa de atrair empresas de calçados e indústrias têxteis”.

Outro polo de destaque do setor calçadista na Bahia concentra-se no município de Jequié. Em 1997, a Calçados Ramarim foi implantada na cidade, dentre outros fatores, pela existência de curtumes de peles beneficiadas e localização geográfica (SILVA, 2008). Conforme estudo de Viana (2006), em 2005 o polo respondia por 15% da produção baiana de calçados e empregava cerca de 3.000 pessoas. Além de indústrias produtoras de calçados, também se instalaram na região fábricas de componentes como a Fipan-Tonet que produz elásticos, fitas e cadarços e a Vinilex que fabrica materiais de couro, compostos para saltos, solados e produtos químicos utilizados no processo produtivo de calçados.

A indústria calçadista de Jequié apresenta muitos casos de adoecimentos e acidentes de trabalho. Segundo Rios et al. (2012, p. 318) “[...] entre os anos de 2008 e 2009, entre os acidentes e doenças registrados, a maior proporção foi de trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (56,9%), destacando-se a confecção de calçados (47,6%).

A precarização do trabalho no setor calçadista baiano é notória, em estudo Silva (2008) assinalou as dimensões e consequências da precarização em uma indústria calçadista do município de Ipirá. Segundo a autora as condições precárias são evidenciadas no treinamento e capacitação dos funcionários, na multifunção dos trabalhadores que caracteriza a polivalência e intensificação do trabalho, nos baixos salários, jornadas de trabalho extenuantes, fragmentação das férias que não chegam à 30 dias, doenças e mutilações ocasionadas por acidentes de trabalho. Em pesquisa recente, Cristóvão Brito, professor da UFBA e pesquisador do setor calçadista na Bahia, critica o modelo de implantação da

⁶⁵ Rodrigues (2012).

indústria calçadista na Bahia e enfatiza a ocorrência de assédio moral, doenças do trabalho, lesões e mutilações decorrentes de acidentes e a alta rotatividade da mão de obra (SANTANA, 2011).

4. TRABALHO E PRECARIZAÇÃO EM UMA INDÚSTRIA CALÇADISTA DO MUNICÍPIO DE AMARGOSA-BA

O trabalho no ramo calçadista brasileiro, assim como os demais setores industriais produtivos é marcado pela precarização das condições laborais, relações trabalhistas e estatutos salariais. O segmento industrial produtor de calçados guarda aspectos tradicionais de organização produtiva e processos de trabalho evidenciados historicamente pela precariedade. A indústria calçadista de Amargosa não destoa desse cenário. Baixos salários, condições insalubres de trabalho, doenças ocupacionais e acidentes, intensa utilização de horas extras, jornadas de trabalho extenuantes que além do ritmo produtivo determinado pela esteira contam com práticas de gestão que incorporam largamente o assédio moral quase sempre relacionado à exigência de produtividade, conformam os traços caracterizadores do trabalho na indústria em tela.

Alguns fatores contribuem para a perpetuação da precarização do trabalho na empresa e referem-se à estrutura social e econômica do município, carente de postos de emprego, à ausência de tradição industrial e sindical na localidade e à relevância que a indústria representa para a cidade com a geração de trabalho e renda. A implantação da indústria de origem gaúcha pautava-se, entre outros aspectos, na expectativa de prosperidade e desenvolvimento do município, entretanto, os impactos positivos da indústria é tema de muitos dissídios na sociedade local, mas, para os ex-funcionários e funcionários atuais entrevistados, é consensual que a empresa trouxe benefícios para o município e trouxe também muita degradação para os trabalhadores, que guardam marcas visíveis e invisíveis da precarização em suas trajetórias de vida ocasionadas pelo trabalho na indústria.

O universo empírico foi composto por doze pessoas, sete funcionários atuais e cinco ex-funcionários, sete mulheres e cinco homens. Dos doze entrevistados dez se autodeclararam negros/pardos e dois brancos, a escolaridade varia entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo. Dez entrevistados são naturais de Amargosa, enquanto dois são de municípios vizinhos. Apenas uma entrevistada não tem filho. A faixa etária dos entrevistados varia entre 35 à 55 anos, e o tempo de serviço na empresa é superior à 6 anos e inferior à 16 anos. O perfil dos participantes da pesquisa não será traçado detalhadamente para garantir que os mesmos não sejam identificados. As entrevistas foram realizadas nos meses de Fevereiro,

Março e Abril de 2015, os relatos foram transcritos na íntegra e serão utilizados sem alterações nas falas originais.

4.1 O município de Amargosa-BA

Amargosa se eleva a categoria de cidade em 1891 quando a Vila de Nossa Senhora do Bom Conselho das Amargosas é municipalizada por José Gonçalves da Silva, então governador da Bahia. A região que já demonstrava relativa tradição com a cultura do café passou por expressivo crescimento econômico e demográfico com a formação de núcleos urbanos, tornando-se assim, importante centro econômico, político e cultural, fomentado pelo desenvolvimento da atividade agroexportadora cafeeira.

Duas principais razões explicam a ascensão de Amargosa para polo regional do território sertanejo e Recôncavo Sul em meados do século XIX até a década de 1940. A primeira razão relaciona-se à construção do ramal da linha federal da Estrada de Ferro de Nazaré, que possibilitou a comercialização e exportação do café, assim como dinamizou a região através do fluxo de passageiros e comerciantes. A segunda razão concerne à localização espacial do município estabelecido em uma região de transição entre a zona da mata e o sertão baiano. Essa posição geográfica aliada ao sistema de transporte instalado viabilizou o desempenho do papel de integração das regiões sertaneja e litorânea (LINS, 2007, p. 53). Além da estrada de ferro, algumas rodovias que ligavam cidades próximas foram construídas por iniciativas particulares de empresários e comerciantes do município.

No período de apogeu sócio-econômico de Amargosa importantes estabelecimentos comerciais e armazéns movimentavam a economia local. A historiografia do município registra que alguns desses estabelecimentos possuíam filiais na Europa⁶⁶, como a Casa Paris na América, que emitia sua própria moeda e por sua relevância econômica circulava em toda a região. A prosperidade da cidade foi tamanha que durante muitos anos ficou conhecida como Pequena São Paulo e foi apresentada pela Revista dos Municípios⁶⁷ como Rainha do Café. Ressalta-se que a despeito da monocultura cafeeira outros gêneros, como o fumo, também eram produzidos e comercializados na cidade, embora não tivessem tanta importância como o café.

⁶⁶ Cf. Lins (2007); Galvão (2013); Marques (2010).

⁶⁷ Revista dos Municípios. Município de Amargosa. “A Rainha do Café”, 1926-1927.

O declínio do café em escala nacional e a falência da estrada de ferro a partir da construção de duas importantes rodovias federais, a BR 101 e 116, afetaram diretamente a cidade que entrou num processo de profunda estagnação socioeconômica. A crise do café provocou rebatimentos na economia da região que até então se sustentava na monocultura e exportação do grão, fator que impossibilitou a diversificação da estrutura produtiva do município. A implantação das rodovias federais ocasionou o isolamento da cidade que ficou fora do entroncamento rodoviário e possibilitou a substituição do transporte ferroviário e marítimo pelo transporte terrestre. Esse processo teve como resultante inúmeras transformações no território baiano provocando a decadência de cidades anteriormente prósperas como Cachoeira e Amargosa e ascensão de municípios tangenciados pelas rodovias, como Santo Antonio de Jesus e Cruz das Almas⁶⁸.

A estagnação econômica do município acompanhada do baixo crescimento demográfico chamou a atenção do geógrafo Milton Santos que em estudo na década de 1960 denominou a cidade de ilha de inércia e arcaísmo:

Uma excursão de estudos à região de Amargosa permitiu ao pessoal do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais a surpresa de encontrar, rodeada por áreas mais dinâmicas, contagiadas pelo ritmo de vida da sociedade industrial contemporânea, uma região que tentamos crismar como sendo uma ilha de inércia ou uma ilha de arcaísmo. A surpresa se explica tanto de um ponto de vista empírico, como científico. O que até então tínhamos ouvido falar é de riqueza regional que contribuiu para criar uma sociedade local importante, cujos ecos perduram até hoje [...] (SANTOS, 1963, p. 01).

O termo ilha, utilizado pelo autor remete ao isolamento do município diante de outras cidades que já despontavam como centro econômico localizadas em dois eixos rodoviários. O quadro de inércia econômica e social da localidade mudou relativamente, embora não tenha recuperado a relevância de um polo regional. Atividades baseadas na pecuária e agricultura familiar movimentam o setor econômico, de acordo com Lins (2008), a economia do município nas últimas décadas têm se voltado para a pecuária leiteira e pequena produção de culturas de subsistência, tais como a mandioca, banana, fumo, amendoim, café e cacau, outros vetores de transformação econômica são apontados como o turismo e a implantação do campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Destaca-se também a instalação do polo calçadista com a implantação da fábrica de calçados, o frigorífico que atualmente pertence ao grupo JBS Friboi, pequenas confecções e comércio local. A dinâmica econômica atual não se compara com aquela vivida no século

⁶⁸ Santos, 1998.

XIX e início do século XX, entretanto não permanece estagnada conforme apontou Santos (1963) há algumas décadas. De acordo com Lins:

[...] apesar do cenário desfavorável, a região não pode ser mais caracterizada como uma “ilha de inércia”, como apontou o professor Milton Santos. Diferente de 1963, a região hoje possui perspectivas de desenvolvimento, devido à existência de vetores de crescimento baseados no turismo, na recente inauguração de um campus universitário da UFRB e nos projetos modernos de gestão participativa implantados pelo Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá, que pode levar, a médio prazo, a Região de Amargosa a retomada de crescimento⁶⁹ (2008, p. 169).

O município localiza-se na macrorregião Recôncavo Sul e, a partir, de 2007, com a nova classificação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia passou a integrar o Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá. Situado numa área de transição entre a zona litorânea e o sertão baiano, a cidade converge aspectos naturais da mata atlântica e da caatinga⁷⁰. De acordo com o IBGE, a população estimada em 2014 era de 37,5 mil habitantes numa área que compreende 463 km².

Conforme o Relatório Trabalho Decente da OIT o PIB do município em 2011 era de R\$ 209 milhões, enquanto que o PIB per capita era de R\$ 6.027, pouco mais que a metade do PIB per capita do estado, que era da ordem de R\$11.340. O mercado formal do município em 2012 era composto de 3.490 vínculos empregatícios, dos quais, 95 foram gerados pelo setor agropecuário, 1.112 pela indústria e 2.283 pelo setor de serviços. O maior empregador⁷¹ do município é o setor de serviços incluindo a administração pública que responde pelo maior percentual de geração de empregos com 51,5%, a agricultura apresenta 32,4% da população ocupada e a indústria 16,2% (OIT, 2013).

A taxa de participação populacional no mercado de trabalho, na faixa etária de 16 a 64 anos de idade, era de 70,9% em 2010 e a taxa de desocupação municipal perfazia 11,7% no mesmo ano. A jornada média de trabalho semanal da população ocupada era de 34,3 horas semanais. Um dado importante diz respeito à jornada de trabalho superior ao limite estipulado pela legislação nacional, mais de 20% do contingente de pessoas ocupadas trabalhavam mais de 44 horas semanais. O relatório Trabalho Decente também aponta segundo dados do Censo 2010 que 1.019 crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos estavam ocupados nesse ano, correspondendo a um Nível de Ocupação de 18,5%, desse quantitativo, 317 eram crianças com idade entre 10 e 13 anos, dado que conforma trabalho infantil de acordo com a legislação

⁶⁹ Observa-se que no estudo empreendido por Lins a indústria de calçados, objeto dessa monografia, não aparece como vetor de crescimento do município de Amargosa.

⁷⁰ Fonte: IBGE.

⁷¹ Dados de 2010. Vínculos formais e informais.

brasileira. Esse quantitativo expressa 12% do nível de ocupação municipal, percentagem superior em relação à média estadual e nacional, de 7,4% e 5,2%, respectivamente.

4.2 A unidade industrial calçadista pesquisada: Caracterização e histórico

A instalação da indústria de calçados em Amargosa ocorreu no contexto da política de atração industrial na segunda metade da década de 1990, que conformou diferentes programas de desenvolvimento econômico pautado na oferta de subsídios fiscais para novos empreendimentos industriais no território baiano. No bojo desse processo, diversas fábricas de calçados, majoritariamente de origem gaúcha, foram implantadas na Bahia⁷² por meio de dois principais programas: o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA, que incentivava a inserção de indústrias em geral para diversificação da matriz industrial do estado, por meio da concessão de financiamentos e o Programa de Incentivo ao Comércio Exterior – PROCOMEX para empresas exportadoras, com descontos entre 90 e 99% de ICMS. (CERQUEIRA, 2007).

O segmento calçadista figurava entre os setores prioritários e estratégicos da política agressiva de incentivos fiscais do estado, dado a ampla capacidade de absorção de mão de obra desse ramo e a baixa complexidade dos processos produtivos, podendo se instalar nos mais diferentes territórios. Amargosa foi um dos municípios contemplados pela política estadual que, conjugada aos interesses do governo municipal possibilitou a inserção da indústria na cidade. O estabelecimento da fábrica era legitimado, entre outros fatores, pela promessa de desenvolvimento socioeconômico do município, que até então, contava com uma estrutura econômica frágil e pouco dinamizada, com ênfase no setor primário e bastante dependente dos recursos públicos. Desse modo, em 1997 a Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias (nº 057/1997) previa como meta para expansão econômica a implantação do polo industrial e incentivo às atividades geradoras de emprego e renda, ao passo em que o decreto municipal nº 018/1997 concedia a isenção de todos os impostos municipais para a empresa calçadista em processo de instalação no município⁷³.

⁷² “Foram aprovados, pela Secretaria de Indústria e Comércio (SICM), 40 projetos de investimentos no segmento de Calçados entre 1994 e 2004. Dentre eles, apenas 4 foram de ampliação. Os investimentos totalizaram, aproximadamente R\$ 0,7 bilhões e tinham a previsão de gerar, segundo as empresas, 34.624 empregos” (CERQUEIRA, 2007, p. 93).

⁷³ AMARGOSA. Câmara Municipal de Amargosa. Lei nº 057/97 das diretrizes orçamentárias – LDO. Câmara Municipal, 1998. AMARGOSA. Câmara Municipal de Amargosa. Decreto nº 018/97. Câmara Municipal, 1997.

Em Julho de 1999 a unidade industrial calçadista com matriz na cidade de Sapiranga-RS, situada no Vale dos Sinos, foi inaugurada e os ventos auspiciosos do progresso passaram a fazer parte da mentalidade local que vislumbrava o desenvolvimento do município. Nos anos 2000 a unidade produtiva de Amargosa era a única empresa calçadista da Bahia que exportava 100% da produção, as demais indústrias destinavam a totalidade ou maior parte da produção para o mercado interno (CERQUEIRA, 2007, p. 98).

A empresa fabrica calçados femininos de couro como botas, sandálias, tamancos e chinelos. De acordo com Viana (2006) os insumos e componentes, como couro natural, solados, palmilhas, solventes, etiquetas, adesivos, cadarços e metais são fornecidos por empresas do Rio Grande do Sul, enquanto o couro sintético, as solas e o forro sintético vem de São Paulo e apenas embalagens e colas são adquiridas na Bahia. Segundo a pesquisa do mesmo autor, os motivos que justificam essa distribuição de fornecedores relacionam-se com o volume e o custo dos materiais e inexistência de um arranjo produtivo da cadeia coureiro calçadista no estado.

Os cargos de chefia e gerência nos anos subsequentes à inauguração da fábrica eram ocupados por funcionários gaúchos que foram transferidos da planta industrial do município de origem. O processo de admissão de funcionários no período de instalação da indústria era feito de distintas formas. Havia a admissão por indicação de políticos locais e munícipes influentes, por indicação de pessoas já empregadas na fábrica e através de uma triagem realizada pelo SINE, antigo Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) que realizava a intermediação da mão de obra, deste modo, os interessados entregavam o currículo na instituição que repassava para a empresa. Em entrevista, dois funcionários que entraram na época da instalação da fábrica relataram que antes de serem chamados para o treinamento receberam em seus domicílios a visita do então diretor e de chefes gaúchos. Quando questionada sobre os critérios para admissão na empresa, uma das entrevistadas respondeu:

Eles não exigia muita coisa não, eles fazia o teste, a entrevista, aí você tinha que passar no teste e na entrevista. O que eles exigia assim... Eles ía na casa da pessoa, conhecer a pessoa, o lugar que morava pra ver quem era as pessoa que tava entrando, é tanto que na época que eu fiz a entrevista, depois eles vieram aqui em casa perguntaram qual era o meu interesse em entrar na empresa (Patrícia⁷⁴).

Os funcionários admitidos nos primeiros anos passaram por treinamento de 3 meses ofertado pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. O treinamento

⁷⁴ Para a preservação da identidade dos entrevistados os nomes empregados nesse estudo são fictícios.

capacitava para a execução de diversas funções, aquela que o funcionário desenvolvesse com maior habilidade passava a ser sua principal tarefa. De acordo com uma ex-funcionária: “Eu aprendi passar cola, virar palmilha, costurar forro das bota, aí eu desenvolvi bem na costura e fiquei costurando muito tempo, dificilmente saía da função de costureira” (Dandara).

Conforme os relatos de funcionários e ex-funcionários, percebe-se que a produção de calçados na indústria é organizada basicamente segundo o padrão taylorista/fordista e incorpora alguns aspectos do toyotismo como a qualidade total, estabelecimento de metas e a produção sob demanda. A existência de rígido controle sobre os tempos, cronometrado por um funcionário específico, de esteiras mecanizadas e trabalho excessivamente repetitivo são alguns dos principais aspectos observados nas falas dos entrevistados. A divisão do processo de trabalho é feita em setores interdependentes que realizam partes da fabricação do calçado até o fim.

São três fábricas, a 11, a 12 e a 13. Cada uma faz um sapato diferente. Tem vez que enquanto uma tá fazendo sandália, a outra tá fazendo chinelo [...]. E todas tem os setores, que é corte, palmilha, costura, montagem e acabamento. Só não tem esteira no corte, os outro tudo tem, aí dentro do setor tem as função, você vai fazendo e a esteira vai descendo (Maria).

A empresa tem sua própria marca e até o ano de 2013 possuía três unidades, duas no Rio Grande do Sul e a fábrica de Amargosa-BA. No mesmo ano as duas fábricas localizadas no Vale dos Sinos - RS foram fechadas e cerca de 600 funcionários foram demitidos, a causa alegada pela empresa foi a queda nas exportações. Atualmente a indústria de Amargosa é a única unidade produtiva da empresa, entretanto, os setores administrativos e os setores responsáveis pela concepção e desenvolvimento dos calçados permanecem no estado de origem. Segundo dados da Federação das Indústrias da Bahia – FIEB, a empresa emprega 672 funcionários, a capacidade de produção diária é de 1200 pares de calçados.

Ao longo desses 15 anos de existência no município de Amargosa, a empresa ficou conhecida pelo trabalho precarizado e degradação dos funcionários, é corrente os comentários acerca das doenças ocupacionais decorrentes do “trabalho puxado e repetitivo” na indústria. Em contrapartida, também é muito comum alusões à geração de renda no município: “A fábrica foi o ganha-pão da nossa cidade”. Ou seja, uma marca do processo de desenvolvimento da indústria calçadista analisada é a contradição, ao tempo em que precariza e explora, termina sendo também uma oportunidade de trabalho com carteira assinada e de alocação de recursos para a cidade. Portanto, é uma realidade ambígua, que merece ser melhor analisada. No próximo tópico serão abordadas algumas dimensões da precarização do

trabalho na unidade produtiva e considerações sobre a natureza do desenvolvimento gerado por esta no município.

4.3 As faces da precarização do trabalho na indústria

“Tinha gente que chorava lá e passava mal de tanta humilhação” (Pedro).

“Se você tiver a mente fraca você enlouquece ali dentro” (Dandara).

As expressões da precarização do trabalho na empresa pesquisada evidenciam o quadro de profundo aviltamento dos trabalhadores. As consequências do trabalho precário atingem desde a integridade física e mental dos funcionários às formas de organização e resistência, diluídas pelas estratégias gerenciais que se ancoram amplamente na ameaça de demissão. O cotidiano de trabalho marcado pelo clima de hostilidade e insegurança, por condições laborais insalubres e constantes humilhações ocasiona o sofrimento e insatisfação dos trabalhadores que desconhecem a dignidade do trabalho em suas funções.

As principais faces da precarização na indústria são o assédio moral, expresso em práticas constantes de humilhação, pressão, constrangimento e ameaça, geralmente perpetradas por chefes e gerência; ocorrência de doenças e acidentes do trabalho; intensificação e aumento das jornadas através de horas extras; baixíssimos salários e fragilização da organização sindical.

4.3.1 Assédio moral

Atos negativos, como pressões, humilhações, constrangimentos, formas de discriminação e situações vexatórias no ambiente de trabalho constituem expressões do assédio moral. Esse fenômeno é determinado pelo caráter contínuo e normalmente é praticado numa relação de hierarquia em que chefias agredem verbalmente e às vezes fisicamente trabalhadores subordinados aos seus comandos (BARRETO, 2000). As ações negativas vão

desde a falta de cortesia à pressões por produção, exigências de cumprimento de metas, xingamentos, isolamento do trabalhador e até violência física (BORSOI et al., 2009).

As agressões podem ocorrer de forma sutil ou aberta e muitas vezes associam-se às novas formas de gestão do trabalho assentadas em aspectos como o estabelecimento de metas, subcontratação, trabalho parcial e temporário, assinalando assim, a precarização do trabalho, que além de histórica é também peculiar das relações de labor na contemporaneidade. A banalização da violência moral e psicológica expressa o quadro de profunda degradação dos trabalhadores, que cada vez mais, são atingidos pela violação da dignidade e negação dos direitos. De acordo com Borsoi et al. (2010) apesar das práticas de humilhação, pressão e constrangimento e outras expressões da violência moral serem conduzidas por sujeitos investidos de poder e autoridade na empresa, essas práticas transcendem as relações interpessoais e estão vinculadas às políticas de gestão organizacional de indústrias calçadistas.

As formas de coerção no trabalho são típicas das relações de poder existentes na sociedade capitalista e conformam um mecanismo de dominação dos trabalhadores. Para Barreto (2012) as práticas coercitivas manifestas na constante depreciação do trabalhador “[...] passaram a fazer parte de um modo singular de administrar e organizar o trabalho”.

Nas entrevistas realizadas foram identificados relatos que denotam práticas de assédio moral por parte dos chefes de forma constante. A maioria dos abusos referem-se à pressão, constrangimento e humilhação e estão relacionados à exigência de produtividade e eficiência do trabalhador. Segundo alguns entrevistados, as formas de assédio moral atingem a todos os funcionários, desde os operadores, passando pelos auxiliares e chegando aos próprios chefes, que além de ser algozes, por vezes também são vítimas. Outra questão emblemática diz respeito a intensificação da exploração do trabalho que pode estar associado ao enxugamento dos postos de emprego, pois os chefes atribuem a um trabalhador uma demanda realizada por dois trabalhadores, conforme é destacado no relato de Pedro:

Já sofri muita pressão sim, muita, muita pressão e fui xingado, de chefe chegar assim e xingar. Já passei por muita coisa, não tem esse que diga que não passou, ele lhe humilhar, lhe xingar, ele ameaça, vai diz coisa a você e quer que você fique quieto, quer que você faça uma coisa que era pra dois fazer, aí dizia: “ah mais fulano fazia só”. Mas ele aumentava a esteira, a esteira ía mais rápida, eles ía aumentando a velocidade que é pra ela andar mais rápido. Todos! Não tem esse! Todas as pessoas já sofreu pressão, já foi desacatada, todas, todas, até a chefia mesmo toma e desconta nos funcionários [...]. Teve uma vez que eles aumentaram e soltaram o sapato, era três pessoa aí só ficou duas, tinha que puxar as tiras, revisar e armar, então era muito rápido, aí começou a juntar um bocado de sapato aí ele empurrou os sapato, “essa desgraça, vocês não vão fazer essa desgraça não” e jogou no chão.

Das 12 pessoas entrevistadas, apenas uma disse não ter sofrido nenhum tipo de abuso moral na indústria. Um ex-chefe de setor relatou que os chefes sofrem pressão e abuso da gerência, que é pressionada pela administração no Rio Grande do Sul e esse processo vai se reproduzindo, como uma espécie de “cadeia alimentar, vai passar de um pra outro”, até chegar na “ponta”, que corresponde aos menores níveis hierárquicos. Ernesto confirma essa reprodução de práticas de abuso como as pressões: “O gerente geral é pressionado pelo sul, o gerente geral pressiona o encarregado, o encarregado pressiona o chefe e o chefe pressiona nós”. Possivelmente, essa extensão do abuso moral e suas consequências são prolongadas para o convívio doméstico; foi identificado em algumas falas, a mudança de tratamento no ambiente familiar, marcado por expressiva agressividade, visto que os abusos sofridos no cotidiano laboral são “descontados” nos filhos e companheiros. De acordo com Dejours (1992, p.77): “A necessidade de descarregar a agressividade provoca a contaminação das relações fora da fábrica, e em particular, das relações familiares”.

Outro aspecto importante concernente à práticas de assédio moral, de forma prolongada, é a ocorrência - em escala muito menor se comparado às agressões de chefes -, de destratos e constrangimentos por parte de colegas de trabalho que ocupam o mesmo nível hierárquico, mas, normalmente, têm maior tempo de serviço, conforme a resposta de Patrícia quando indagada se já havia sofrido algum tipo de abuso moral: “Eu já, não vou mentir não, foi vários, humilhação, pressão, tem muito. Eu cheguei ao ponto de querer sair mesmo, era muito difícil, tanto pelo chefe, como pelos colegas que já tinha mais tempo, até hoje tem”. O abuso moral praticado por colegas de trabalho deve-se, entre outras razões, à interdependência das funções, as atividades realizadas no processo produtivo são organizadas de forma encadeada, ou seja, uma tarefa depende da realização de outra. Considerando-se os ritmos de trabalho diferenciados de cada funcionário e a pressão por produtividade, agressões verbais diante de atrasos, certamente, não são fatos extraordinários.

A prática de humilhações e pressão não ocorre apenas individualmente. Foi relatado que em reuniões gerais gritos, ameaças e constrangimentos eram frequentes, sobretudo, quando tratava-se de “cerões”⁷⁵.

Eles fazem reuniões ridículas pra dizer que você tem que fazer cerão, é obrigado. [...]. Eles falam “vocês devem querer sair daqui pra ser atriz na globo, pra ser modelo, cantora, ou então pra trabalhar no mercado da esquina,” querendo dizer, essa menina, que a gente vai fazer vida (Rose).

⁷⁵ Horas extras.

É notório nas falas dos entrevistados que as mulheres são alvos mais frequentes de assédio moral e tratamento pejorativo. As agressões perpetradas às mulheres ganham um ingrediente a mais, comparadas àquelas sofridas pelos homens, porque normalmente, apresentam conotações sexuais e pornográficas, deflagrando claramente um tipo de violência de gênero. Essa violência acontece de forma mais perversa com mulheres, entre outras condicionantes, porque historicamente vinculou-se a fragilidade e o consentimento como características intrínsecas do sexo feminino, justificadas inclusive, indecentemente, pelo determinismo biológico. Além disso, a ideia que concebe a mulher como objeto sexual, ainda é muito comum na contemporaneidade. Segundo Hirigoyen (2006 apud ÁVILA 2008) as mulheres não somente são as principais vítimas, e isso inclui maior intensidade e maior frequência dos abusos, como também são assediadas de forma diferente dos homens: as conotações machistas ou sexistas estão muitas vezes presentes.

Alguns entrevistados relataram que é comum os homens “se meterem” quando os chefes “desrespeitam” as mulheres, por que é difícil “ver e ficar calado”, esse posicionamento pode estar atrelado à um sentimento de solidariedade no trabalho ou à ideia de que os homens devem proteger as mulheres, sobretudo quando comovidos pelo sofrimento das colegas expresso no choro, na “cabeça baixa”.

Mas foram bastantes confusões, porque assim, quando é mulher, as vezes, a maioria das mulher não sabe se defender, sei lá, começa a chorar e ninguém guenta, então a gente acaba comprando briga também sabe? A gente não gosta de uns tipos de ameaça, não posso citar nome, mas diz pras mulheres que se não quiser trabalhar lá é pra ir rodar a bolsinha e fala outras coisa que eu não vou falar, que é complicado, mas a gente toma as dor. O que a gente já ouviu não foi pouca coisa não, que se a gente sair dali vai passar fome, vai varrer rua, como se varrer rua fosse... não é? A gente compra mais briga por causa disso. E apontar dedo no meu rosto, como já aconteceu várias vezes e foi numa época que eu tava numa dificuldade, eu tive que comer aquilo calado, a lágrima descia no olho [...]. Pra gente ser 100% quem comanda a gente também tem que ser. Você tem que ser exemplo pra dar exemplo e não ficar falando pornografia, como fala cada coisa horrível, mais pras meninas, pros homens é mais embaçado, é testa a testa. Os chefe falava de forma muito agressiva com as mulheres, mas hoje tá mais diferente, quem fala tá ouvindo, graças a Deus que as mulher tão tomando atitude, mas antigamente muitas chorava, chorava mesmo, nem contava aos marido com medo de falar alguma coisa e perder o emprego, porque dependia daquele emprego pra ajudar em casa (Antônio).

Nesse relato percebe-se que a reação das mulheres quando são assediadas têm mudado, questionado sobre isso Antônio afirmou que, principalmente as funcionárias mais novas na empresa, que são também as mais jovens, têm revidado as agressões, “as mais velhas se calam, eu não sei porque, pode ser por causa da idade, porque o outro trabalho é no

comércio, e no comércio a idade voga muito”. Esse processo é revelador da divisão etária do trabalho na contemporaneidade, que têm descartado trabalhadores e trabalhadoras com faixas etárias superiores, além de denotar as transformações sociais direcionadas à quebra de paradigmas como o machismo, que infelizmente, ainda não mudou a realidade das mulheres, marcada por muita opressão e uma violência inescrupulosa, mas demonstra novas tendências e novos posicionamentos, sobretudo, de mulheres das gerações mais recentes.

Algumas expressões do assédio moral estão vinculadas à dimensões da vida experienciadas apenas pelo sexo feminino como é o caso da gravidez. Identificou-se nas entrevistas que mulheres grávidas sempre são assediadas porque reclamam das condições insalubres do trabalho na indústria, como o calor excessivo e o cheiro dos produtos químicos; adoecem com maior frequência, faltam ao trabalho para realização de acompanhamento médico e apresentam menor produtividade. Alguns relatos informaram, inclusive, que grávidas já iniciaram processo de aborto espontâneo na indústria, “ela começou a sangrar, aí liberaram ela”. Questionados sobre as medidas tomadas pela empresa em casos como esse, os entrevistados responderam que nada é feito, que não existe acompanhamento, nem assistência por parte da fábrica e que a única ação é não descontar os dias em que são apresentados atestados médicos.

Observou-se que as ocorrências de abuso moral às mulheres, são praticadas não só por homens que ocupam cargos superiores, mas também por mulheres na condição de chefas, como é demonstrado na fala de Dandara:

[...] às vezes quando você adoecia eles dizia que era frescura, principalmente as mulheres quando engravidavam, muitos dizia que gravidez não é doença aí quando elas reclamavam que colocava perto dos fornos quentes, perto das estufa, perto de cola, de solvente, de limpador, imediatamente eles dizia que gravidez não é doença. Às vezes passava a manhã toda “intitando” mesmo a mulher grávida, pirraçando um bocado, até tirar pra outra função. Já vi muito isso, teve uma colega que reclamou que ela tava de junto do forno quente e que ela não tava suportando o calor, grávida de 5, 6 meses. A auxiliar não deu importância, ela tornou a reclamar, aí a chefe se aborreceu e disse que ela não tava a fim de trabalhar, pegou uma cadeira e colocou ela de frente pra porta e mandou ela tomar uma fresca já que ela tava sentindo calor, aí ela passou a manhã inteira e a tarde todinha sentada no meio mesmo, a gente passava ela falava “estou tomando fresca porque reclamei do calor do forno e me mandaram ficar aqui” e ela passou o dia todo lá sentada, como se fosse um castigo.

O assédio moral na empresa é revelador de um cotidiano de trabalho marcado pelo sofrimento psíquico e fragilização dos trabalhadores. A ocorrência de abuso moral em indústrias produtoras de calçados têm sido tema de diversos estudos⁷⁶ ao longo dos últimos

⁷⁶ Ver Prazeres; Navarro (2011); Silva et al. (2011); Borsoi et al. (2010), (2009); Navarro (2006).

anos que revelam o caráter danoso desse fenômeno na vida dos trabalhadores, que se reverbera de forma imediata na saúde mental e psicológica e à longo prazo na dimensão física, podendo desencadear doenças, acidentes de trabalho e até suicídio. As principais consequências do assédio na saúde referem-se aos transtornos psicológicos, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico, sociofobia, medo excessivo, mania de perseguição, baixa auto-estima e insônia.

As situações de assédio moral, normalmente, provocam a vulnerabilidade do trabalhador, que fica sujeito a maiores riscos de acidentes de trabalho e adoecimento, ou agravamento dos problemas já existentes. Quando acidentado ou debilitado, o trabalhador passa a sofrer assédio de forma mais explícita porque já não apresenta a produtividade exigida pela empresa e é visto como incapaz (BORSOI et al., 2009). O adoecimento decorrente de acidentes de trabalho ou não, expõe o trabalhador à maior ocorrência de assédio, à desvalorização, isolamento e à demissão. Pedro ao falar de sua esposa que também trabalhava na indústria destaca:

Ela começou a sentir dores nos braços, e quando você começa a sentir dor e você começa a reclamar aí você já não tem valor. Eles dizia que ela era uma ótima funcionária que queria que ela fosse auxiliar, [...] aí depois ela começou a adoecer, que ela trabalhava na máquina de virar palmilha que tinha que ser rápido pra virar, então ela começou a sentir dores, ela começou a dizer que não ia mais trabalhar na máquina, que ela tava sendo prejudicada, aí eles começaram a dizer que não, que ela tinha que trabalhar e parar de fazer corpo mole, aí não queria tirar mais ela daquele lugar, sempre que tirava levava um dia e no outro jogava no mesmo lugar da máquina, [...], aí com o tempo eles botaram pra fora. Você adoeceu você não tem valor, antes que você comece a ir pro INSS eles aproveita e joga você fora, na rua, joga logo.

A última parte da fala de Pedro é emblemática, lembra situações do trabalho escravo no Brasil, onde o escravo era subjulgado e tratado como coisa, como uma mercadoria ou uma ferramenta de trabalho, que ao não produzir mais o efeito esperado, era descartado ou vendido. O estarrecedor é esse tipo de fala dos trabalhadores ocorrerem em pleno século XXI, o que evidencia a própria perversidade da lógica moderna e precária de trabalho, expressa em práticas explícitas e implícitas de perseguição e controle.

As reações dos funcionários ao abuso moral variam entre o silêncio, “consentimento”, respostas agressivas e até mesmo pequenas agressões físicas como se pode perceber na fala de João: “uma vez o supervisor veio apertar minha mente, foi bem no dia que minha mulher perdeu o bebê, eu piquei o sapato nele, e disse que era pra ele ir fazer a desgraça dele”. De

acordo com os entrevistados alguns homens não “comem reggae”⁷⁷ dos chefes, mas essa não é uma postura da maioria dos trabalhadores. Em contrapartida, as mulheres, de maneira geral, revidam pouco às práticas de assédio moral na indústria.

A violência moral na empresa figura entre as práticas de uma gestão despótica⁷⁸, que através da coerção subordina os trabalhadores às exigências da indústria, direcionadas à maior exploração do trabalho e, por conseguinte ao crescimento dos lucros. A ocorrência de doenças e acidentes de trabalho, podem estar associadas e compor o quadro de resultantes dessa violência no trabalho.

4.3.2 Doenças e acidentes de trabalho

Os acidentes e doenças do trabalho são problemas que ocorrem em muitas indústrias e normalmente relacionam-se ao modo de organização produtiva e às condições laborais. Entende-se por doença ocupacional ou doença profissional as afecções adquiridas ou desencadeadas em função das condições de trabalho e relacionadas diretamente a estas. O acidente de trabalho é aquele que ocorre enquanto o trabalhador está no exercício de atividades profissionais a serviço da empresa ou no percurso entre sua casa e o trabalho e vice-versa (PIERUCCETTI, 2014).

As transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas, marcadas por novos modos de organização e gestão produtiva, incorporação de avanços tecnológicos e aprofundamento da precarização contribuíram para o aumento de doenças e acidentes de trabalho. (PRAZERES; NAVARRO, 2011). A intensificação e aumento das jornadas, o gerenciamento da produção baseado no cumprimento de metas, na alta produtividade e qualidade total conformam fatores que elevam a suscetibilidade de doenças e acidentes de trabalho.

O agravamento de ocorrências de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho demonstra o grau de insalubridade das condições laborais as quais contingentes de trabalhadores estão submetidos no capitalismo contemporâneo. Afecções e incidentes decorrentes do cotidiano profissional tornaram-se uma trivialidade no mundo do trabalho que

⁷⁷ Comer reggae é uma gíria que significa aceitar o que é imposto.

⁷⁸ Burawoy (1990).

pode atingir a qualquer trabalhador e que precisa ser combatido pelos sindicatos, sociedade organizada e poder público.

O sofrimento de funcionários adoecidos e/ou acidentados transcendem a dimensão física, em que são visíveis as marcas da exploração do trabalho, repercutindo em uma trajetória de sofrimento que vai do espaço laboral às instituições públicas como o INSS. O processo de reconhecimento da doença ocupacional e da responsabilização da empresa pelo acidente, bem como o acesso a direitos previdenciários consiste em uma verdadeira via crúcis para os trabalhadores que, além de resistir às consequências físicas e psíquicas do adoecimento ainda precisam lutar para garantir seus direitos. Em muitos casos, os trabalhadores terminam passando por um processo de desconfiança e constrangimento junto aos médicos do INSS para terem garantidos seus direitos.

O ramo produtor de calçados apresenta elevadas taxas de adoecimento e acidentes de trabalho, embora a subnotificação dos casos constitua um aspecto dessa realidade. Estudos⁷⁹ em diversos polos calçadistas no Brasil têm desvelado o contexto de sofrimento dos trabalhadores adoecidos e acidentados de indústrias desse setor. De acordo com Borsoi et al. (2010), em pesquisa nas fábricas calçadistas do Ceará, o número de acidentes e de casos de doenças relacionadas ao trabalho têm crescido, entre algumas razões pela falta de manutenção das máquinas, posturas inadequadas durante a jornada e presença de substâncias tóxicas no ambiente laboral.

Na empresa ora pesquisada as doenças e acidentes de trabalho fazem parte da realidade de muitos trabalhadores e também daqueles que não passaram por essas experiências, mas convivem com a vulnerabilidade e riscos e com a presença de colegas que sofreram com esses problemas. Dos doze entrevistados, nove já passaram por adoecimentos ou acidentes de trabalho na indústria.

As doenças ocasionadas pelas condições de trabalho na empresa pesquisada relacionam-se, geralmente, à problemas pulmonares e respiratórios em decorrência da utilização de produtos químicos como solventes, colas e halogenante; à Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), decorrentes dos movimentos repetitivos realizados pelos trabalhadores em determinadas funções e transtornos psicológicos como depressão e ansiedade, relacionados ao clima do ambiente de trabalho, marcado por um ritmo sobre-humano de produção e constantes expressões de assédio moral.

⁷⁹ Cf. Pieruccetti (2014); Prazeres; Navarro (2011); Borsoi et al. (2009).

Em resposta às perguntas sobre adoecimentos sofridos pelos entrevistados e/ou colegas e ex colegas de trabalho obtivemos relatos como esses:

Eu comecei a trabalhar logo na parte principal que começa tudo, que é cortar, então recebi muita poeira e acabei pegando infecção pulmonar, [...] a gente se suja todo, você sabe que o couro pra chegar naquela qualidade de couro pra fazer uma bota, um tamanco, um sapato, qualquer coisa, passa por muito processo químico né? É aquela química que prejudica a gente, não é o couro em si do boi, é aquele pó, que sai, que você fica com a mão toda melada de azul, de vermelho, então, aquele cheiro, aquele negoço, aquele pozinho que sai junto a gente respira. Quando a gente limpa a narina de noite a gente vê o nariz todo sujo daquela cor que a gente trabalhou naquele dia, o que desce pro pulmão é que embaça. [...] a maioria das pessoa lá tem problemas, uma doença chamada, acho que LER, braço, perna, pé, usando demais na máquina, é o que eu tô te dizendo, a maioria aconteceu por culpa de chefe, porque quando a pessoa começa a se incomodar com o movimento tinha que trocar e passar pra outra coisa, infelizmente 99% não troca (Antonio).

Eu tenho LER nos dois braços, hérnia de disco na lombar e na cervical, derrame no joelho direito e um problema no esquerdo, que eu nem sei o nome, é tão complicado. É dor no corpo todo (Patrícia).

Eu sinto uma dor no braço até hoje, não chega a ser uma LER, mas eu comecei a sentir depois que fui trabalhar lá. Conheço um bocado, muita gente com LER, com depressão, por causa das cobranças, o estresse do dia a dia, o excesso de trabalho, as pressão (Dandara).

Eu tinha uma colega que teve LER, serviço repetitivo muitos anos, aí começou a apresentar essas coisa e hoje ela não faz nada. Tem vários, tem muita gente com depressão. Outro dia desses um colega meu teve um problema causado por causa do cheiro, na pleura, tá até afastado (Ernesto).

[...] fiquei com alergia ao pó do couro, por sinal o médico falou pra eu sair do trabalho, era muita coceira no nariz, no ouvido, teve uma época que eu fiquei ruim, começou a inflamar meu nariz, a noite não dormia com falta de ar, e eu nunca tive isso, foi lá (Anita).

As respostas apontadas sobre as possíveis causas do adoecimento são muitas, mas relacionam-se, resumidamente, aos movimentos e esforços repetitivos; trabalho em pé durante alguns anos quando não havia cadeiras na indústria; descaso dos chefes que não trocavam os trabalhadores de função quando estes reclamavam de dores, cansaço e desconforto; inadequação dos equipamentos de proteção e segurança; pressão e humilhação; trabalho em ritmo intenso e acelerado e inexistência de acompanhamento e assistência médica na empresa.

A ocorrência frequente de calos nas mãos relatados pelos entrevistados demonstra o desgaste ocasionado pelo trabalho repetitivo e sem proteção, percebe-se que questões mínimas facilmente resolvíveis não figuravam entres os interesses da gestão da empresa.

[...] Na parte de virar palmilha era horrível o sintético era muito grosso feria muito os dedos da gente, fazia calo, sangrava, ficava os dedos tudo dolorido de não

aguentar lavar uma roupa, e tinha que usar as duas mãos, a gente tinha que pegar a fita crepe e enrolar os dedinho tudo, pra suportar a dor, e mesmo assim ainda doía (Dandara).

Muitos estudos, além da obviedade expressa na questão, comprovam que as doenças de trabalho podem se agravar com a constância da atividade que desencadeia a afecção. Os discursos dos entrevistados apontaram que doenças como LER-DORT poderiam ter sido prevenidas se os chefes trocassem os funcionários de atividade, e se houvesse uma forma de revezamento do trabalho, de modo que os funcionários não passassem anos realizando exatamente as mesmas funções. Para Dejours (1992, p. 96) as tarefas repetitivas são estratégicas para a produção, além de consistir em um modo de organização do trabalho, contribuem para submeter os trabalhadores às circunstâncias de produtividade através dos comportamentos condicionados pelo corpo, criando uma espécie de rotina.

O ritmo de trabalho na indústria é estabelecido pela velocidade da esteira, não existe respeito aos diferentes desempenhos, “tem que acompanhar o ritmo da esteira, queira ou não queira”. Os movimentos repetitivos somados à intensidade do trabalho ocasionam além de cansaço, doenças que comprometem a saúde do trabalhador, podendo inclusive, causar invalidez permanente.

Outra razão apontada pelos entrevistados como causa potencial dos adoecimentos refere-se a inexistência de serviços médicos ofertados pela empresa. Nem mesmo quando os funcionários já estão doentes há uma política de assistência e acompanhamento médico na indústria, que também não assume despesas do tratamento que inclui fisioterapia, exames, consultas médicas e remédios. Questionada sobre as medidas que a empresa adota quando o trabalhador adocece, Lélia respondeu: “Não faz nada, manda pra casa e quem quiser que se vire, não dá acompanhamento nenhum, não ajuda em nada”.

A inadequação dos equipamentos de proteção e segurança figura entre os motivos da ocorrência de doenças. Os entrevistados informaram que existem acessórios de segurança no trabalho como os equipamentos de proteção individual (EPI), que o uso é obrigatório e fiscalizado, entretanto, alguns como as luvas e máscaras não são apropriados.

Eles davam os equipamento, mas não era os correto. Porque tem cada um para um tipo de trabalho que você faz por etapa. É assim... você tem que usar um tipo de equipamento pra cada coisa diferente, [...], como por exemplo, tinha o solvente, [...] você tinha que lavar com solvente a sola, eles davam umas máscaras daquela de tinta, que você lixa parede, que tem aquela de pano, aí depois que você passava, tinha que passar pelo halogenante, que é um produto muito forte, muito forte mesmo, [...] que teve uma vez que eu cuspi até sangue, aí eu disse a ele que eu não trabalhava mais com esse produto, eu chamei o chefe de produção e disse: de hoje

em diante, eu não trabalho mais com esse produto, eu tô cuspiendo sangue, e não trabalho. Ele é tão forte que se você botar numa espuma ele solta os pedaço, então, tinha que usar máscara de filtro, que ainda na embalagem vinha até dizendo que tinha que ser usado com a máscara de filtro, com filtro é aquela maiozinha que você bota que não passa nada, então naquela de pano ficava ali e acabava passando, não tinha jeito (Pedro).

[...] essa máscara não serve muito não, porque você continua sentindo o cheiro (Ernesto).

[...] as luva mesmo, que era oferecida é dessas comuns amarela de borracha que esquenta muito a mão [...] (Dandara).

Além das consequências imediatas ocasionadas pelo adoecimento, a trajetória dos trabalhadores da indústria acometidos por doença ocupacional, apresenta um conjunto de fatores que aprofundam o sofrimento vivido e assinalam a negação de direitos básicos, como o acesso à indenizações e benefícios previdenciários. As dificuldades em provar que a acepção é decorrente das condições laborais, ou seja, os obstáculos para o estabelecimento do nexu causal que comprove a relação entre doença e exercício do trabalho agravam o quadro clínico do trabalhador que desamparado, normalmente retorna à prática profissional que provocou o adoecimento. É um desamparo que acontece duplamente, no âmbito da empresa, e no âmbito da seguridade social. A fala de Patrícia é ilustrativa desse processo:

[...] tive que me afastar e procurar o INSS, só que o INSS é assim, você faz a perícia eles nega, você vai, vem, volta pro trabalho, aí fica pior, você fica nessa, se encosta, depois o INSS dá alta, você volta de novo. [...] Tem duas colegas do mesmo tempo que eu, que também tão encostada e vive desse mesmo jeito que eu, subindo e descendo, faz perícia, nega, aí volta pro trabalho de novo. Essas são duas próximas, mas tem muitas pessoas que adoeceram, que saíram, que ainda estão lá, outras que tá encostada. É muita gente! Não é pouca não, muita mesmo.

Em pesquisa sobre acidentes e doenças ocupacionais dos trabalhadores do calçado em Franca-SP, Pieruccetti (2014, p. 20) comprovou que na maioria dos casos, os peritos do INSS, não seguiam os preceitos do Ministério da Previdência Social, o que acarretava em erros cometidos no estabelecimento do nexu causal, descaracterizando assim, a relação entre doença e condições de trabalho.

É perceptível nas entrevistas que as mulheres adoecem mais que os homens e que provavelmente as mulheres ficam em atividades que requerem habilidades manuais como virar palmilha e costurar e os homens são alocados em setores que exigem maior força e esforço⁸⁰. Prazeres e Navarro (2011) afirmam que a predominância do sexo feminino em

⁸⁰ Para a comprovação desse aspecto seria necessário uma pesquisa mais apurada que envolva a maioria dos funcionários da indústria ou o acesso à informações do setor de recursos humanos da empresa.

setores como o pesponto, em que as tarefas realizadas requisitam destreza é justificada por alguns autores pelo fato de as mulheres possuírem habilidades específicas e paciência, possivelmente derivadas de experiências no universo doméstico com tarefas que exigem acuidade visual e agilidade com as mãos. Desse modo, observa-se uma divisão sexual do trabalho⁸¹ em indústrias calçadistas, que reproduz uma lógica perpetrada no ambiente doméstico, essa característica fornece possíveis razões para o fato de que doenças relacionadas aos movimentos repetitivos atingem mais as mulheres. Conforme relato de Antônio:

[...] é difícil você encontrar um homem e dizer assim deu LER, entendeu? É difícil. Pode adoecer assim, por causa da cola, do cheiro da cola, que já adoeceu, por causa do halogenante, por causa do solvente, mas o que dá mais é nas mulheres [...].

Além do predomínio de doenças osteomusculares, percebe-se que os frequentes desmaios quase sempre ocorrem com mulheres.

Eu mesmo já peguei no meu setor, no meu procedimento, já vi mulheres desmaiando que eu fui e segurei, já peguei, já levei no escritório (Ernesto).

Já, já! Vários, muitos desmaio mesmo. E é pesado! A pessoa mesmo, quando desmaia, mesmo sendo magrinha, fica toda mole, é horrível pra pegar, a maioria mulher, homem, um ou outro, mas a maioria mulher por se calar, hoje como eu já te disse mudou um pouco (Antônio).

Como se pode notar as mulheres são mais suscetíveis ao adoecimento, entretanto, as razões que explicam essa questão não restringem-se às diferenças biológicas entre os sexos, mas, fundamentalmente, pelas formas de representação societal, arranjos sociais e pelas circunstâncias históricas que estabelecem o lugar e papéis de homens e mulheres (PRAZERES, NAVARRO, 2011). De acordo com Hirata⁸², no processo de reestruturação produtiva, os postos de trabalho caracterizados por tarefas repetitivas são os mais disponíveis para as mulheres.

Os acidentes de trabalho expressam outra dimensão da precarização do trabalho na indústria. Problemas relacionados ao modo organizativo da produção, pautada na produtividade, como o ritmo intenso e acelerado do trabalho que acompanha a velocidade da esteira, impedem que as tarefas sejam realizadas com segurança, visto que o tempo estipulado não possibilita a execução das atividades de modo calculado e preciso. A despeito dessa

⁸¹ Ver Silva (2008).

⁸² Apud Prazeres; Navarro (2011).

constatação, as causas de acidentes, são, normalmente, atribuídas a falta de atenção, descuido, incapacidade e distração dos trabalhadores.

De acordo com Renner e Guimarães (2008), acidentes de trabalho e erros são consequências do projeto do sistema sociotécnico da produção e de fatores organizacionais e não simplesmente erros humanos e/ou falhas nos equipamentos. Somados a esses fatores acrescenta-se às condições das máquinas utilizadas no processo produtivo e os problemas referentes à equipamentos de proteção e segurança no trabalho.

Para Dejourns (1992) o acidente de trabalho se inscreve em uma cadeia de eventos que tem como ponto de partida uma perturbação no sistema produtivo em que se encontram o trabalhador e sua tarefa. Nas entrevistas surgiram diversos relatos sobre ocorrências de acidentes de trabalho no interior da indústria:

[...] teve com um menino que foi pegar o sapato, tocou no forno, tava chovendo nesse dia e tinha uma pingueira do lado, aí quando ele tocou no forno ele tomou um choque muito forte e caiu (Eduardo).

[...] teve um cara que a navalha caiu em cima da mão, porque tem um point que é um balancinho grande, que a gente aperta pra ele cortar vários maço de couro de vez e ele vai no canto e volta, quando ele volta o cara tem que apertar pra ele segurar, e o cara apertou e deixou o dedo, os dois, aí perdeu dois dedos, esse cara tem pouco tempo que saiu, mas ele ficou encostado muito tempo (Ernesto).

Teve um que chegou a arrancar o dedo, decepou, [...] ele não fecha mais a mão, cortou esse todo [mostra o dedo indicador] e uma parte desse [mostra o dedo mediano]. Já teve gente que imprensou a mão na máquina. Que a agulha entrou em um lado saiu em outro. Que a agulha voou no rosto e furou o rosto, hoje a parte da máquina já tem a proteção pras agulhas não voarem. Teve outro que imprensou a cabeça na máquina, sem querer ele apertou o botão e ele não tava treinado pra essa máquina, ele apertou o botão pra segurar, mas foi o botão de empurrar aí imprensou o rosto dele, só que a máquina tem um limite de ir, aí sangrou bastante o ouvido, ele desmaiou, cortou a orelha, cortou uma parte do maxilar, se essa máquina vai até o canto não tinha chance pra ele, acho que é a maior máquina que tem lá, é muito forte, [...] (Antônio).

Já tive, minha mão eu imprensei na máquina e ficou porque as máquina lá tem um tempo de voltar, enquanto não voltou minha mão ficou lá imprensada, aí o pessoal me levou no hospital aí eu tive atendimento, fiquei 15 dias de atestado em casa. [...], já vi máquina sugando o cabelo, já vi gente tomando choque elétrico, outro acidente a menina tava com o avental aberto aí ela se aproximou da máquina e a máquina puxou e puxou ela toda, se não fosse a rapidez do pessoal lá ía cortar o braço dela fora (Maria).

[...] eu tinha uma colega que nem trabalha mais, ela sofreu um acidente num dia de trovoadas, porque tava a trovoadas muito forte, relâmpago forte, e a esteira toda hora parava, desligava por ela mesma, não que os chefes parasse, mas devido a trovoadas muito forte. De hora em hora a energia caía e parava a esteira, desligava por ela mesma e nesse instante ela foi pegar a bandeja por cima da esteira, que na época tinha bandeja ainda, hoje em dia não tem mais, aí foi uma mudança muito boa, ela foi pegar o material do outro lado da esteira, aí a blusa dela, aquela blusa de manga aqui assim [faz um gesto apontando o ante-braço] pegou na lixa e enrolou e puxou o

braço dela, aí a sorte foi que o chefe pulou a esteira com tudo e desligou rápido, ainda rancou um pedaço disso aqui dela [aponta o braço], ficou carne na máquina, foi horrível, ficou um buraco no braço dela (Patrícia).

No primeiro relato observa-se problemas na estrutura física da indústria, entre outros fatores, uma “pingueira” contribuiu para ocasionar choque e desmaio em um trabalhador, mas poderia ter gerado acidentes e danos de maior amplitude. Em um ambiente com muitas máquinas e fiações elétricas, a infiltração de água oferece elevados riscos de acidentes para os trabalhadores e também pode danificar o maquinário.

Questionados sobre as possíveis causas dos acidentes na indústria os entrevistados deram respostas diversas que variam entre a desatenção e descuido do funcionário, inexistência de proteção nas máquinas, ausência e debilidade no treinamento de operadores em novas funções, existência de riscos gerais em todo trabalho industrial e falta de supervisão no período de adaptação nas máquinas. Segundo Antônio:

Por incrível que pareça esse mais grave que teve que o menino decepou a mão, ele foi criticado, a culpa não foi dele, foi a mesma máquina que apertou a cabeça do rapaz, [...]. Ela não tinha proteção e ele não era adaptado. Os dois acidentes foi na mesma máquina, Deus me livre eu não gosto daquela máquina [...]. Então assim... Nem um dos dois tava adaptado pra máquina, nem um dos dois! E ninguém ensinou, tipo assim, quando você vai numa máquina diferente alguém tem que tá o tempo todo ali lhe orientando já que sabe que ela é perigosa, nem um dos dois teve essa orientação, por isso que aconteceu o acidente.

Parece existir uma negligência generalizada por parte dos cargos superiores como chefes de setor, chefes de produção e gerência, uma vez que questões básicas de segurança como o treinamento e supervisão não são relevantes na organização produtiva. As dimensões do trabalho que envolvem saúde, segurança e proteção são relegadas diante da preocupação exacerbada com a produtividade e cumprimento de metas.

Os entrevistados informaram que não existe uma política de assistência para os funcionários acidentados e que o máximo que a empresa faz é levar para o hospital municipal da cidade. A perspectiva dos chefes imediatos, chefes de produção e da gerência era sempre direcionada à culpabilização da vítima do acidente, como afirmaram alguns trabalhadores:

Ah o culpado era sempre a pessoa que não prestou atenção, se prestasse atenção não tinha acontecido, o chefe mesmo falava (Lélia).

Poderia acontecer com qualquer pessoa, mas dependendo, falava da distração e que o culpado era o trabalhador (Anita).

[...] E todos dois levou a culpa, esse aí coitado além de não receber nem atestado, parece que só recebeu de um dia (o que imprensa a cabeça), o outro ficou sem

receber até encostar no INSS, mas ele me disse que o gerente geral foi lá e disse que a culpa foi dele, que ele fez de propósito pra não trabalhar. Quem é maluco de querer rancar o dedo, pra se encostar? (Antonio).

Além das consequências do acidente, os operadores ainda convivem com a culpa, o descaso da empresa que não oferece sequer acompanhamento médico e com o abuso moral praticado por chefes que inclui acusações absurdas como se pode notar no relato acima. Alguns entrevistados que sofreram acidente de trabalho corroboram a ideia de que o acidente aconteceu por descuido, falta de atenção e “vacilo”.

Porque eu fui ajudar a colega, aí eu tirei minha atenção da máquina e aí eu esqueci que minha mão tava embaixo e apertei o botão, aí a máquina acionou e imprensou, foi uma falta de cuidado mesmo (Maria).

[...] a agulha da máquina tava folgada aí eu vacilei e pisei embaixo (Dandara).

Nesses casos outras explicações para a ocorrência do acidente não foram consideradas pelas entrevistadas. A perspectiva da auto-culpabilização não inclui nenhum outro fator somado ao erro humano, o acidente justifica-se unicamente pela falta de atenção, mesmo que reconheçam em seus discursos que pode acontecer com qualquer pessoa e que o trabalho na indústria oferece riscos à vida e à saúde dos funcionários. A ideia de que sempre existe uma falha humana que cause o incidente leva os operadores acidentados à internalizar a culpa como única causa e explicação correta do imprevisto.

Além da percepção de alguns entrevistados sobre causas dos acidentes, observou-se a existência de uma categorização de acidentes “pequenos”, “bestas” e acidentes “grandes”, “sérios”. Segundo os funcionários e ex-funcionários, os acidentes “sérios” são aqueles que envolvem máquinas perigosas, como o balancim de corte e a prensa, e que geram lesões físicas como amputação, cortes profundos, comprometimento dos movimentos das mãos e braços e feridas visíveis, estes acidentes mais “graves” são mais difíceis de ocorrer e acontecem com determinada frequência, em alguns casos realiza-se a emissão do Comunicado de Acidente do Trabalho (CAT). Já os acidentes “bestas”, ocorrem com muita frequência e são resolvidos “ali mesmo”, não causam maiores transtornos para as vítimas e mesmo quando os chefes e a gerência têm conhecimento não emitem o CAT. Quando inquiridos se já havia sofrido algum acidente essas foram algumas das respostas:

Rapaz, um besta, negoço de apertar um dedo coisa assim que resolvia lá mesmo [...] (Ernesto).

[...] a agulha quebrou dentro do meu dedo, não foi grave, não precisou dar ponto, eu mesmo puxei com a tesoura (Dandara).

Mas teve outros acidentes não graves, assim... Cortou mão, cortou o dedo, nada que não seja pra passar uma semana, duas afastado (Antônio).

Percebe-se que os operadores convivem no cotidiano de trabalho com os “pequenos” acidentes, entretanto, estes, são concebidos como um aspecto integrante do processo de trabalho e de certa forma “comum”, o que evidencia um processo de “naturalização” dos acidentes de trabalho. Quando perguntado se o trabalho na indústria é perigoso, todas as respostas foram afirmativas e complementadas com argumentos de que “todo trabalho é perigoso” e de que a estrutura física dos galpões com poucas portas e muitas esteiras e máquinas limitam a saída dos funcionários em caso de emergência. Alguns apontaram a possibilidade de incêndio diante da grande quantidade de fiação e materiais elétricos, o calor exacerbado, os produtos químicos e as máquinas perigosas foram outros elementos associados ao perigo do trabalho.

As respostas sobre a existência de programas de segurança e prevenção de acidentes demonstraram que os entrevistados não possuem muita clareza sobre medidas e ações para prevenir acidentes e as formas de agir diante da ocorrência destes. A realização da “semana da CIPA” e a referência à um técnico de segurança foram as respostas mais frequentes. Quando questionados sobre a CIPA muitos não souberam responder, os relatos eram de que anualmente acontecia uma semana com palestras, simulações de acidentes e reuniões.

Tinha uns programa lá, mas não era essas coisa não, a gente já comentava, mas não tinha não. Tinha técnico de segurança (Lélia).

Tinha um técnico de segurança pra prevenção de acidentes, tinha reunião uma vez ou outra sobre isso (Anita).

[...] começou a vim as equipes de lá do sul pra mostrar o que tava errado e ensinar a prevenir acidente, aí teve a CIPA, aí orientava as mulheres não ficar de cabelo solto, não podia ficar de chinelinho nem de salto tinha que ser sapato fechado e baixo, por conta dos preguinhos que cai e voa, começou a botar as luvas (Dandara).

Tinha a semana da CIPA, pra simular acidente, incêndio, preparar a gente se acontecesse alguma coisa, aí vinha palestrante, professor, fazia dinâmica com a gente [...] (Patrícia).

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho e deve ser composta por representantes do empregador e dos trabalhadores. Algumas das atribuições da CIPA são

divulgar aos trabalhadores informações relativas à segurança e saúde no trabalho; divulgar e promover o cumprimento das normas regulamentadoras e realizar a semana interna de prevenção à acidentes do trabalho – SIPAT.

A maioria dos entrevistados desconheciam os objetivos e regras para o estabelecimento da CIPA. Apenas um funcionário forneceu informações mais precisas e disse que já participou como membro, mas não sabe informar se ainda existe a comissão na empresa, seu palpite é de que se existir não realizam mais nenhuma ação sobre prevenção de acidentes.

4.3.3 Intensificação e aumento da jornada de trabalho: Os cerões

Um das principais características do ramo industrial produtor de calçados é a utilização intensiva em mão de obra, diante da dificuldade em automatizar todo o processo produtivo, que ainda conta com etapas relativamente artesanais e que requisita tarefas manuais. A partir da reestruturação produtiva e a necessidade inexorável de redução de custos, entre outras razões para competir com calçados internacionais, as estratégias utilizadas pelas empresas calçadistas acompanharam o novo paradigma de organização e gestão produtiva, assentado na nova lógica da retração dos postos de trabalho, aumento e intensificação das jornadas, se por um lado contingentes de trabalhadores vivem os efeitos do desemprego, por outro os que mantêm-se nos trabalhos precarizados suportam o gradativo aumento da exploração de sua força de trabalho e os problemas de saúde decorrentes da intensificação do trabalho.

O estabelecimento de horas-extras consiste em um dos recursos mais utilizados por indústrias que não querem criar novos postos de trabalho para atender as demandas produtivas. De acordo com Calvete (2004 apud CORRÊA, 2005) o pressuposto para utilização de horas extraordinárias que pautava-se na ocorrência de imprevistos ou para atender pedidos de última hora passou a ser prática sistemática e usual das empresas, ou seja, o que deveria ser exceção, tem se tornado a regra.

A jornada de trabalho na indústria pesquisada é de 44 horas semanais. Além do ritmo de trabalho extenuante, o aumento da jornada através das horas extras, expressa um aspecto emblemático da indústria que é conhecida na cidade pelos “famosos cerões” e pelo trabalho

em sábados e feriados. Os relatos dos entrevistados demonstram que as horas extras causavam muitos problemas entre chefes e operadores, eram de natureza obrigatória e motivo de muitas demissões arbitrárias como se pode observar:

Eu falava isso pra eles, eu quero estudar, quero fazer outros curso e aqui não oferece isso pra gente, aqui a gente faz cerão, trabalha até 10 da noite, chega em casa, toma café, dorme, 5:30 tem que acordar de novo pra vim, chegar 6:30 pra 7 já tá trabalhando. Tinha vez que sábado a gente trabalhava. Trabalhava na sexta até 11, meia noite e no outro dia tinha que vim até meio dia. Então a gente tava vivendo pra empresa e a empresa não dava valor a gente, como funcionário não dava [...] (Pedro).

Normalmente era obrigatório. Era obrigado mesmo! [...], eu já fiquei até meia noite, 1 hora da manhã e voltei no outro dia pra trabalhar normal (Eduardo).

Não tinha horário de sair entendeu? E se a gente dissesse que não ía ficar eles obrigava, a gente tinha que fazer o cerão. [...] Chegou um tempo que ele queria forçar mesmo, eu dizia que não ía fazer cerão, aí por esse motivo teve lá o problema da demissão. [...] ele queria que eu fizesse cerão apulso, eu falei eu não faço, eu não posso que eu não tenho condição de fazer, “mas a senhora tem que fazer”, mas não é assim, quando eu fui contratada não tinha esse negócio de obrigar a gente a fazer, “ah mais aqui é assim quem não quer trabalhar a porta da rua é serventia da casa”. Eu disse mas não é assim que faz com o trabalhador, “ah mais aqui a lei é essa”, então pronto, eu não vou fazer cerão, se você quiser pode me demitir, mas eu não vou ficar aqui até 9 da noite (Lélia).

Muita gente deixou de estudar, de ir pra escola, de cuidar dos filhos pra ficar em cerão, mas eles não queria saber disso não, era obrigado mesmo (Anita).

[...], mas eu já sabia que era um trabalho corrido, puxado, o povo dizia “tem que ter coragem pra ficar na fábrica”, tinha pouca gente e muito trabalho, muitos pedidos, tinha semana que era todo dia cerão até 9, 10 da noite (Maria).

Aí era obrigatório também viu, muita gente já foi demitido porque não aceitou fazer hora extra (Dandara).

Quando questionados se havia acordo coletivo sobre as horas extras, os entrevistados informaram que não, os “cerões” eram obrigatórios e faziam parte do trabalho na empresa. As horas extras ocorriam de maneira continuada e as vezes se prolongavam até seis meses, “todo dia tinha cerão, por muito tempo foi assim”.

A legalidade dessa prática é questionável, de acordo com Garcia (2010) a CLT autoriza o limite diário de duas horas extras havendo possibilidade de prorrogação excepcionalmente por motivos extraordinários. Os dois casos devem estar prescritos em acordo coletivo ou individual. Percebe-se que ou a legislação é sumariamente infringida ou a empresa utiliza-se de meios não explícitos aos trabalhadores para respaldar juridicamente suas práticas. Segundo relatos de Antonio e Dandara:

[...] é tanta enrolação que a gente não sabe mais o que tem de direito ali dentro, é tanta coisa que a gente assina, que as vezes você tá ali na esteira, tudo rápido e você não tem tempo de ler tanta coisa e nem todo mundo tem uma leitura perfeita, como tem gente ali que é analfabeto, não tem leitura, usa ainda aquele negócio pra colocar o dedo. Mas a gente não tem tempo pra ler um papel daquele tamanho, a gente vai assina embaixo. Então tem muitas coisas que a gente não entende o motivo do porque, tem muita coisa de direito que a gente não sabe.

[...] a empresa era vista na cidade como trabalho escravo, os feriados a gente sempre trabalhava, eles dava um papel pra gente assinar e no cabeçalho tinha um texto dizendo que os funcionários estavam de pleno acordo em trabalhar no feriado, ou seja, eles tava se assegurando caso chegasse uma fiscalização, ou se fosse denunciada, aí eles podia se cobrir dizendo que a gente tava ciente, que a gente quis trabalhar no feriado. 90 % dos feriados eles não dá, até hoje é assim, carnaval não dá, São João eles faz uma troca por causa da festa, que eles sabe que os funcionário não vão trabalhar mesmo, aí eles faz uma troca de trabalhar a noite, trabalhar 2,3 sábados pra trocar com os dias do São João, fora isso, corpus christi trabalha, 12 de outubro trabalha, 15 de novembro, carnaval todinho, os feriados municipais todos, da festa da padroeira, do aniversário da cidade, 2 de novembro, os únicos que ele respeita é 1º de maio e sexta da paixão [...].

Poucos disseram conhecer sobre seus direitos e ter acesso à legislação trabalhista, porém, a maioria dos entrevistados afirmou que a lei respeitada é a “lei da empresa” e pra quem não estiver de acordo “a lei é a rua”. A imposição de horas extras justificava-se pela entrega de grandes encomendas que durante alguns anos responderam pelo “apogeu” da indústria, desse modo, intensificar e aumentar a jornada de trabalho consistia em um mecanismo muito mais viável do que realizar a contratação de novos funcionários.

Nas entrevistas termos como “cansaço”, “esgotamento”, “ritmo alucinante” e “exploração” apareceram com muita frequência associados aos “cerões”. A subordinação dos trabalhadores a essas condições aviltantes de trabalho se justificava pela necessidade da renda, para muitos entrevistados o trabalho na fábrica era a única alternativa de um emprego formal com garantias básicas.

A intensificação do trabalho ocorria de forma explicita, na indústria, técnicas toyotistas como a ideia do colaborador e organização horizontal nunca foram incorporadas, a gestão verticalizada com características autocráticas consistia em um modelo de administração patente e conhecida por toda a cidade. De acordo com os entrevistados era muito comum o aumento da velocidade da esteira que quase sempre acarretava em atrasos visto que muitos funcionários não conseguiam acompanhar o ritmo, dessa forma, os “cerões” serviam para compensar os problemas na produção atrelando o fim da hora extra diária ao alcance das metas que normalmente eram de 1200 pares por dia.

[...] eles gostava do meu trabalho, então só assim quando eu não fazia as coisa, que era pra ser dois ou três fazendo aquele trabalho que ele queria que eu fizesse, que eu não dava conta, ele: “ah mas tu tem que adiantar”, eu dizia: “não posso adiantar porque aqui era três e agora só tem um”, [...]. Sempre eles tirava, via que você era rápido e botava você, vou tirar fulano daqui, ele tá dando conta, tá descansando, então ele não tem que descansar. Você andava rápido pra dar tempo você ir tomar água, pra você descansar um pouco, se você andasse rápido se tivesse dois ele tirava e deixava um, entendeu? Se tivesse três a gente dava conta mesmo, o sapato descia, a gente bebia água, dava pra sair beber água, dava pra você fazer seu trabalho direito, normal, aí eles, “tá muito rápido”, tira ele, tira o outro só deixa um que dá conta (Pedro).

Como se pode perceber no relato acima, a “redução da porosidade” das atividades conforma estratégia de intensificação da jornada de trabalho que além de exaustiva em seu horário normal ainda é prolongada através de horas extras. Contudo Corrêa (2005) assinala que “[...] o caráter nocivo das horas extras inclui o fato de que neste período de tempo aumentam bastante os acidentes de trabalho e cai acentuadamente a produtividade das atividades desenvolvidas como consequências diretas do cansaço humano”.

Quando questionados sobre as negociações e pagamento das horas extras os entrevistados responderam que existia⁸³ um sistema de banco de horas na empresa, mas que não sabiam ao certo a quantidade que era revestida em salário e a que computava no banco de horas. De acordo com Lima et al. (2011) os trabalhadores trabalham em horas suplementares à jornada regular que nem sempre recebem como horas extras, e sim como banco de horas que no lugar da remuneração com acréscimo ao valor da hora normal, converte cada hora suplementar em uma hora de folga.

Segundo alguns entrevistados não houve acordo coletivo para o estabelecimento do banco de horas que abonava as horas utilizadas pelos funcionários quando estes a utilizavam exclusivamente para consultas médicas, exames clínicos e serviços de saúde em geral. “Você faz horas extras aí uma parte paga e a outra vai pro banco de horas pra quando você precisar sair pra ir no médico, coisas desse tipo, você não recebe em dinheiro” (Ernesto).

Os mecanismos de intensificação e aumento das jornadas de trabalho são amplamente regulamentados por legislações⁸⁴ que institucionalizam a precarização do trabalho e desregulam os direitos básicos e conquistas históricas da classe trabalhadora, possibilitando ao patronato brasileiro condições ideais para diminuição de custos e aumento da produtividade.

⁸³ Alguns funcionários atuais afirmaram desconhecer se o banco de horas ainda vigora como sistema de compensação de horas extras porque, segundo eles, atualmente tem sido muito raro o estabelecimento de horas extras em decorrência da “baixa” das encomendas.

⁸⁴ Ver BRASIL (1998).

4.3.4 Salários

A depreciação dos salários é uma das expressões da precarização do trabalho que atinge os diferentes trabalhadores dos diversos ramos empregadores do Brasil. Em algumas regiões como é o caso do Nordeste a precariedade salarial é mais acentuada, esse aspecto consistiu importante atrativo para o deslocamento de indústrias calçadistas de origem do Sul e Sudeste para a região. Embora a utilização de modalidades de trabalho como a terceirização esteja se expandindo amplamente e contribuindo para o rebaixamento dos salários em todo território nacional, percebe-se que as diferenças salariais entre regiões pioneiras na produção de calçados e o Nordeste são significativas, a média salarial nos estados nordestinos é cerca de 40% menor que a média em São Paulo e Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2012, p. 77).

O preço final dos calçados brasileiros é um importante fator de competitividade, sobretudo, com concorrentes asiáticos como China e Índia, deste modo os baixíssimos salários compõem uma característica do setor calçadista que na disputa por mercados consumidores lançam mão de diversas estratégias para diminuir os custos produtivos. Outro determinante das baixas remunerações relaciona-se ao aumento da informalidade no setor, o crescimento gradativo da subcontratação de serviços em bancas⁸⁵, ateliês e cooperativas tem possibilitado tanto a redução dos postos de trabalho quanto o rebaixamento dos salários formais.

O decaimento do salário na indústria pesquisada é evidenciado em relatos de trabalhadores atuais que avaliam o estatuto salarial no período em que entraram até os dias atuais:

Antigamente a fábrica era quem pagava melhor na cidade, a gente recebia mais do que o pessoal do comércio e da prefeitura. Muita gente saía do comércio pra ir trabalhar lá, hoje em dia tá totalmente o contrário, a gente recebe menos do que os funcionários do comércio e não recebe o salário inteiro, você vê por exemplo que um ajudante de pedreiro ganha R\$50 por dia, se ele trabalhar o mês inteiro ele ganha o dobro da gente (Antônio).

⁸⁵ O discurso do micro empreendedorismo tem incentivado muitos ex funcionários de indústrias de calçados a abrir bancas, oficinas e cooperativas destinadas a produção de algumas etapas do calçado e as vezes da produção completa, desse modo, a terceirização do processo produtivo tem se tornado prática comum de empresas calçadistas que podem recorrer a essas modalidades sem estabelecer vínculos empregatícios com os prestadores de serviços (NAVARRO, 2006).

O valor do salário na indústria é proporcional à quantidade de horas trabalhadas. Nos meses de março e abril de 2015 quando as entrevistas foram realizadas o preço da hora trabalhada era de R\$3,50, entretanto a partir de 1º de Janeiro de 2015 entrou em vigor o reajuste do salário mínimo⁸⁶ que estabeleceu o valor de R\$788,00 mensal, R\$26,27 diário e R\$3,58 o valor da hora, desse modo, comprova-se que os funcionários da empresa ainda não tinham recebido aumento do salário mínimo nacional.

Os funcionários entrevistados alegam que após os excessivos descontos o salário cai consideravelmente ficando em uma faixa muito inferior ao salário mínimo unificado⁸⁷. Quando questionados sobre medidas, reivindicações para esclarecimento sobre os descontos e pagamento devido do salário alguns funcionários responderam que não adianta reclamar, outros responderam que as explicações dadas pela administração “enrolam” os trabalhadores. De forma geral, a maioria dos entrevistados informou estar ciente das irregularidades salariais, mas não podem reivindicar sozinhos, sem o apoio de um grupo ou coletivo de trabalhadores:

[...] tem muita coisa que era pra gente receber e não recebe, os descontos do salário, vem muita coisa que desconta, que a gente sabe que tá errado mas eles manipulam. É muita coisa que alguém podia chegar junto, mas com medo, um só não pode ir, porque uma pessoa só não vai ganhar pra uma empresa que tem quase 20 advogados, o que é que uma pessoa dessa só vai fazer? (Ernesto).

Pra tu ganhar um salário mínimo completo, tem que fazer hora extra. Até hoje você não recebe o salário inteiro porque é por hora trabalhada, ou seja, depois dos desconto de INSS e tal vai pra menos de um salário, é tanta coisa que desconta, a gente procurava saber, muita gente procurava, mas eles dava tanta explicação que acabava dando no mesmo, a gente acabava sem entender nada, sabia que tava errado mas a gente ía reivindicar pra quem? E se reivindicasse ainda corria o risco de perder o trabalho (Patrícia).

Segundo os entrevistados não há programas de assistência médico-hospitalar, odontológica, previdência privada, vale-transporte, vale alimentação e gratificações de qualquer natureza. A remuneração é composta pelo valor correspondente das horas trabalhadas e salário família para pais e mães com filhos de até 14 anos. Alguns entrevistados relataram a “desvalorização” do funcionário que não recebe nenhum adicional por tempo de serviço e por insalubridade.

⁸⁶ BRASIL (2014).

⁸⁷ As informações acerca dos salários foram prestadas pelos entrevistados não havendo outros meios de acesso à questões referentes à remuneração na empresa. Não se sabe, portanto, se do ponto de vista legal a legislação é realmente burlada ou se a empresa se respalda em algum dispositivo jurídico para pagar valores baixíssimos de salário líquido, em regra, os descontos legais são aqueles referentes à adiantamentos, dispositivos de lei e acordos coletivos. Entretanto, os relatos por si só são expressivos da precariedade salarial dos trabalhadores da indústria.

[...] nesse tempo todo que eu tô lá, não ganho um pouquinho mais por saber mais, por me arriscar mais em algumas máquinas, então eu acho que não é justo. Algumas pessoas trabalham com produto químico o tempo todo desde que eu entrei e não ganha mais, que é arriscado, pra sua saúde, pra sua pele, seu pulmão, [...] eu acho assim, cada um que trabalhasse numa coisa mais perigosa podia ganhar um pouquinho a mais, 10 centavos em cima de uma hora, outro que trabalhasse há mais anos ganhasse a mais também, ganhasse 20, isso aí motiva a gente. Mas se tu entrar hoje tu recebe o mesmo salário que eu que tenho 14 anos de serviço (Antônio).

Os problemas salariais atingem tanto operadores quanto funcionários que ocupam funções de nível mais elevado como auxiliar e chefe. Segundo um dos entrevistados que já exerceu função de chefe de setor na indústria mesmo depois que acontece a promoção de cargo o salário não aumenta, para que seja regularizada a remuneração de forma compatível com o cargo é necessário pressionar muito a gerência e, ainda assim, não há garantia de que o salário corresponderá ao valor real da função exercida.

Pra concerteiro eu reclamei, pra auxiliar eu reclamei, sempre reclamando pro salário vim certo, aí quando reclamava muito ele subia. [...] Eu perguntava porque eu tenho o nome de chefe, no meu crachá eu sou chefe, as folha eu tô assinando tudo como chefe e cadê o salário de chefe? [...], depois aumentou, mas não chegou ao salário de chefe, ele falou que só aumentava pra salário de chefe depois de quatro anos e tem gente lá que tá nessa situação até hoje tem quatro anos como chefe e o salário não aumentou (Eduardo).

Além das questões referentes ao valor do salário, os funcionários atuais informaram que recentemente, em 2014, houve atraso nos pagamentos, o que ocasionou uma paralisação de parte dos trabalhadores da empresa que reivindicavam o recebimento em dia dos salários. Nessa perspectiva percebe-se que os rebatimentos da precarização do trabalho evidenciada nos salários atingem não somente os trabalhadores informais, mas também aqueles com registro em carteira que por pressuposto detêm garantias mínimas enquanto empregados formais no mercado de trabalho conformando aspectos que relacionam-se as formas de organização sindical na contemporaneidade.

4.3.5 Organização Sindical

Os relatos dos entrevistados apontaram que a organização sindical⁸⁸ dos trabalhadores da indústria desde sua implantação foi marcada por fragilidades resultantes da pouca participação dos trabalhadores que eram frequentemente coagidos pela gerência sob ameaça de demissão daqueles que se filiassem ao sindicato. Foi possível observar que as dificuldades de organização coletiva relacionavam-se, sobretudo, ao medo generalizado de sofrer sanções e perder o emprego. Segundo uma das fundadoras do sindicato local dos trabalhadores da empresa o fato da indústria empregar famílias inteiras e representar uma das poucas opções, senão a única opção de emprego formal para muitos trabalhadores no município sempre restringiu qualquer atuação sindical.

A organização sindical do setor calçadista na Bahia encontra muitos limites em decorrência da pulverização espacial das indústrias. A instalação de fábricas em cidades pequenas sem tradição industrial e sindical é outro agravante uma vez que a inexperiência facultava práticas absurdas por parte das gestões da empresa. Os entrevistados informaram que as práticas de perseguição aos funcionários sindicalizados eram muito comuns e culminavam quase sempre em demissões.

[...] os funcionários tinha medo de se filiar por medo de perder o emprego. Logo quando surgiu, as primeiras pessoas que se filiaram foram demitidas, aí uma entrou na justiça, ela voltou pra fábrica e ainda ficou um bom tempo. Os funcionários praticamente não se filiou, inclusive eu não me filiei por causa disso e um dia o gerente fez a reunião e disse que era direito nosso, mas ele amedrontou, quem se filiou ele botou pra fora, eu lembro tinha as reuniões e o gerente botava gente pra ficar olhando quem tava, quem não tava, quem participava (Dandara).

[...] o culpado não era nem o sindicato, os trabalhadores também, porque eles ameaçava, ficava lá na porta ouvindo e anotando, ficava lá intimidando, ameaçando botar pra fora, então as pessoa ficava com medo, entendeu, eles intimidava as pessoa. Aí o povo falava ah tem que assinar isso do sindicato, aí falavam, não assine não. Sempre que tinha alguma coisa botavam dois ou três pra ficar vigiando e intimidando (Pedro).

Os relatos expressam que a coação exercida pela gestão para impedir a organização dos trabalhadores era explícita e ilimitada. Percebe-se que as vias de reivindicação e luta dos trabalhadores são amplamente desmanteladas pelas ameaças da gerência.

Os relatos acerca da atuação sindical apresentaram com frequência o termo “sindicato fraco”, poucas respostas associaram a organização como algo construído coletivamente. As

⁸⁸ Em entrevista a ex dirigente do sindicato dos trabalhadores da indústria afirmou que não possui documentos, registros, atas, imagens da época em que dirigia a organização. A atual dirigente foi procurada, mas não tivemos êxito.

alusões à organização sindical como uma instituição externa que não perpassa pelos sujeitos entrevistados são reveladoras da crise de identidade coletiva que permeia boa parte dos trabalhadores na contemporaneidade, entretanto um relato com afirmações positivas chamou atenção:

[...] era uma equipe boa, mas de repente, não dá pra entender como tirou aquela equipe inteira dali, aquela equipe que lutava pela gente, muitos tinham medo de chegar e ficar ali na porta pra ouvir o sindicato porque toda vez que o sindicato parava tinha uma câmera filmando a gente, então é complicado você ficar com gente filmando, tinha uns que baixava a cabeça, mas eles sabe quem é quem ali. A maioria corria, ficava gente filmando mesmo pra amedrontar mesmo, mas tem muitos direito que a gente conseguiu, mas depois que a equipe saiu o sindicato só vai pra sacar nosso dinheiro mesmo (Antônio).

Questionado sobre os direitos alcançados, o entrevistado citou a conquista das cadeiras para os funcionários trabalharem sentados e a redução das horas extras. Esse foi o único aspecto positivo mencionado nas entrevistas, outros dois relatos afirmam o processo de obtenção de cadeiras, entretanto, não relacionam essa conquista às ações do sindicato.

O sindicato dos trabalhadores da fábrica faz parte do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias e Empresas de Fabricação, Produção, Montagem e Acabamento de Calçados em Geral (SINTRACAL) dos municípios de Jequié, Ipiaú, Amélia Rodrigues, Alagoinhas, Camaçari, Conceição do Coité, Conceição de Feira, Cruz das Almas, Itaberaba, Rui Barbosa, Santo Antonio de Jesus, Salvador, Serrinha, Simões Filho, Santo Estevão, Terra Nova, Valente e Vitória da Conquista. Uma das dirigentes regionais informou que a relação com a gestão da empresa de Amargosa era a mais problemática de todos os municípios e que as negociações sequer eram feitas com a gerência, todas as reuniões eram realizadas com advogados da assessoria jurídica da indústria.

4.4 Desenvolvimento local

O desenvolvimento gerado pela indústria no município de Amargosa é um tema bastante questionável. A implantação da empresa justificou-se entre outros aspectos pela promessa de progresso para a localidade que ainda nos dias atuais possui uma estrutura econômica pouco diversificada e com debilidades ao que concerne a geração de empregos.

Na perspectiva econômica a empresa possibilitou a criação de muitos postos de trabalho formais, absorvendo camadas da população local com pouca escolaridade e baixa qualificação. Para muitos funcionários o trabalho na indústria representa a única oportunidade de um emprego com carteira assinada no município. Das doze pessoas entrevistadas, dez afirmaram que o primeiro emprego com registro em carteira foi na empresa.

Todos os entrevistados responderam com unanimidade que a fábrica levou benefícios para o município através da geração de emprego e renda que prover diretamente a subsistência de muitas famílias e movimentou o comércio local contribuindo para o crescimento deste setor que é um dos maiores empregadores da localidade. Conforme a fala de Elizabete:

A fábrica foi o ganha pão da nossa cidade, sabe? [...]. Paga certinho, paga o salário, imagine Amargosa, que Amargosa não tem estrutura de trabalho, se não tivesse essa fábrica o que seria? Eu agradeço a Deus muito essa fábrica em Amargosa.

O desenvolvimento gerado no município através da instalação da indústria restringe-se a esfera econômica e imediata. Não se observa avanços nas dimensões sociais como educação e saúde. A empresa só possui a estrutura produtiva na cidade, os demais setores de recursos humanos, desenvolvimento, inovação, administração, pesquisa, comércio e *marketing* que poderiam incentivar a criação de centros especializados para qualificação de mão de obra e assim contribuir na formação educacional dos trabalhadores permaneceram no Rio Grande do Sul. No que se refere à saúde, nenhuma ação da empresa visa a prevenção de doenças ocupacionais, nem tampouco oferece assistência e acompanhamento ao número significativo de funcionários doentes, ademais desconhecemos a existência de programas que incentivem práticas mais sustentáveis no processo produtivo e que reduzam os impactos ambientais decorrentes da poluição gerada pela indústria.

De acordo com Almeida (2013, p. 175): “as unidades produtivas instaladas na Bahia configuram-se como meros galpões isolados de produção de artigos de baixo valor agregado, capazes de promover apenas efeitos modestos sobre o crescimento/desenvolvimento local”. Outro fator que corrobora para dificultar benefícios de médio a longo prazo em municípios que alocam empresas calçadistas como Amargosa refere-se à inexistência de cadeias produtivas do ramo coureiro-calçadista que forneçam insumos e componentes, desse modo, não há estímulos, além dos subsídios fiscais para a permanência das indústrias nas cidades, que podem migrar facilmente para outros territórios mais atrativos.

Quando questionados sobre os aspectos positivos do trabalho na indústria para os funcionários os entrevistados responderam que o único benefício é a inclusão no mercado formal de trabalho, mas que esse aspecto positivo “não compensa” as condições degradantes de trabalho a que se submetem os funcionários da empresa, marcadas pelo ritmo extenuante, destratos e humilhações, ausência de segurança além dos baixos salários, conforme relato de Dandara: “a indústria não trouxe uma proposta de trabalho digno para o povo de Amargosa o que eles faz é um tipo de escravidão mesmo”.

Alguns entrevistados sinalizaram que existem comentários acerca de uma provável crise na empresa que pode ocasionar o fechamento da unidade produtiva em Amargosa assim como aconteceu anos atrás nos municípios gaúchos de Sapiranga e Santo Antonio da Patrulha.

Tem alguma coisa que não tá encaixando bem, fica todo mundo com dúvida e todo mundo com medo, eu não sei, cada um fala uma coisa, uns dizem que a empresa se fechar a gente perde, outros dizem que recebe, que tem direito, é como eu te disse de direito eu não entendo muita coisa (Antonio).

O cotidiano de trabalho dos funcionários da indústria é permeado por um clima de insegurança e medo, a gestão da empresa nem sequer compartilha com os funcionários informações sobre a situação da indústria, explicações de decisões arbitrárias como folgas coletivas e demissões. Nessa perspectiva, acredita-se que os resultados da inserção da fábrica no município são pouco satisfatórios e não abarcam a totalidade da noção de desenvolvimento.

As estratégias de desenvolvimento devem valorizar as potencialidades locais e incorporar outros fatores de produção tais como capital humano, ciência, tecnologia, informação e conhecimento que possibilitem o desenvolvimento sustentável e orientado, a distribuição de renda e de capital cultural e preservação do meio ambiente (ALMEIDA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo foi, em todos os aspectos, um grande desafio. O envolvimento com um tema que integrou parte da minha história familiar, impôs o exercício de controle do sentimento de indignação diante de tantos relatos reveladores de um cotidiano de trabalho degradante, no entanto, a realização das entrevistas foi um momento extremamente enriquecedor, não só pela experiência da pesquisa, mas, sobretudo, pela confrontação de elementos presentes nas trajetórias de vida e trabalho dos interlocutores de forma desmistificadora.

O desenvolvimento da pesquisa documental foi permeado de incontáveis problemas que vão desde à falta de vontade política de alguns funcionários das instituições públicas do município de Amargosa, passando pela desorganização dos arquivos públicos históricos até o clima de desconfiança nos diversos espaços em que foi solicitado informações sobre a indústria. A gerência da empresa, o que já era esperado, quando procurada, sequer possibilitou a entrada nas dependências físicas da indústria, e não emitiu resposta alguma sobre a solicitação de dados através de um questionário nas diversas vezes em que foi requisitada.

A empresa parece exercer um poder que transpõe seus limites espaciais. A possibilidade de fechamento ou falência da indústria desenvolve um medo generalizado na população amargosense que conta com o emprego de muitos trabalhadores no município. Foi possível perceber que as práticas absurdas perpetradas pela empresa são conhecidas pela sociedade local, entretanto, o alto número de casos de adoecimentos, assédio moral, acidentes de trabalho, e as demais expressões da precarização do trabalho na indústria não são alvos de debates e/ou denúncias que abranjam um coletivo de pessoas e o poder público, ao contrário, permanecem veladas pelo receio de demissão em massa de um contingente de trabalhadores.

A realidade do trabalho na empresa é similar e condicionada pelos mesmos fatores que intrínsecos à lógica de valorização do capital tem provocado a subordinação da classe trabalhadora às condições laborais cada vez mais aviltantes e brutais que disseminam consequências perversas a níveis micro e macro da realidade como a profunda exclusão social que tem marginalizado populações inteiras não só nos grandes centros urbanos, mas também em cidades interioranas e no campo.

A precarização é uma dimensão imanente da mercantilização do trabalho enquanto núcleo central do processo de acumulação capitalista. No Brasil, a precarização é histórica e

estrutural, entretanto a manutenção e aprofundamento do trabalho precarizado não é fruto de uma herança social, mas de um movimento que integra politicamente protagonistas do mercado e da administração pública e que hoje, entre outras coisas, é fruto da própria modernização do sistema econômico. A destruição de direitos sob o signo da precarização têm se intensificado inclusive em governos ditos de esquerda, esse processo se desenvolve diante de um contexto em que o Estado exerce papel de gestor dos negócios do capital (DRUCK, 2011) sob uma camuflagem de políticas inclusivas que excluem, como é o caso da geração de empregos que já surgem circunscritos na lógica da precarização e empregam jovens que tem a primeira experiência de trabalho enquanto estagiários e aprendizes, ou seja, destituídos de direitos básicos.

A precarização do trabalho resulta da coexistência de aspectos arcaicos e modernos de espoliação da força de trabalho humana, que garante a preeminência do capital através de mecanismos que destroem e degradam as relações trabalhistas e garantias da classe trabalhadora. Os espaços ocupacionais tem sido marcados pelo clima de hostilidade e vulnerabilidade de todas as dimensões, desde às condições físicas à ausência de estabilidade que expressa a insegurança diária dos trabalhadores que não sabem até quando permanecerão em seus postos de trabalho.

As indústrias de calçados se inscrevem nesse contexto, evidenciadas pela precarização abissal que deteriora as diversas dimensões da relação laboral, nos territórios em que se inserem. O processo de deslocamento do setor calçadista para o Nordeste acarreta a precarização nas regiões de origem e nas localidades hospedeiras das unidades produtivas. A migração das empresas contribui fundamentalmente para o aumento do desemprego, fragilização sindical e crescimento do trabalho informal nas regiões tradicionais, ao passo que cria novos postos de emprego marcados pela intensificação do trabalho, rebaixamento de salários, crescente número de doenças ocupacionais, acidentes de trabalho e perpetração da violência moral nos territórios que recebem essas indústrias (LIMA et al, 2011), onde a dependência da venda da força de trabalho possibilita práticas perversas de exploração dos trabalhadores.

As razões que facultam a implantação de indústrias de calçados em municípios economicamente atrasados como Amargosa, são as mesmas que possibilitam o fechamento destas e migração para outros territórios mais atrativos. A baixa complexidade produtiva aliada ao fato de prescindirem de aglomerados industriais para o estabelecimento das unidades faz com que a entrada e saída dessas indústrias ocorra com facilidade.

A política de atração da empresa calçadista na região de Amargosa foi justificada pela ideia de que a implantação da unidade industrial conduziria o município à um processo de desenvolvimento e progresso. Ao longo dos quinze anos desde que a fábrica iniciou suas atividades no município, percebe-se que os efeitos decorrentes desse processo são pontuais e instáveis. Pontuais porque só afetam a dimensão econômica não possibilitando efetivo desenvolvimento em outras esferas sociais, o impacto na economia restringe-se à geração de empregos com baixíssimos salários. Instáveis em decorrência da falta de garantia quanto a permanência da indústria no município que pode migrar para outras regiões em busca de menores custos produtivos.

O que pôde se verificar ao contrário de desenvolvimento diz respeito às consequências decorrentes da precarização do trabalho na indústria. Alguns aspectos, além dos que já foram apontados, são emblemáticos a título de conclusão desse estudo.

Na indústria não há uma gestão pautada na ideia de cooperação, difundida pelo toyotismo como forma de envolver os trabalhadores e aumentar a exploração, ao contrário, inexistente uma política de “camuflagem” da exploração – que envolve produtividade e ganhos, programas de qualidade de vida no trabalho e a ideia de colaborador da empresa – como aquela percebida em indústrias que incorporaram formas de gerenciamento do modelo japonês. O que é patente é a condução de um despotismo arbitrário (BURAWOY, 1990) enquanto regime de gestão que promove sanções, que vão desde à punições cotidianas como exposição dos trabalhadores a situações vexatórias à demissão sumária de quem não se adequar aos parâmetros da indústria. A empresa não utiliza estratégias consensuais e sutis, disseminadas na contemporaneidade como forma de controle dos trabalhadores através da captura da dimensão subjetiva (ALVES, 2010), nem justapõe consentimento e coação enquanto mecanismo de gestão da força de trabalho. A dependência dos salários que atinge não só os trabalhadores da empresa, como também o comércio e o governo local, faculta à indústria formas de gestão pautadas apenas na força coercitiva e violência simbólica expressa na aplicabilidade da “lei” da empresa, a “lei da rua”.

O medo desencadeado frente a possibilidade de fechamento da indústria foi observado inclusive nos relatos de ex-funcionários da empresa. Esse processo tem como pano de fundo uma tendência global de transferência das indústrias para territórios mais propícios à exploração do trabalho e rebaixamento dos custos. De acordo com Burawoy (1990, p. 28) esse movimento é global e franqueia a efetiva subordinação da classe trabalhadora às variações do capitalismo:

Os interesses do capital e do trabalho continuam sendo concretamente coordenados, mas onde o trabalho costumava receber concessões com base na expansão dos lucros, ele, agora, faz concessões com base na lucratividade relativa dos capitalistas entre si - isto é, dos custos de oportunidade do capital. O ponto de referência primordial não é mais o êxito da empresa de um ano para o próximo; ao contrário, é a taxa de lucro que pode ser obtida em outro lugar. Quando trabalham em companhias que estão perdendo lucros, os operários são forçados a optar entre cortar salários - até mesmo planos de aumento-zero tem sido propostos - ou perder o emprego. O novo despotismo não é a ressurreição do anterior; não é a tirania arbitrária do supervisor sobre operários individuais (embora isso também possa ocorrer). O novo despotismo é a tirania “racional” da mobilidade do capital sobre o trabalhador coletivo. A reprodução da força de trabalho é novamente vinculada ao processo de produção, mas em vez de se dar pela via individual, a ligação se produz no nível da empresa, região ou mesmo nação. O medo de ser despedido é substituído pelo medo da fuga dos capitais, do fechamento da fábrica, da transferência das operações e do desinvestimento na planta industrial.

Os relatos apontaram que o medo de demissão estão atrelados ao receio de que a indústria feche e esse sentimento parece ser generalizado na sociedade local que depende direta e indiretamente da fábrica.

Outra questão observada diz respeito ao fato de que a vida doméstica e a vida no trabalho, em muitos casos, se misturam em decorrência do pequeno espaço geográfico do município e da funcionalidade que funcionários investidos em determinados cargos de maior nível hierárquico atribuem a esse fator. Muitas vezes os chefes de setor são vizinhos de operadores, situação que franqueia a utilização de informações da vida privada como forma de abuso moral em práticas de constrangimento no âmbito do trabalho. Dessa forma a vida pessoal é levada para o espaço profissional e a fragilização do trabalhador é franqueada pela invasão de sua vida privada.

Os elementos encontrados em campo fazem parte de uma realidade mais ampla em que circunscreve o movimento do capital contra suas crises. No capitalismo contemporâneo coexistem a concorrência entre trabalhadores pelo emprego, a concorrência entre empresas por fatias maiores de mercado e a concorrência entre estados e municípios em uma espécie de “leilão de quem dá mais” para atrair e manter capitais no território, toda essa equação é enfática da lógica destrutiva do capital, que envolve os diferentes protagonistas da sociedade em um jogo kafkiano em que os perdedores são sempre os trabalhadores, os despossuídos e pauperizados.

Nesse contexto a necessidade de resistência é imperativa mesmo diante da existência de uma espécie de “consentimento passivo” (GRAMSCI, 2003), e expressiva despolitização da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2013) que não significa ausência de lutas e resistências, ao contrário, mesmo no bojo de fragmentação das organizações políticas de trabalhadores

existem formas de contestação e disputa nos diversos segmentos sociais que subvertem a imposição da injustiça e da desigualdade abissal de forma tão perversa.

A intenção desse estudo foi matizar as circunstâncias do trabalho precarizado na indústria e tornar público as consequências deste na vida dos trabalhadores e nas diversas dimensões da sociedade local. Não há trabalhos conhecidos sobre a precarização do trabalho na empresa pesquisada, esse estudo traz a baila uma denúncia sobre as condições de trabalho na empresa e visa contribuir no debate acerca da questão.

No decurso desse trabalho não houve o interesse em esboçar uma crítica propositiva que apontasse para possíveis soluções do quadro de degradação dos trabalhadores da empresa, não existem motivos para acreditarmos em alternativas reformadoras da realidade, enquanto o trabalho estiver subsumido ao capital, a precarização continuará sendo intrínseca da atividade humana sob o signo do capitalismo, como forma de controle e poder sobre a classe trabalhadora e meio de valorização e reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

ABDI. *Panorama setorial: cadeia coureira, calçadista e artefatos.* / Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. – Brasília: ABDI, 2008.

ABICALÇADOS. *Relatório de Comércio Exterior de Calçados - Exportação. Período: Janeiro a Dezembro de 2014 Evolução das exportações brasileiras de calçados e os principais países de destino.* Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br/site/inteligencia.php?cat=1>>. Acesso em: 30 Mar. 2015.

ALMEIDA, Telma Andrade. *A inserção da Bahia no movimento de realocização da indústria calçadista no Brasil.* Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. – Vitória da Conquista-BA n.13, p.155-180, 2013.

ALVARENGA, Darlan. Vulcabras começa a transferir para a Índia parte da produção de tênis. *Portal G1.* Junho de 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/06/vulcabras-comeca-transferir-para-india-parte-da-producao-de-tenis.html>>. Acesso em: 26 Abr. 2015.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.* – São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha,* 2010b (mimeo).

_____. Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil. A morfologia social do trabalho na década de 2000. In: *Oficina do Centro de Estudos Sociais.* Coimbra, 2012.

AMORIM, Henrique. *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo.* São Paulo: Annablume. FAPESP, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.* – São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: Druck, Graça; Franco, Tânia (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização,* São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.* – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.* 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O trabalho que estrutura o capital desestrutura a sociedade. *Instituto Humanitas Unisinos – Entrevistas*. 24 de Abril de 2015. Entrevista realizada por Ricardo Machado. Disponível em: <<http://esquerdasocialista.com.br/ricardo-antunes-o-trabalho-que-estrutura-o-capital-desestrutura-a-sociedade>>. Acesso em: 04 Mai. 2015.

AQUINO, Mirtes Cavalcante de. *Efeitos dos investimentos recentes no setor calçadista sobre agregados da economia baiana*. 2004. 145 f. Dissertação (mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. – 10 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ÁVILA, Rosemari Pedrotti. *As consequências do assédio moral no ambiente de trabalho*. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008.

BADARÓ, Marcelo. *Greves no Brasil: o despertar de um novo ciclo de lutas?* Correio da Cidadania, 23 de Maio de 2014. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9641:submanchete230514&catid=72:imagens-rolantes>. Acesso em: 28 Mar. 2015.

BARRETO, Maria Margarida Silveira. *Uma jornada de humilhações*. 2000. 266 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – PUC, São Paulo, 2000.

_____. Jornada de humilhações. *Jornal Extra Classe*. Entrevista realizada por Gilson Camargo. Out. 2012.

BOITO Jr., Armando. A crise do sindicalismo. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*, São Paulo: Boitempo, 2007.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira et al. Da excelência ao lixo: humilhação, assédio moral e sofrimento de trabalhadores em fábricas de calçados no Ceará. In: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2009, vol. 12, n.2, p. 173-187.

_____. Produtividade, pressão e humilhação no trabalho: os trabalhadores e as novas fábricas de calçados no Ceará. In: *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, Vol. 35. nº 122, Jul./Dez. 2010.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; RIGOTTO, Raquel Maria. “É dando que se recebe”: as políticas de benefícios de uma fábrica de calçados no Ceará. In: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2008, vol. 11, n. 1, pp. 41-50.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. A precariedade está hoje por toda a parte. In: Bourdieu. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal*. Tradução Lucy Magalhães. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de lei nº 4.330 de 2004*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=246979&filename=PL+4330/2004>. Acesso em: 09 Abr. 2015.

_____. Lei nº 9.601, de 21 de Janeiro de 1998. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 jan. 1998.

_____. Decreto nº 8.381 de 29 de Dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2014.

BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 29-50, jun. 1990.

CERQUEIRA, Daniela Franco. Incentivos fiscais e investimentos na indústria de transformação no Estado da Bahia (1994 à 2004): internacionalização produtiva e subdesenvolvimento. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã editorial, 1996.

CORRÊA, Abidack Raposo. O complexo coureiro-calçadista brasileiro. In: *BNDES Setorial*. Rio de Janeiro, n. 14, p. 65-92, set. 2001.

CORRÊA, Abidack Raposo et al. Deslocamento de empresas para os estados do Ceará e da Bahia: o caso da indústria calçadista. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 63-82, mar. 2002.

CORRÊA, Abidack Raposo; ROSA, Sergio Eduardo Silveira da. A indústria calçadista no Brasil. *Informe Setorial BNDES*, Rio de Janeiro, nº 1, Julho, 2006.

CORRÊA, Lauro Henrique Guimarães. *Produtividade e jornada de trabalho na indústria calçadista de Franca: Quem fica com os ganhos?* 2005. 217 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. – 5 ed – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DIEESE/CUT. *Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha*. In: <http://www.sinttel.org.br/downloads/dossie_terceirizacao_cut.pdf>. Acesso em 30 de Março de 2015.

DRUCK, Graça. *Terceirização: (Des)fordizando a fábrica – Um estudo do complexo petroquímico da Bahia*. 1995. 275 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1995.

_____. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

_____. Precarização social do trabalho. In: Ivo, Anete Brito Leal. *Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas*. – São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013.

DRUCK, Graça; THÉBAUD-MONY, Annie. *Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil*. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*, São Paulo: Boitempo, 2007.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. *Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI*. 2006. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2006.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do trabalho*. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FÁBRICA DE CALÇADOS FECHA UNIDADES NO RS. *Instituto Humanitas Unisinos*, 01 de Abril de 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/518936-fabrica-de-calçados-fecha-unidades-no-rs>>. Acesso em 20 de Abril de 2015.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. *Estado e direito do trabalho no Brasil: regulação do emprego entre 1988 e 2008*. 2012. 481 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FRANCO, Tânia. Karoshi: o trabalho entre a vida e a morte. In: *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 141-161, jul/dez. 2002.

FRANCO, Tânia; SILVA, Selma Cristina. Flexibilização do trabalho: vulnerabilidade da prevenção e fragilização sindical. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*, São Paulo: Boitempo, 2007.

GALEANO, Eduardo. *Nós dizemos não*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

GALVÃO, André. *Amargosa cidade jardim*. Disponível em: <<http://www1.ufrb.edu.br/cfp/amargosa-cidade-jardim>>. Acesso em: 03 Mai. 2015.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito do trabalho*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2010.

GODOY, Arilda Schimidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20 – 29. Mai – Jun. 1995.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. – São Paulo: USP, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, vol. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-199*. Tradução Marcos Santarrita. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Mundos do trabalho*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego Janeiro 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2015/pme_201503pubCompleta.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2015.

IEMI. *Release: Iemi lança relatório setorial da indústria de calçados no Brasil 2014*. Disponível em: <<http://www.iemi.com.br/press-release-iemi-lanca-relatorio-setorial-da-industria-de-calcados-no-brasil/>>. Acesso em 03 de Março de 2015

Indústria de calçados representa 42% dos novos postos de trabalho no Vale dos Sinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/541151-industria-de-calcados-representa-42-dos-novos-postos-de-trabalho-no-vale-do-sinos>>. Acesso em: 24 de Mar. 2015.

JANAY, Paula. Fabricante de calçados abre nova unidade no estado. *A Tarde*, Salvador, 15 de Março de 2015. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1666865-fabricante-de-calcados-abre-nova-unidade-no-estado>>. Acesso em: 21 Abr. 2015.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Braziliense, 2008.

LIMA, Jacob Carlos et al. Os novos territórios da produção e do trabalho: a indústria de calçados no Ceará. *Cadernos CRH*. Vol.24. nº62. Salvador, Maio/Agosto. 2011.

LINS, Robson Oliveira. *A região de Amargosa: transformações e dinâmica atual (recuperando uma contribuição de Milton Santos)*. 2007, 173 f. Dissertação (mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

LOAYZA, Ana Cecília Vasconcelos. *Fatores determinantes do deslocamento de setores intensivos em mão de obra para o Nordeste: o caso das grandes empresas calçadistas brasileiras a partir dos anos 1990*. 2011. 168 f. Dissertação (mestrado em Economia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2011.

LÚCIO, Clemente Ganz. Desses: “No Brasil é muito fácil contratar e demitir”. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/259286-2>>. Acesso em: 16 Mar. 2015.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, 2. Tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. – São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAGALHÃES, Henrique Júdice. *Dobram os sinos do fascismo*. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-28/2066-dobram-os-sinos-do-fascismo>>. Acesso em: 01 Mai. 2015.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução Maria Helena Barreiro. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *O capital: crítica da economia política*, livro I, vol. I; tradução de Reginaldo Sant’Anna. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. Boitempo, 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política*, livro I, vol. II; tradução de Reginaldo Sant’Anna. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

_____. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo, cap. VI inédito. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho* – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. *Maquinaria e trabalho vivo - Os Efeitos da Mecanização Sobre o Trabalhador*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/05/maquinaria.htm>>. Acesso em: 07 Fev. 2015.

MARQUES, Edicarla dos Santos. *Uma história social dos carnavais de Amargosa: Modos de Brincar e os “Cão”, 1940-1980*. 2010. 170 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

MÉSZAROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: Antunes, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. – São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *O desafio e fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A crise estrutural do capital*. Tradução Francisco Raul Cornejo, [et al.] 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NAVARRO, Vera Lucia. O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. In: *São Paulo em perspectiva*. Vol.17. nº 2. São Paulo, Abril/ Junho, 2003.

_____. *Trabalho e trabalhadores do calçado: A indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais a reestruturação produtiva*. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. *Reestruturação produtiva e precarização do trabalho na indústria de calçados no Brasil*. 2004? Disponível em: <https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso04/navarro_290204.pdf>. Acesso em: 07 Abr. 2015.

NERY, Adriana Alves et al. *Acidentes e doenças relacionadas ao trabalho em Jequié, Bahia, registrados no Instituto Nacional de Seguridade Social, 2008-2009*. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v21n2/v21n2a14.pdf>>. Acesso em 05 de Maio de 2015.

OIT. *Boletim Trabalho Decente. Dados municipais, município de Amargosa-BA*. 2013. Disponível em: < <http://www.ilo.org/brasil/centro-de-informa%C3%A7%C3%B5es/lang-pt/index.htm>> Acesso em 29 de Abril de 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: *Educação e sociedade*. Campinas, Vol. 25, n.89 p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: BRAGA, Ruy et al (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. – São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Ildo Rodrigues. *Indústria de calçados e implicações socioespaciais: a grande fábrica de calçados no município de Santo Estevão - BA*. 2012. 150 f. Dissertação (mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. *De “capital da pecuária” ao “sonho de pólo calçadista”: A constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA*. 2003. 133 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

PESSOTI Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. In: *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, nº162, p.36-49, jan./mar. 2009.

PICCININI, Valmíria Carolina. Mudanças na indústria calçadista brasileira: novas tecnologias e globalização do mercado. In: *Revista Eletrônica de Administração – UFRGS*. Porto Alegre, Vol. 1, nº 1, set- out, 1995.

PIERUC CETTI, Gustavo Mendonça. *Acidentes e doenças do trabalho: trajetória institucional para estabelecimento donexo causal e as repercussões na saúde e vida dos trabalhadores do calçado de Franca - SP*. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Medicina Social, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, 2014.

PINASSI, Maria Orlanda. *Da miséria ideológica à crise do capital; uma reconciliação histórica*.- São Paulo: Boitempo, 2009.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*. – 3. ed. – São Paulo: Expressão Popular 2013.

POCHMANN, Marcio. *Mercado de trabalho e ajuste fiscal*. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/257568-1>> Acesso em: 16 Mar. 2015.

RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, p. 381-403.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social: uma perspectiva internacional. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

REIS, Carlos Nelson dos. *A indústria brasileira de calçados: inserção internacional e dinâmica interna nos anos 80*. 1994. 270 f. Tese (doutorado em economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

RENNER, Jacinta Sidegum; GUIMARÃES, Lia Buarque de Macedo. . Acidentes de trabalho na perspectiva dos trabalhadores: um estudo de caso na indústria calçadista. In: XV Congresso Brasileiro de Ergonomia, 2008, Porto Seguro (BA). Anais do XV Congresso Brasileiro de Ergonomia, 2008.

Revista dos Municípios. Município de Amargosa. “A Rainha do Café”, 1926-1927, sem paginação.

RODRIGUES, Alean. Azaléia fecha dez unidades na região de Itapetinga. A Tarde, Salvador, 30 de Novembro de 2012. In: <<http://atarde.uol.com.br/economia/materias/1470426>>. Acesso em: 25 Abr. 2015.

RUAS, Roberto. *Efeitos da modernização sobre o processo de trabalho: condições objetivas de controle na indústria de calçados*. Porto Alegre, Secretaria de Coordenação e Planejamento/ FEE - Fundação de Economia e Estatística, 1985.

_____. Difusão de novos paradigmas da produção industrial: Convergências e especificidades em dois segmentos industriais. In: *Ensaio FEE*, v. 11, n. 1. Porto Alegre: FEE – Fundação de Economia e Estatística, 1990, p. 102-123.

_____. O processo de trabalho na indústria de calçados do Rio Grande do Sul: Observações preliminares. In: *Ensaio FEE*, v. 5, n. 1. Porto Alegre: FEE – Fundação de Economia e Estatística, 1984, p. 83-111.

SANTANA, Marco Aurélio; Ramalho, José Ricardo. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: Santana, M. A. e Ramalho, J.R. (Org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição*. Salvador: UFBA, 1998.

_____. *A Região de Amargosa*. Bahia: Comissão de Planejamento Econômico, 1963.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos. *O avesso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho*. São Paulo: Annablume, 2000.

SANTOS, Luis Rogério Cosme Silva. *Políticas públicas do governo do estado da Bahia para a atração de empresas e qualidade de vida da população trabalhadora do pólo calçadista da região sudoeste: o caso da Azaléia Nordeste no município de Itambé*. 2007. 133 f. Dissertação (mestrado) – Departamento de Ciências Humanas 5, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antonio de Jesus, 2008.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução Marcos Santarrita. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SINDIFRANCA. Relatório mensal Fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.sindifranca.org.br/downloads_arquivos.html>. Acesso em: 16 Abr. 2015.

SILVA, Leonardo Mello e. Trabalho e regresso: entre desregulação e re-regulação. In: BRAGA, Ruy et al (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA FILHO, Luís Abel da; SILVA, Fábio José Ferreira. Mercado de trabalho e rotatividade no setor industrial na Bahia: conjuntura e análise. In: *Anais IX Encontro de Economia Baiana – SET*. Salvador 2013.

SILVA, Zilmar Alverita da. *Divisão etária e sexual do trabalho: o sexo e a idade na dinâmica do capital flexível numa unidade produtiva de calçado de Ipirá-BA*. 2008. 250 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVESTRIN, Luisiane Evelise; TRICHES, Divanildo. A análise do setor calçadista brasileiro e os reflexos das importações chinesas no período de 1994 a 2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 145 – 170, junho 2008.

SOUZA, Dayane Lima Rabelo de. *Arranjo Produtivo de Calçados do Cariri*, Ceará. 2003. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SPÍNOLA, Vera. Indústria de calçados: características, evolução recente e perspectivas para o segmento baiano. *Revista Desenharia*, nº 8 / mar. 2008.

UNE, Maurício Yoshinori; PROCHNIK, Victor. A migração da cadeia produtiva de calçados para a região nordeste do Brasil. Disponível em: <http://www.academia.edu/2340358/A_migra%C3%A7%C3%A3o_da_cadeia_produtiva_de_cal%C3%A7ados_para_a_regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil>. Acesso em: 20 Abr. 2015.

_____. Desafios para a Nova Cadeia de Calçados Nordestinos. In: HAGUENAUER, L., PROCHNIK, V., (orgs.) *Identificação de Cadeias Produtivas e Oportunidades de Investimento no Nordeste do Brasil*, Banco do Nordeste, Fortaleza, 2000.

VIANA, Fernando Luiz Emerenciano. *A indústria de calçados no Nordeste: características, desafios e oportunidades* – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para funcionários atuais

SEXO: () Feminino () Masculino

IDADE: _____

COR/ETNIA: _____

ESCOLARIDADE:

() Nunca frequentou escola

() 1º Grau Incompleto; () 1º Grau Completo; () 2º Grau Incompleto;

() 2º Grau Completo; () Superior Incompleto; () Superior Completo.

NATURALIDADE:

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Estado Civil: _____

Filhos?

Quantos?

Dependentes: _____

BLOCO I – INGRESSO NA INDÚSTRIA

Como você conseguiu o trabalho na fábrica?

Já tinha sido/a empregado/a em outro trabalho? Qual? Com registro em carteira?

Em que ano você foi admitido/a na fábrica?

Quais eram os critérios para ser admitido/a?

Passou por treinamento? De quanto tempo?

Como era o treinamento? Era específico de cada função? Era específico de cada setor?

No treinamento tinha algum conteúdo sobre segurança e saúde no trabalho?

O treinamento capacitava para a execução de mais de uma função?

Como foi o processo de adaptação ao trabalho?

Sua carteira de trabalho foi assinada? Quando?

Pra qual função você foi admitido/a?

Qual função exerceu no início de seu trabalho na fábrica? Qual setor? E atualmente permanece na mesma função e setor?

Você muda de função ou setor? Com que frequência?

Quais eram suas perspectivas ao ingressar na fábrica? O que você esperava ao entrar na indústria?

BLOCO II – ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA INDÚSTRIA

Como a fábrica é organizada?

Quantos setores? Quais setores?

Tem chefias/supervisores?

Como é sua relação com o/a supervisor/a?

Houve mudanças na organização da fábrica? Quais e como se deu essas mudanças?

BLOCO III – CONDIÇÕES DE TRABALHO, ACIDENTES, ADOECIMENTOS E HORAS EXTRAS

De modo geral, como são as condições de trabalho?

Você percebe uma lógica de aumento da velocidade da produção?

Houve melhorias nas condições de trabalho do período em que você entrou até hoje?

Já sofreu algum acidente de trabalho ou presenciou alguém sofrendo?

Existe programa de segurança no trabalho?

Existem equipamentos de segurança no trabalho? Adequados ao uso?

O uso dos equipamentos de segurança é obrigatório?

Passou ou passa por algum adoecimento em decorrência do trabalho na fábrica? Qual?

Conhece colegas ou ex-colegas que adoeceram ou estão doentes?

Quais medidas são tomadas pela fábrica quando algum funcionário adoece?

Exigem atestados médicos? É descontado do salário o dia em que apresenta atestado?

Você faz horas extras? Com que frequência? Até que horas?

Como são negociadas as horas extras?

Existe banco de horas na indústria? Você concorda com essa política?

Já sofreu ou sofre pressões, constrangimentos, preconceito de algum tipo, humilhações, abuso moral?

Já presenciou ou presencia algum colega de trabalho sofrendo essas situações?

BLOCO IV – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Existe sindicato dos trabalhadores na indústria?

Como é a atuação do sindicato?

Quais ações, o sindicato já realizou e realiza?

Já houve paralisação/greve dos trabalhadores?

Você era/é sindicalizado (a)? Por quê?

BLOCO V – DIREITOS TRABALHISTAS E LEGISLAÇÃO

Você conhece a legislação que protege os direitos trabalhistas?

Você tem acesso a essa legislação?

Você acha que já teve ou tem direitos violados no trabalho na indústria?

MOMENTO ATUAL

O que mais te incomoda no trabalho?

Você tem vontade de sair da indústria?

Alguma questão a acrescentar?

SEXO: () Feminino () Masculino

IDADE: _____

COR/ETNIA: _____

ESCOLARIDADE:

() Nunca frequentou escola

() 1º Grau Incompleto; () 1º Grau Completo; () 2º Grau Incompleto;

() 2º Grau Completo; () Superior Incompleto; () Superior Completo.

NATURALIDADE:

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Estado Civil: _____

Filhos?

Quantos?

Dependentes: _____

BLOCO I – INGRESSO NA INDÚSTRIA

Como você conseguiu o trabalho na fábrica?

Já tinha sido/a empregado/a em outro trabalho? Qual? Com registro em carteira de trabalho?

Em que ano você foi admitido/a na fábrica?

Quais eram os critérios para ser admitido/a?

Passou por treinamento? De quanto tempo?

Como era o treinamento? Era específico de cada função? Era específico de cada setor?

No treinamento tinha algum conteúdo sobre segurança e saúde no trabalho?

O treinamento capacitava para a execução de mais de uma função?

Como foi o processo de adaptação ao trabalho?

Sua carteira de trabalho foi assinada? Quando?

Pra qual função você foi admitido/a?

Qual função exerceu no início de seu trabalho na fábrica? Qual setor?

Mudava de função ou setor? Com que frequência?

Quais eram suas perspectivas ao ingressar na fábrica? O que você esperava ao entrar na indústria?

BLOCO II – ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA INDÚSTRIA

Como a fábrica era organizada?

Quantos setores? Quais setores?

Tinha chefias/supervisores?

Como era sua relação com o/a supervisor/a?

Houve mudanças na organização da fábrica no período em que era funcionário/a? Quais e como se deu essas mudanças?

BLOCO III – CONDIÇÕES DE TRABALHO, ACIDENTES, ADOECIMENTOS E HORAS EXTRAS

De modo geral, como eram as condições de trabalho?

Você percebia uma lógica de aumento da velocidade da produção?

Houve melhorias nas condições de trabalho no período em que trabalhava?

Sofreu algum acidente de trabalho ou presenciou alguém sofrendo no período em que era funcionário/a?

Havia programa de segurança no trabalho?

Existiam equipamentos de segurança no trabalho? Adequados ao uso?

O uso dos equipamentos de segurança era obrigatório?

Passou ou passa por algum adoecimento em decorrência do trabalho na fábrica? Qual?

Conhece ex-colegas que adoeceram?

Quais medidas eram tomadas pela fábrica quando algum funcionário/a adoecia?

Exigiam atestados médicos? Era descontado do salário o dia em que apresentava atestado?

Você fazia horas extras? Com que frequência? Até que horas?

Como eram negociadas as horas extras?

Existia banco de horas na indústria? Você concordava com essa política?

Já sofreu pressões, constrangimentos, preconceito de algum tipo, humilhações, abuso moral?

Já presenciou algum colega de trabalho sofrendo essas situações?

BLOCO IV – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Havia sindicato na época em que você trabalhava?

Como era a atuação do sindicato?

Quais ações, o sindicato realizou no período em que esteve na fábrica?

Já houve paralisação/greve dos trabalhadores?

Você era/é sindicalizado (a)? Por quê?

BLOCO V – DIREITOS TRABALHISTAS E LEGISLAÇÃO

Você conhecia a legislação que garante os direitos trabalhistas no período em que trabalhava na indústria?

Enquanto trabalhava na fábrica teve acesso a essa legislação?

Você acha que já teve direitos violados no trabalho na indústria?

BLOCO VI – SAÍDA DA INDÚSTRIA

Por que não trabalha mais na fábrica?

Pediu demissão ou foi demitido?

Se foi demitido (a) recebeu aviso prévio?

Como era/é a política de desligamento da indústria?

Você buscou informações sobre direitos como o FGTS ao sair da indústria?

O que mais te marcou no período em que trabalhava na empresa?

Alguma questão a acrescentar?

QUESTIONÁRIO

Setor: Coureiro/Calçadista
Município: Amargosa-BA

1- Unidade da federação de origem da indústria: _____

2- Origem do capital social:

Nacional Internacional Nacional e Internacional

3- Ano em que a fábrica foi implantada no município de Amargosa-BA: _____

4- A indústria recebeu incentivos fiscais do Estado da Bahia?

Sim Não

5- A indústria recebeu incentivos fiscais do município?

Sim Não

6- Número de funcionários empregados no ano de 2000: _____

7- Número de mulheres empregadas no ano de 2000: _____

8- Número de homens empregados no ano de 2000: _____

9- Número de funcionários empregados no ano de 2010: _____

10- Número de funcionários empregados no ano de 2015: _____

11- Número de mulheres empregadas no ano de 2015: _____

12- Número de homens empregados no ano de 2015: _____

13- Escolaridade dos empregados atuais:

Sem escolaridade: _____ Ensino Fundamental: _____

Ensino Médio: _____ Ensino superior: _____

14- Os fornecedores da indústria são do estado da Bahia?

Sim Não

15- Se não, de onde são? _____

16- Produtos da indústria:

- Calçados femininos Calçados masculinos
- Calçados femininos e masculinos Acessórios de couro
- Calçados Infantis Calçados tipo tênis

17- Produção para exportação?

- Sim Não

18- Destino da produção:

- Mercado Internacional Mercado Nacional
- Mercado nacional e internacional Mercado interno nacional e estadual

19- Quais os canais de comercialização dos produtos da empresa?

- Loja própria Mercado atacadista Mercado varejista
- Outro. Especificar: _____

20- A indústria é filial?

- Sim Não

21- Número de filiais da indústria no Estado de Origem: _____

22- Número de filiais da indústria na região Nordeste: _____

23- Número de filiais da indústria no Estado da Bahia: _____

24- A indústria produz para outras empresas?

- Sim Não

25- Quais? _____

26- Capacidade atual de produção (pares/dia): _____

27- Número de setores de produção na unidade de Amargosa-BA: _____

28- Setores produtivos da indústria:

29- A indústria utiliza máquinas e/ou equipamentos com microcomputadores e/ou comando eletrônico na produção?

Sim Não

30- A indústria realiza controle de qualidade da produção e de matérias- primas e componentes?

Sim Não

31- A empresa utiliza serviços terceirizados?

Sim Não

32- Preço médio do par de calçado vendido no mercado interno nacional (em real):

33- Preço médio do par de calçado vendido no mercado internacional (em dólar):

34- Nos últimos dez anos quais inovações foram introduzidas no processo de fabricação do calçado?

Células ou grupos de trabalho Sistema computadorizado
 Design dos modelos por computador Trabalho multi-especializado

APÊNDICE D – OFÍCIO ENCAMINHADO À PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

Amargosa, Bahia, 04 de março de 2015.

Ofício nº 01/2015.

Ref.: Solicitação de documentos para fins de pesquisa de campo.

Excelentíssima senhora prefeita Karina Borges Silva

Cumprimentando-a cordialmente, venho por meio deste solicitar documentação acerca da implantação e histórico da indústria de calçados do município de Amargosa para pesquisa documental e coleta de dados para fins de pesquisa científica e elaboração de estudo sobre a referida indústria.

Ciente de sua colaboração, aproveito a oportunidade para enviar protestos de estima e apreço.

Haiana Ferreira de Andrade
Graduanda do curso de Serviço Social – UFRB
Contato: (75) 92262369

APÊNDICE E – OFÍCIO ENCAMINHADO À CÂMARA MUNICIPAL DE AMARGOSA

Amargosa, Bahia, 04 de março de 2015.

Ofício nº 01/2015.

Ref.: Solicitação de documentos para fins de pesquisa de campo.

Excelentíssimo presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Amargosa Geovanildo Cintra.

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste solicitar documentação acerca da implantação e histórico da indústria de calçados de Amargosa para pesquisa documental e coleta de dados para fins de pesquisa científica e elaboração de estudo sobre a referida indústria.

Ciente de sua colaboração, aproveito a oportunidade para enviar protestos de estima e apreço.

Haiana Ferreira de Andrade
Graduanda do curso de Serviço Social – UFRB
Contato: (75) 92262369

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO

Caro (a) Senhor (a),

Venho através deste, solicitar sua participação na pesquisa de campo *Trabalho e precarização em uma unidade industrial produtiva do município de Amargosa-BA*. O objetivo central deste estudo é realizar uma análise acerca das condições de trabalho na referida indústria e identificar as principais expressões da precarização do trabalho.

Os dados coletados nesta pesquisa, através de entrevista semi-estruturada, serão exclusivamente utilizados para fins de análise, sendo parte integrante do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e por ventura de posteriores trabalhos acadêmicos.

Você tem toda liberdade para se recusar a participar da pesquisa, para não responder a qualquer questão, tirar dúvidas durante a entrevista, solicitar exclusão do material de pesquisa com informações prestadas por você ou desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados.

Sua participação é inteiramente voluntária e sua identidade será totalmente preservada na análise e exposição das informações coletadas. Sua contribuição é fundamental para a realização desse estudo.

Desde já, agradeço pela sua colaboração.

Haiana Ferreira de Andrade
Graduanda do curso de Serviço Social – UFRB
Contato: (75) 92262369